

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Wilson Auto Alves Junior

**COOPERATIVISMO: análise da influência da
Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais
do Sudoeste Goiano (COMIGO) no desenvolvimento
do Município de Rio Verde (GO)**

Taubaté – SP

2015

Wilson Auto Alves Junior

**COOPERATIVISMO: análise da influência da
Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do
Sudoeste Goiano (COMIGO) no desenvolvimento do
Município de Rio Verde (GO)**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em Planejamento e
Desenvolvimento Regional do Programa de
Pós-Graduação em Administração
Departamento de Economia, Contabilidade e
Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e
Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Taubaté – SP

2015

WILSON AUTO ALVES JUNIOR

COOPERATIVISMO: análise da influência da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) no desenvolvimento do Município de Rio Verde (GO)

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Data: 27/02/2015

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof^a. Dra. Benedita Hirene de França Heringer

FATEC - Cruzeiro

Assinatura _____

Ao meu pai, Wilson Auto Alves, e à minha mãe, Sebastiana de Almeida Alves, por me educar e principalmente por acreditar na minha capacidade.

À minha esposa, Pérolla de Atamy Araújo Goiabeira, e à minha filha, Camila Araújo Alves, pelo apoio, dedicação, carinho e esperança nas horas mais difíceis desta caminhada.

Ao casal amigo, Idelmo Falleiros e Larissa Falleiros, pelo exemplo, estímulo e carinho fraterno.

A toda minha família, pelo apoio e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela infinita misericórdia na minha vida.

Ao Professor Doutor Moacir José dos Santos, orientador desta dissertação, a quem devo todo o empenho, críticas e sugestões, permitindo que eu aprofundasse a reflexão sobre o tema, além do estímulo e amizade que sempre dispôs no acompanhamento desta dissertação.

À Universidade de Taubaté (UNITAU), por proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas também pela manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional.

A toda a equipe de professores, funcionários e servidores do Programa, por terem me acolhido, possibilitado os meus estudos, e por dedicaram-se a mim. Agradeço não somente por terem me ensinado, mas por terem dado a oportunidade de aprender.

À Cooperativa Agroindustrial do Sudoeste Goiano (COMIGO), pelo apoio e pela valorosa participação no desenvolvimento desta dissertação.

A todos os colegas que participaram desta jornada. Cada um, à sua maneira, deixou sua parcela de contribuição. Agradeço o apoio incondicional, a ajuda permanente, e a compreensão e paciência sempre demonstradas.

A todos que tornaram possível este trabalho, o meu sincero reconhecimento.

ALVES JUNIOR, WILSON AUTO. COOPERATIVISMO: análise da influência da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) no desenvolvimento do Município de Rio Verde (GO). 2015. 135f Dissertação - Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional – departamento de economia, contabilidade e administração – eca, universidade de Taubaté, Taubaté.

RESUMO

As empresas cooperativas são organizações que oferecem uma importante contribuição na geração e repartição de renda, na criação de empregos, e como indutoras da modernização agropecuária, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e político de um município. Nesse cenário buscou-se esclarecer a influência da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) no desenvolvimento do município de Rio Verde (GO), em especial, identificar como a COMIGO contribui socialmente na geração de emprego, sustentabilidade e inovação, e como se relaciona com os impactos de suas atividades e as políticas públicas do município. De acordo com os objetivos propostos esta pesquisa é exploratória com abordagem qualitativa. É básica quanto à natureza, e documental em relação aos procedimentos adotados. As conclusões apontam, a partir da análise comparativa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio Verde, que há uma relação entre taxa de crescimento e hiato de desenvolvimento, o que demonstra um desequilíbrio entre os resultados. Nas últimas décadas houve uma taxa de crescimento de 54,51% *versus* um hiato de desenvolvimento de 51,95%, levando à conclusão que todas as ações empreendedoras da COMIGO e o perceptível impacto dessas ações em diferentes níveis no município não foram suficientes para promover o aumento da taxa de desenvolvimento na mesma proporção do incremento da taxa de crescimento, resultando assim em um hiato de desenvolvimento inferior a taxa de crescimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Cooperativismo. Agroindústria. Planejamento.

ALVES JUNIOR, WILSON AUTO. COOPERATIVE: analysis of the influence of Agroindustrial Cooperative of Rural Producers of Southwest Goiás (COMIGO) in the development of Rio Verde County (GO). 2015. 135F Master - Master in Management and Regional Development - Department of Economics, accounting and administration - yuck, Taubaté University, Taubaté.

ABSTRACT

Cooperative enterprises are organizations that offer an important contribution to the development, embedded generation and distribution of wealth and job creation. Besides being an inductive element in agricultural modernization, in that it contributes to the socioeconomic, cultural and political development. Of this scenario was searched clarify the influence of Agroindustrial Cooperative of Rural Producers of Southwest Goiás - COMIGO in the development of the municipality of Rio Verde (GO), specifically, identify how the COMIGO contribute socially, employment generation, sustainability, innovation and how it relates to the impacts of their activities and policies of the municipality of Rio Verde - GO. Considering the proposed objectives, this research is classified as exploratory, qualitative approach, and the nature of this study is classified as basic research and in relation to the procedures adopted this research is classified as documental. In order, to make a last comparative analysis of the last Municipal Human Development Index IDHM of Rio Verde - GO was observed the relationship between growth rate and Hiatus Development, which shows an imbalance between their results, in recent decades was observed the growth rate of 54.51% verses a Hiatus development of 51.95%, and concludes that even with all the entrepreneurial activities of COMIGO and the perceived impact of these influences at different levels in the municipality of Rio Verde - GO, was not sufficient to promote an increase in the rate of development in proportion to the increase of the growth rate, thus resulting in hiatus development lower to the growth rate.

Keywords: Local Development. Cooperativeness. Agribusiness. Planning

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organização da dissertação	23
Figura 2 - As dimensões da sustentabilidade.....	31
Figura 3 - Tendências Inovadoras do Cooperativismo	40
Figura 4 - Relatório das Organizações Estaduais e OCBI.....	53
Figura 5 - Mapa da área de atuação da COMIGO	60
Figura 6 - Foto aérea do município de Rio Verde.....	65
Figura 7 - Evolução dos empreendimentos da COMIGO	69
Figura 8 - Foto aérea do Complexo Industrial em Rio Verde (GO)	87
Figura 9 - Foto da Unidade de Tratamento de Efluentes	89
Figura 10 - Foto do sistema de cogeração de energia.....	91
Figura 11 - Esquema do sistema de cogeração de energia	91
Figura 12 - Foto aérea do Centro Tecnológico COMIGO (CTC)	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos empregados quanto ao gênero no Sistema OCB.....	52
Gráfico 2 - Evolução do IDHM de Rio Verde (GO)	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pioneiros de Rochdale – Composição originária.....	39
Quadro 2 - Princípios Rochdaleanos segundo os Congressos da ACI	41
Quadro 3 - Comparativo entre a sociedade cooperativa e mercantilista	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Números de Cooperativas, Cooperados e Empregados por Região	53
Tabela 2A - <i>Ranking</i> por Estado de Cooperativas, Cooperados e Empregados.....	54
Tabela 2B - <i>Ranking</i> por Estado de Cooperativas, Cooperados e Empregados.....	55
Tabela 3 - Número de cooperativas por ramo no Brasil	55
Tabela 4 - Evolução do quadro social e do Capital Social	67
Tabela 5 - Índices IDHM no Brasil, Goiás e Rio Verde (GO).....	77
Tabela 6 - IDHM Municipal e seus componentes - Rio Verde (GO)	77
Tabela 7 - Taxa de Crescimento <i>versus</i> Hiato de Desenvolvimento	78
Tabela 8 - Ranking IDHM do estado de Goiás	79
Tabela 9 - Ranking IDHM do estado de Goiás	80
Tabela 10 - RAIS - Empregos formais gerados - Microrregião Sudoeste de Goiás ..	81
Tabela 11 - Renda, Pobreza e Desigualdade.....	82
Tabela 12 - Longevidade, mortalidade e fecundidade.....	83
Tabela 13 - Ranking do Valor Adicional (VA) da Agropecuária Goiás -2011	84
Tabela 14 - Ranking de municípios do Brasil por PIB da Agropecuária em 2011 (R\$ mil)	84
Tabela 15 - Produto Interno Bruto a preços correntes	86
Tabela 16 - Resumo das movimentações TECNOSHOW COMIGO 2014.....	96
Tabela 17 - Capacidade de armazenagem e secagem por unidade armazenadora ..	98

LISTAS DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ACIEG	Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás
APL	Arranjos Produtivos Locais
BD/GO	Banco de Desenvolvimento de Goiás
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Balanço Patrimonial
CAI	Complexo Agroindustrial da Soja
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde
CNcoop	Confederação Nacional dos Cooperados
COMIGO	Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
DAT	Departamento de Assistência Técnica
DENACOOOP	Departamento de Cooperativismo
DF	Distrito Federal
EMATER	Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA/CPAC	Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados
EMGOPA	Empresa Agropecuária do Estado de Goiás
FATES	Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social
FCO	Fundos de Financiamento do Centro-Oeste
FESURV	Universidade de Rio Verde
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
FRENCOOP	Frente Parlamentar do Cooperativismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	Índice de Desempenho dos Municípios
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
KG	Quilograma
MAPA	Ministério Agropecuário de Abastecimento
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCB-GO	Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás
OCE	Organização das Cooperativas do Estado
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPS	Organizações da Sociedade Civil de Interesse público
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODUZIR	Programa de Desenvolvimento Industrial de GOIÁS
RAIS	Relatório anual institucional e social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	Secretaria de Planejamento de Goiás
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
TON/DIA	Tonelada Dia
TON/H	Tonelada Hora
UNIRV	Universidade de Rio Verde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Problema	19
1.2 Objetivos do Estudo	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 Delimitação do Estudo	20
1.4 Relevância do Estudo	21
1.5 Organização do Estudo	23
2 REVISÃO DA LITERATURA	24
2.1 Fenômeno do Desenvolvimento	25
2.2 Desenvolvimento Econômico	27
2.3 Desenvolvimento Sustentável	30
2.4 Ciência & Tecnologia na Promoção da Modernização e Desenvolvimento da Atividade Agrícola: inovação	32
2.5 Cooperativismo	34
2.5.1 Conceitos, Definições e Objetivos	34
2.5.2 Evolução Histórica do Cooperativismo	38
2.5.3 Princípios Cooperativistas	40
2.5.4 Cooperativismo como Instrumento do Desenvolvimento Econômico	44
2.5.5 Cooperativismo no Brasil	48
2.5.6 Histórico da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO)	56
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	61
3.1 Caracterização da Pesquisa	61
3.2 Objeto de Pesquisa	63
3.3 Coleta e Análise dos Dados	64
4 DADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA	65
4.1 Contextualização do Município de Rio Verde (GO)	65
4.2 Análise dos Indicadores do Município de Rio Verde (GO)	76
4.3 Produção Agropecuária	83

4.3.1 Complexo Industrial da COMIGO: desenvolvimento, sustentabilidade, inovação	86
4.3.2 Cogeração de Energia: sustentabilidade.....	89
4.3.3 Centro Tecnológico COMIGO (CTC): inovação	93
4.3.4 Capacidade de Armazenagem Agroindustrial COMIGO: logística	97
4.3.5 Benefícios oferecidos pela Cooperativa COMIGO aos Colaboradores: desenvolvimento e qualidade de vida	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXO A - Relatórios Administrativos Contábeis do Exercício 2013	113

1 INTRODUÇÃO

O Brasil se caracteriza pelas discrepâncias no desenvolvimento regional, provocadas pelas desigualdades histórico-estruturais dos diferentes ritmos de desenvolvimentos regionais (FURTADO, 1969).

Os processos de industrialização ocorreram no estado de Goiás tardiamente, e apenas em meados da década de 1990 foram intensificados com políticas de incentivo à vinda de empresas e empreendimentos industriais. Essa dinâmica econômica modificou a concentração populacional na zona rural e também a característica da atividade agropecuária, que teve um desenvolvimento econômico diferenciado das demais regiões.

O estudo das variáveis que abrangem todo o processo de crescimento da economia agrícola no estado de Goiás apresenta-se como um fator importante, inserido pelo entendimento do contexto histórico, político e econômico dos fatos que permearam o surgimento, crescimento e desenvolvimento da atividade rural no território goiano, que se iniciou no século XVIII com o descobrimento das regiões auríferas.

Segundo Vieira e Santos (2012), o desenvolvimento econômico é tudo aquilo que os agentes econômicos usufruem por meio de suas posses. A relação de confiança entre os membros de uma comunidade resulta em uma atuação direta dos próprios indivíduos, que contribuem para a formação de um capital social. Esses contatos sociais facilitam as questões econômicas, além da liberdade de cada indivíduo em auxiliar a coletividade em suas necessidades.

Diante do exposto, destaca-se que a economia é uma ciência humana, e não é pela aplicação de modelos econométricos que o desenvolvimento econômico regional será alcançado, mas com ações que favoreçam as políticas endógenas (VIEIRA; SANTOS, 2012).

O conceito de desenvolvimento, local, regional, e territorial permite entender o processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade preparada territorialmente, sustentada na potencialização dos recursos e ativos genéricos e específicos, com vista à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (DALABRIDA, 2011).

O desenvolvimento tem um forte apelo à participação social, seja em diversos tipos de conselhos municipais, seja nas palestras e espaços públicos de debates e deliberação política, em que a sociedade, coadunada com o poder local, adota o papel de protagonista do processo.

Segundo Bezerra e Cleps Júnior (2004), a partir da década de 1930 a região Centro-Oeste teve o desenvolvimento agrícola intensificado, com objetivo de atender as produções agrícolas e o mercado consumidor da região Sudoeste.

Os autores apontam que o desenvolvimento do Centro-Oeste esteve diretamente ligado ao desenvolvimento industrial do País, e que a região Sudoeste foi estimulada, em meados das décadas de 1940 e 1960, e apoiada por vários fatores históricos, como: a Marcha para Oeste, de Getúlio Vargas, que tinha em vista a integração regional, ampliando o mercado interno; a criação da nova capital; e a construção de grandes eixos rodoviários, que era a dinâmica nacional adotada para o desenvolvimento.

A política pública de promoção e modificação na ordem econômica das novas bases da política econômica nacional, com o projeto de desenvolvimento da região Centro-Oeste, criado em 1971, definiu que a região sudoeste de Goiás seria uma das 12 áreas de cerrado beneficiadas pelo Polo Centro, o principal programa de ação regional do primeiro e do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Esses distintos programas voltados à valorização e modernização da agropecuária do Centro-Oeste beneficiaram significante o sudoeste de Goiás, e particularmente o Município de Rio Verde (GO) (PEDROSO; SILVA, 2004).

A região do sudoeste goiano, na região Centro-Oeste do País, é uma área de ocupação muito antiga, onde se centraliza grande parte da produção agropecuária, que experimentou o processo de renovação da agricultura. Em virtude do padrão tecnológico da revolução verde¹, a região começou a aferir indicadores superiores aos de vários estados da federação.

O surgimento do cooperativismo empresarial no estado de Goiás tem uma relação direta com o crédito rural oferecido em meados da década de 1970, nascendo nesse momento o pensamento do cooperativismo voltado para o

¹A Revolução Verde no Brasil assumiu marcadamente as décadas de 1960 e 1970. A prioridade era o subsídio de crédito agrícola para estimular a grande produção agrícola, de esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola, (tratores, herbicidas, fertilizantes e químicos), a agricultura de exportação, a produção de processados para a exportação e a diferenciação do consumo, como de queijos e iogurtes (MOREIRA, 1992, p. 81).

corporativo, que tem como fundamento a formação de dirigentes e corpo técnico qualificado, direcionados para auxiliar as necessidades específicas dos associados (CHAVAGLIA, 2004).

Diante desse contexto, Veiga (2001) completa que o cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode abraçar diversas formas de geração de renda e de trabalho. Para tanto, busca contribuir com a formação do indivíduo em todas as suas perspectivas: social, econômica e cultural. Inquieta-se com a característica de seus produtos e serviços, busca o preço justo, preocupa-se com o envolvimento com o meio ambiente e procura edificar uma sociedade democrática e sustentável.

As cooperativas bem sucedidas demonstram que é factível manter uma base sólida de sócios que participem ativamente na administração e controle, desde que haja uma política clara e bem definida, que mantenha uma posição firme, e que adote medidas adequadas que possam ser colocadas em prática.

As cooperativas, que têm tido mais sucesso, ajudam a seus sócios a melhorar: a produtividade das atividades de subsistência em suas próprias empresas; sua situação no mercado como produtores, consumidores ou empregados; o acesso aos recursos materiais e não materiais; a previsibilidade de renda, de níveis de produção e de preços; as condições de vida, com o fornecimento de infraestruturas sociais e físicas; os conhecimentos técnicos; e as normas de informação e de formação.

O cooperativismo agropecuário exercido no século XXI exprime-se como um modelo de organização da produção e coordenação dos sistemas agroindustriais, na busca de melhorar suas competências e introdução competitiva em mercados rápidos e exigentes. Para alcançar essa efetividade e inserção apresenta-se como uma alternativa para pequenos, médios, e até mesmo grandes produtores.

Nesse cenário de desenvolvimento agrícola e do cooperativismo nasceu a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, a COMIGO, fundada em 1975 no município de Rio Verde (GO). A Cooperativa pretendia, inicialmente, atender a demanda de armazenamento de grãos das culturas de arroz e milho para os produtores rurais dessa região, além do fornecimento de insumos básicos, tais como sacaria, fertilizantes, sementes, lubrificantes, e assistência técnica agrônoma.

Com toda sua estrutura física e econômica, contribuiu para dois importantes processos na região: a inovação tecnológica e a inserção e consolidação do complexo agroindustrial (CAI) da soja (COMIGO, 2013). A Cooperativa foi criada no mesmo período em que ocorreram, no sudoeste goiano: a inserção da modernização agrícola; o surgimento de uma nova configuração territorial; e a evolução social como um fenômeno que traz consigo alguns elementos específicos do cooperativismo no contexto agroindustrial.

Este estudo partiu de bases bibliográficas e documentais, utilizando-se de fontes secundárias no processo de organização dos dados que serviram como suporte para as análises realizadas e expostas na discussão.

1.1 Problema

Para Polônio (1999),

a sociedade cooperativa, por seu caráter jurídico, não se mistura com as sociedades comerciais. Pois estas buscam a finalidade de lucro, diferente do que ocorre com aquela, que é mera prestadora de serviços a seus associados (POLÔNIO, 1999, p. 37).

Diante disso, o autor afirma que o cooperativismo se opõe à política capitalista monopolista das grandes corporações, e é visto por muitos como a melhor maneira da gestão das interações humanas.

A problemática consiste na seguinte questão, que orientará a inquirição científica do estudo: qual a influência da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) no desenvolvimento do município de Rio Verde (GO)?

Para responder à problemática proposta foram realizadas pesquisas em *sites* na rede mundial de computadores que disponibilizam informações públicas de órgãos federais, estaduais e municipais, e que fazem a gestão pública dessas informações. Foram obtidos também dados das peças contábeis do departamento contábil da Cooperativa: como o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício por unidade de negócio, a demonstração das origens e aplicações de recursos, a demonstração do valor adicionado, e as notas explicativas às demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013 na própria Cooperativa.

1.2 Objetivos do Estudo

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é discutir e analisar qual é a influência da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) no desenvolvimento do município de Rio Verde (GO).

1.2.2 Objetivos Específicos

Foram considerados os seguintes objetivos específicos com a finalidade de elucidar o estudo:

- Identificar como a COMIGO contribui socialmente na geração de emprego, na sustentabilidade e inovação para o desenvolvimento do Município.
- Relacionar o impacto das atividades da COMIGO com as políticas públicas do município de Rio Verde (GO).

1.3 Delimitação do Estudo

Para atingir os fins aos quais se destina o estudo buscou contextualizar os conceitos referentes aos processos de transformação da estrutura produtiva que ocorreram no estado de Goiás, além das mudanças de ordem econômica e política de desenvolvimento que interferem diretamente na composição econômico do espaço territorial.

Para contextualizar a posição e evolução socioeconômica do espaço estudado, o município de Rio Verde (GO) iniciou o processo de crescimento quando o cerrado foi dando lugar à agricultura. O município experimentou, então, os benefícios da instalação de agroindústrias, seguindo um modelo de organização de produção e coordenação dos sistemas agroindustriais com cadeias produtivas agropecuárias e agroindustriais, que deram lugar ao cooperativismo empresarial.

O escopo do estudo aborda os relatórios contábeis, já citados, obtidos no departamento contábil da Cooperativa econômicas do município de Rio Verde (GO).

A expectativa de realizar a aplicação deste estudo em torno das reflexões teóricas abordadas é constatar como a COMIGO interfere no desenvolvimento econômico do município de Rio Verde, considerando sua capacidade econômica financeira por meio de seus relatórios e ações empresariais, pois é possível mensurar dados relacionados à sua ação empreendedora.

A delimitação temporal restringe-se às informações disponíveis nos relatórios contábeis da COMIGO do ano de 2013, ao buscar informações públicas divulgadas nas páginas eletrônicas federais, estaduais e municipais, constatou-se que tais informações apresentavam divergência quanto aos períodos disponíveis e o período proposto na base de dados investigados.

Não se deseja, neste estudo, abordar as diferenças entre empreendimento mercantil capitalista, como cooperativas e/ou outras associações, e tampouco se a gestão da entidade cooperativista referenciada alcança sucesso ou não no pleito de suas operações industriais.

1.4 Relevância do Estudo

O crescimento urbano-industrial, fonte de atenção do crescimento econômico do País na década de 60, visava atender as demandas de uma sociedade com constantes transformações no modelo produtivo.

Nesse mesmo rumo, alguns programas com iniciativas de promover o desenvolvimento tecnológico da indústria intensificaram ações voltadas para o setor agrícola. O desempenho econômico de uma região pode ser analisado sob a ótica do crescimento e do desenvolvimento.

Segundo Perroux (1967), crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. A capacidade de gerar produção, renda e emprego pode ser alterada pela inserção de atividades econômicas contemporâneas em uma região, sem que ocorra, obrigatoriamente, o processo de desenvolvimento.

Gerardi (1980, p. 23), seguindo a mesma linha de raciocínio em relação ao desenvolvimento, diz que “[...] tem conotações muito mais amplas que crescimento, que implica, pura e simplesmente, no aumento físico da produção ou do rendimento em uma economia”.

Já Lopes (1979, p. 19) comenta que “o desenvolvimento impõe condições de ordem qualitativa-de equilíbrio, de harmonia, de justiça social”.

Para melhor entendimento dos pontos elencados para a realização deste estudo foi de suma importância conhecer a atividade cooperativista desenvolvida pela Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, e identificar sua contribuição no desenvolvimento socioeconômico, ambiental e tecnológico.

A presente pesquisa tem como contribuição a análise da influência dessa Cooperativa na geração de emprego e renda, bem como o seu impacto nas políticas públicas do município de Rio Verde.

A atividade do Estado no processo de desenvolvimento de Goiás, com políticas públicas e transformação na estrutura produtiva goiana, merece atenção no estudo do processo de transformação da economia goiana. Na região sudoeste a principal atividade econômica era a pecuária, mas o Estado vivencia, a partir de 1930, o processo de industrialização.

A expansão da fronteira agrícola, a inserção do cerrado nas áreas produtivas, e a modernização da agricultura também imprimem, com o cooperativismo agroindustrial, uma nova dinâmica no sudoeste goiano.

Conforme Guerra (2012), um dos mais importantes polos agroindustriais de Goiás é o município de Rio Verde, que tem contribuído para o desenvolvimento regional e local.

O processo de agroindustrialização do Município apresenta um saldo positivo em relação ao crescimento econômico, mas revelaria o mesmo desempenho em relação ao desenvolvimento? Esse questionamento motiva a realização desta pesquisa na esfera do cooperativismo.

A relevância científica contempla a viabilização do conhecimento do cooperativismo, bem como a influência da agroindústria no município de Rio Verde, podendo ser referência para novos estudos de natureza aplicada que possam promover ações científicas no mesmo sentido em que se aborda o tema proposto nesta pesquisa.

1.5 Organização do Estudo

Este estudo está organizado em cinco seções. A primeira traz uma breve introdução sobre o tema, apresentando o problema, o objetivo geral e os objetivos específicos, a delimitação, a relevância do trabalho e a organização do estudo.

Na segunda seção faz-se uma breve revisão de literatura, abordando o cooperativismo. A terceira seção descreve o método de pesquisa adotado para a realização do presente estudo. Na sequência, a quarta seção traz os dados e discussões da pesquisa, e, por fim, na quinta seção apresentam-se as considerações finais.

Para alcançar os objetivos propostos e responder ao problema de pesquisa, o presente estudo demonstra sua organização na Figura 1.

1ª Seção	Introdução	Contextualização, definição do problema; objetivos geral e específico; delimitação; relevância do estudo e organização do texto.
2ª Seção	Revisão de Literatura	Fenômeno do desenvolvimento, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável; Inovação; Cooperativismo, definições e objetivos; Evolução do cooperativismo; Princípios do Cooperativismo; Cooperativismo com instrumento Desenvolvimento Econômico; Cooperativismo no Brasil e Histórico da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO).
3ª Seção	Método	Caracterização da pesquisa; Objeto de Pesquisa; Coleta, e Análise dos Dados.
4ª Seção	Dados e Discussões da Pesquisa	Contextualização do Município de Rio Verde (GO); Análise dos indicadores do Município de Rio Verde (GO); Complexo Industrial da COMIGO; Cogeração de Energia; Centro Tecnológico COMIGO; Benefícios Oferecidos pela Cooperativa COMIGO aos Colaboradores.
	Considerações Finais	Principais considerações. Limitações e sugestões de futuras pesquisas.

Figura 1 – Organização da dissertação

Fonte: o autor

2 REVISÃO DA LITERATURA

O princípio teórico deste estudo, para a composição conceitual que dá suporte à realização da pesquisa, aborda conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e inovação bem como o papel social das cooperativas, conceitos e características, o que configura um quadro teórico coeso para auxiliar a investigação.

A fim de satisfazer as necessidades básicas humanas, várias dimensões de desenvolvimento são inseridas no debate de políticas públicas, como o comportamento estudado dos indivíduos em seu meio social, com atenção à pré-necessidade de demanda e os recursos disponíveis para solucioná-las, buscando soluções para os problemas existentes com vistas ao funcionamento dos sistemas econômicos e a correlação de seus agentes (CANO, 1998).

A origem da palavra desenvolvimento possibilita compreender sua evolução, bem como seu real significado e a compreensão táctica de sua mensagem para a sociedade (VIEIRA; SANTOS, 2012).

A discussão da relação do conceito de desenvolvimento está interligada ao conceito de crescimento, que está vinculado à produção de ativos, o que justifica um acréscimo na qualidade de vida, em virtude da sua distribuição e utilização.

Conforme afirmam Vieira e Santos (2012):

A definição do significado do conceito de desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população. Sob esse prisma, o conceito de desenvolvimento pode até ser apostado à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 348).

Para compreender melhor o conjunto de conceitos e ideias e a direção deste estudo são exibidas algumas linhas de pensamento de alguns autores a partir de conceitos básicos, utilizando termos que representam abordagens e concepções essenciais para conduzir o processo de interpretação e análise das seções que seguem.

2.1 Fenômeno do Desenvolvimento

Para discutir o verdadeiro sentido de desenvolvimento aborda-se a relação entre desenvolvimento econômico e industrialização, que promove o ganho de produtividade, a qualidade na atividade agrícola, e participa do desenvolvimento do padrão de vida da sociedade.

Observa-se, em relação ao desenvolvimento, uma conotação de riqueza, especialmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois alguns autores concedem apenas o incremento constante no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem preocupar-se como tais incrementos são distribuídos.

Deve-se acrescentar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam” (SCATOLIN, 1989, p. 24). O autor ainda considera que as nações passam a preocupar-se finalmente com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida e desenvolvimento.

Em qualquer concepção, o desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida. Deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social” (SCATOLIN, 1989, p. 24).

Segundo Dallabrida (2000), a discussão do desenvolvimento parece ultrapassado e paradoxal, contudo indica e reconhece que existem tendências de as regiões se tornarem sujeitos do desenvolvimento, e que para ter uma inserção no contexto econômico é preciso produzir uma nova política voltada para o desenvolvimento dos territórios.

Conforme Boisier (1989), os elementos políticos, sociais e institucionais são fundamentais para o desenvolvimento de uma região, a fim de serem categorizados sob o espectro amplo de capacidade de organização regional e social.

O autor esclarece também que o advento do desenvolvimento regional está em desacordo com o simples fato de caracterizar crescimento, integrar de maneira regional o próprio crescimento, ou estimular a capacidade de guardar para aplicar novamente na região.

Crescimento não é sinônimo do desenvolvimento. O desenvolvimento de uma região, como fenômeno diferente do simples crescimento, implica a capacidade de internalizar regionalmente o próprio crescimento (BOISIER, 1989).

Para Dallabrida (2000, p. 27), “numa época em que a palavra de ordem é a globalização, a discussão do desenvolvimento parece obsoleta e contraditória”. Com sensibilidade, alinhava sobre a necessidade de formular-se uma política regional de desenvolvimento em territórios diferenciados no mundo todo, reconhecendo que, principalmente no cenário latino-americano, existe a tendência de a região tornar-se sujeito do desenvolvimento.

Segundo os relatórios anuais elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento está relacionado com a alternativa de as pessoas escolherem o tipo de vida que desejam viver.

Para Furtado (2004),

(...) a melhor fórmula sintética para expressar o que é desenvolvimento é a assertiva que qualifica o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Apresentar os recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro de toda comunidade. Porém quando o projeto social valoriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 484).

Quando o processo de crescimento ocorre de forma isolada poderá acarretar desequilíbrio estrutural em uma economia, gerando várias dificuldades aos seus gestores. O processo de desenvolvimento, por sua vez e via de regra, traz consigo o crescimento (PASSOS, NOGAMI, 2011).

Assim, pode-se entender por crescimento o ato ou efeito de crescer, e por desenvolvimento entende-se o ato ou efeito de desenvolver. O crescimento econômico pode ocorrer pelo aumento contínuo do Produto Nacional Bruto, tanto em termos globais como *per capita*, e no decorrer do tempo, enquanto o desenvolvimento econômico refere-se a um estágio econômico, social e político caracterizado pela constante melhoria nos indicadores de produtividade dos fatores de produção (PASSOS; NOGAMI, 2011).

Fica evidente que o desenvolvimento deve ser notado a partir do atendimento mínimo das necessidades básicas da população, e será efetivo quando constituir-se em desenvolvimento humano, social e sustentável. Logo, todo esforço promove esse desenvolvimento efetivo e extensivo a toda população.

O desenvolvimento sustentável passa pelos seguintes elementos chaves: a preservação da qualidade dos sistemas ecológicos; a necessidade de um crescimento econômico para satisfazer as necessidades sociais; e a equidade entre geração presente e futura.

2.2 Desenvolvimento Econômico

Os diferentes conceitos econômicos do termo desenvolvimento envolvem um debate muito acirrado. Os economistas percebem a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que envolva todas as variáveis econômicas e sociais. Sob o olhar econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p. 115-116).

Segundo Bresser-Pereira (2007), o desenvolvimento econômico acompanha o desenvolvimento político, social e sustentável. O desenvolvimento sem adjetivos, ou desenvolvimento humano das sociedades modernas é esse processo contraditório da realização dos objetivos políticos.

Dada a importância do conceito de desenvolvimento nos debates políticos e científicos, os interessados em compartilhar essas informações usufruem de conceitos multidimensionais, que por sua vez podem ser agrupados sob a ampla capacidade de influenciar a melhoria da organização social.

Os termos desenvolvimento econômico e crescimento econômico são empregados com muita frequência nos estudos acadêmicos nas diversas áreas do conhecimento científico: na economia, na história, e na geografia, entre outras.

Segundo Sandroni (1994) “crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica”.

O crescimento é calculado pela evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) ou pelo Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo crescimento da sua força de trabalho, a receita nacional poupada e investida, e o grau de aperfeiçoamento tecnológico.

Para Vieira (2014), o homem tem maior controle sobre o meio que vive conforme a disponibilidade de recursos materiais e financeiros que possui, com isso

tem maior liberdade. Já o desenvolvimento econômico é o crescimento acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social, que possibilitam a distribuição mais equânime das riquezas produzidas (SANDRONI, 1994).

de escolha. Na economia as necessidades são ilimitadas, enquanto os recursos econômicos são limitados.

Como escreve Lewis (1960),

Não podemos conceituar o desenvolvimento econômico somente a partir da riqueza ou da maior disponibilidade de bens e serviços. Se o desenvolvimento é a busca por atendimento das necessidades humanas, se o homem feliz é aquele que tem suas necessidades atendidas, então podemos concluir que a riqueza aumenta a felicidade (LEWIS, 1960, p. 540).

Para Sen (1999), tudo aquilo que os agentes econômicos podem usufruir a partir de seus bens, sem a necessidade de ter mais bens, é desenvolvimento econômico. Uma região é considerada desenvolvida quando percebe que seus indivíduos desfrutam das liberdades individuais, alcançam seus desejos, e têm disponibilidade para atender às necessidades da coletividade.

O desenvolvimento, em qualquer pensamento, deve resultar do crescimento econômico revestido de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve empregar:

As alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELOS; GARCIA, 1998, p. 205).

Conforme Guimarães (1963) é preciso um grande cuidado para enxergar a relação direta da melhoria da qualidade de vida dos atores locais com o desenvolvimento, pois é necessário definir a região a ser avaliada. Assim, nasce o primeiro questionamento: como se pode estabelecer um determinado espaço econômico ou região?

Segundo ao autor, a questão se deve ao fato de a região ser um espaço dinâmico, em constante transformação física, ambiental, cultural, econômica e política, além de ser preciso conhecer sua história, e o homem, no desdobrar da sua história, ocupa, modifica, localiza-se, e se apropria do espaço genuíno, modificando-o com seu trabalho, estabelecendo uma relação cotidiana pela dinâmica das relações com a natureza e consigo mesmo.

O espaço geográfico corresponde, e é “formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e pelas ações atuais que lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 2009, p. 106).

Corrêa (2003) indica outras propostas para o espaço, caracterizado pelos recursos de ação econômicos. A questão com maior destaque está relacionada à distância, diante dos debates, entre os agentes sociais, o tempo, e as suas transformações.

Segundo Schumpeter (1982, p. 48), o desenvolvimento econômico é resultado de mudanças espontâneas e interrompidas nos canais de fluxos, portanto “não é um fenômeno a ser explicado economicamente, pois as explicações estão fora dos fatos descritos pela teoria econômica”.

O autor ainda relata que a sua preocupação central está relacionada ao processo de produção e à inovação tecnológica, portanto a sua teoria de desenvolvimento diz respeito ao desenvolvimento de produtos sem uma relação direta, específica, com a qualidade de vida dos indivíduos.

Para Vieira e Santos (2012), o termo desenvolvimento econômico é identificado, também, na teoria marxista. Marx, para compreender a realidade histórica à qual estava envolvido, buscou dedicar-se aos estudos ao ponto de criar o seu próprio método de trabalho: o materialismo histórico e dialético.

O materialismo tem consequências de distintas determinações, não se restringe ao determinismo econômico. O determinante é a própria história, fruto das ações humanas reais. O processo histórico é sempre entendido como unidades discrepantes em mudanças.

Nas palavras de Marx (1986):

não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com sua realidade, seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, 1986, p. 37).

O conceito do desenvolvimento econômico vai além dos valores econômicos. É necessário romper as limitações econômicas, dispondo de uma ação do crescimento da produção associado à melhoria da distribuição e utilização dos bens e serviços que implicam em melhoria na qualidade de vida.

Há, porém, outro prisma de desenvolvimento a ser apontado e conceituado: trata-se do desenvolvimento sustentável. Os autores detentores dessa linha de

pensamento atestam que o desenvolvimento consiste em uma série de mutações da sociedade que se concretizam em cadeia, de forma sustentável.

2.3 Desenvolvimento Sustentável

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável, tem como objetivo principal a busca conjunta do desenvolvimento econômico/social e da conservação e/ou preservação do meio ambiente. A década de 1990 foi marcada por uma série de debates sobre o chamado desenvolvimento sustentável

Esse conceito abrange a preocupação da sociedade com a oferta futura de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência da humanidade. A ECO-92, no Rio de Janeiro, é um exemplo da preocupação do homem com seu planeta e com seu semelhante. As nações passam a preocupar-se, finalmente, com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida

Entre os autores que mais se dedicaram ao tema desenvolvimento sustentável, não apenas em caráter local, mas também do ponto de vista global, está o escritor e ativista ambiental Sachs (1993). Esse autor afirma que para haver sustentabilidade faz-se necessário o expor as seguintes dimensões (Figura 2):

Segundo Sachs (1993), a promoção de uma vida sustentável deve pautar-se por uma estratégia de desenvolvimento, que para ser realmente alcançada exige criatividade ecológica. Para garantir um modo de vida totalmente relacionado com o meio ambiente é preciso atender às exigências de uma vida digna para todas as sociedades.

Para o autor, deve haver um planejamento agrícola que desenvolva sistemas alternativos, de forma a atenuar ou resolver os problemas existentes nas regiões com suas respectivas culturas.

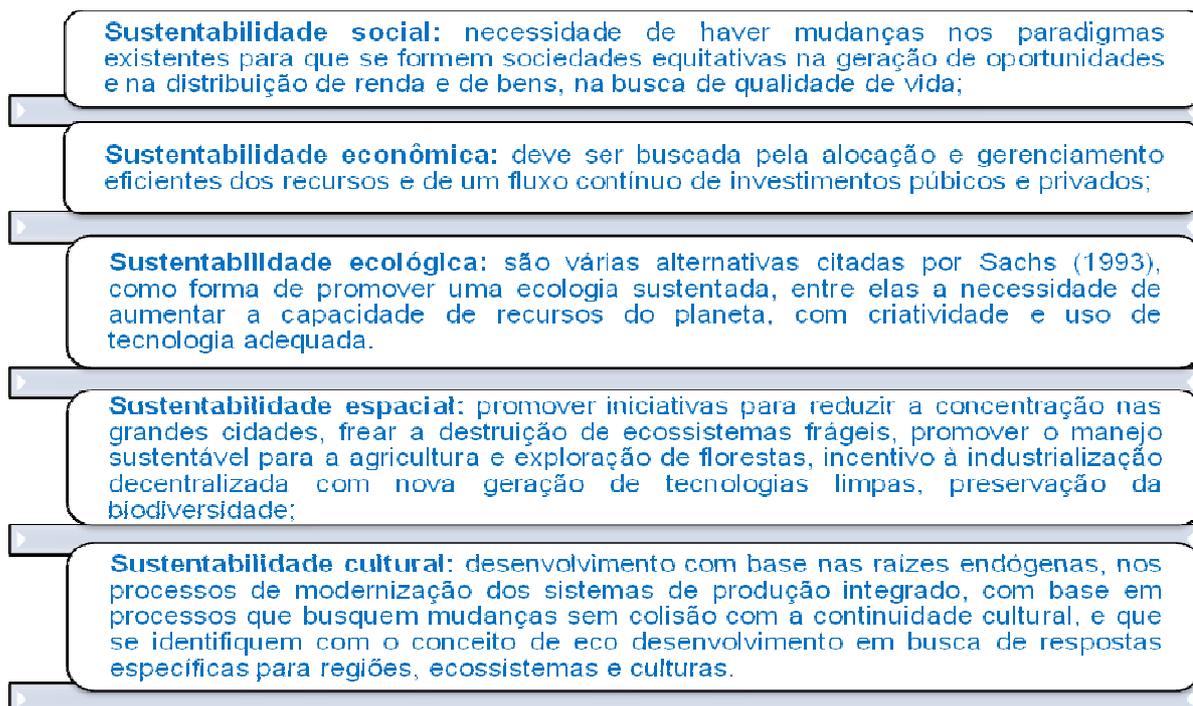


Figura 2 - As dimensões da sustentabilidade
 Fonte: Adaptada de Sachs(1993)

A percepção da complexidade e gravidade dos desafios sociais e ambientais com as quais a humanidade se depara, a Declaração de Estocolmo de 1972, transmitiu uma mensagem de esperança sobre a necessidade e possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas com objetivo de promover o ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável (MACHADO, 2006).

Esse conceito básico, outrora chamado desenvolvimento socioeconômico equitativo, em harmonia com a natureza, deverá permear todo pensamento, em especial para influenciar as ações dos cidadãos tomadores de decisão e profissionais de todas as áreas, principalmente os responsáveis por preparar e avaliar projetos de desenvolvimento.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), o desenvolvimento sustentável é um processo de mudanças no qual a análise dos recursos; a orientação do desenvolvimento tecnológico; e as alterações institucionais adaptam e fortalecem a capacidade do presente e futuro, a fim de ajudar e cuidar das necessidades e aspirações humanas.

Os novos desenvolvimentos tecnológicos podem atuar no controle da poluição causada por tecnologias mais antigas, podem restringir o uso de agentes químicos poluentes, e podem ser eficazes no controle ambiental. Há uma

preocupação com o manuseio e manutenção da estrutura dos recursos naturais atrelado às alterações sociais, institucionais, tecnológicas e culturais compreendidas no desenvolvimento sustentável.

No relatório da Comissão Interministerial Brasileira para a Conferência do Rio de Janeiro, publicado em dezembro de 1991, intitulado 'O Desafio do Desenvolvimento Sustentável', registra-se que:

O desenvolvimento sustentável seria atingido pela retomada do crescimento e melhor distribuição de seus benefícios e pela racionalização do uso de energia; o atendimento das necessidades básicas das populações, pela estabilização dos níveis demográficos; a conservação da base de recursos, pela reorientação da tecnologia no sentido da redução de seu impacto ecológico e a incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas (CIMA, 1991, p. 182).

Apesar da importância do conceito nos atuais debates políticos e científicos, não existe uma única definição que seja compartilhada por todos os interessados. Por isso, para efeito de delimitação deste estudo, define-se o desenvolvimento sustentável como:

“o desenvolvimento de atividades econômicas que maximizem a riqueza e que obedecem a princípios da preservação e uso racional do ecossistema, visando o bem estar socioeconômico da humanidade como um todo, no presente e no futuro”. (SACHS, 1996, p. 48).

O desenvolvimento sustentável tem como principal objetivo a busca conjunta do desenvolvimento econômico/social e da conservação e/ou preservação do meio ambiente. A cada dia clientes tornam-se mais exigentes, buscando produtos ecologicamente corretos, e a mudança institucional harmoniza e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas.

Dado o exposto, é possível relacionar a perspectiva do desenvolvimento sustentável com a inovação, como efetiva contribuição para a promoção do desenvolvimento sustentável, visto que a proposta comum está centrada na ideia de maximizar a riqueza usando de forma racional o ecossistema.

2.4 Ciência & Tecnologia na Promoção da Modernização e Desenvolvimento da Atividade Agrícola: inovação

A geração, adaptação, transferência e adoção das inovações tecnológicas pelo setor produtivo agropecuário têm tido papel preponderante no sucesso do agronegócio brasileiro.

Alves Junior (2012) argumenta que o agronegócio é apontado como motor da economia nacional visto sua posição de destaque no âmbito global por ser um setor dinâmico da economia e pela sua capacidade de impulsionar os demais setores, indústria, comércio, turismo, com registros importantes.

O agronegócio, com avanços quantitativos e qualitativos, se mantém como setor de grande capacidade empregadora e de geração de renda. Esses avanços têm permitido ocupar posição de destaque no processo de desenvolvimento brasileiro.

Santos (2001) comenta que o emprego de inovação tecnológica no campo normalmente está associado aos fatores que levam, em primeira instância, ao ganho de produtividade e qualidade no desenvolvimento da atividade agrícola, mas por conseguinte determina a redução dos custos produtivos, tornando-se um importante instrumento na produção de bens de consumo mais baratos.

Accarnini (1987) relata que:

As raízes desse modelo, bem como sua evolução, encontram-se associadas à doutrina da escassez dos recursos naturais e, portanto, à lei dos rendimentos decrescentes dos economistas clássicos, cujas preocupações estavam centradas na ameaça de que o uso contínuo do solo tenderia a desgastá-lo e mesmo exauri-lo, comprometendo sua capacidade de produzir para uma população em constante crescimento. Isso, como não poderia deixar de ser, acabaria impondo graves obstáculos à manutenção dos níveis de qualidade de vida e ameaçando o próprio processo de desenvolvimento econômico (ACCARNINI, 1987, p. 74).

Para Schumpeter (1984), considerado um dos precursores dos estudos sobre inovação, esta, quando introduzida na atividade econômica, produz mudanças que são substancialmente diferentes daquelas alterações que ocorrem no dia a dia.

O autor relata que a inovação se relaciona diretamente à capacidade de aproximação dos mercados, porque gera riqueza, impulsiona a produtividade e o desenvolvimento.

Também introduz novos produtos e serviços mais elaborados e com menor custo, apoiando a melhoria da qualidade de vida das pessoas, o crescimento da preocupação com a sustentabilidade, e o aumento da atividade em rede como modelo de negócio. Essas características tornam a inovação imprescindível

Segundo Schneider (1994), com base no modelo de modernização das estruturas agrícolas ocorreram transformações no meio rural a partir das décadas de 1960 e 1970. Essas transformações foram promovidas essencialmente por um processo de adoção tecnológica no desenvolvimento das atividades do campo,

incrementada de forma que propiciasse ganhos de produtividade pelo rendimento na produção.

Com o objetivo de fomentar a criação de uma infraestrutura necessária ao exercício de modernização e transformações do meio rural houve incentivo dado por um conjunto de políticas públicas e econômicas.

Campanhola (2004) explica que o grande fluxo da geração, adaptação, transferência e adoção das inovações tecnológicas pelo setor produtivo agropecuário tem tido papel preponderante no sucesso do agronegócio brasileiro.

Nesse sentido, aplicando um conceito de inovação mais contemporâneo, destaca-se o que diz Bautzer (2009, p. 2): “capacidade de empreender, de fazer diferente e proporcionar ao mercado novas experiências de processos e de tendências”.

O cooperativismo demonstra, nas últimas décadas, mudanças significativas acompanhadas de uma evolução perceptível nos países em desenvolvimento e desenvolvidas.

O crescimento do consumo mundial, a crescente escassez de recursos naturais, e o aumento eficiente da operação para encontrar tecnologias que causem menor impacto ambiental, são fatos que podem contribuir para o desenvolvimento econômico e, por consequência, tornar-se gerador de empregos mais estáveis, equilibrando a disposição das riquezas e propiciando melhor qualidade de vida.

2.5 Cooperativismo

2.5.1 Conceitos, Definições e Objetivos

O advento das transformações no período industrial modificou, em muito, a perspectiva de vida das pessoas, e o cooperativismo veio em reação à problemática social da época. A ação do cooperativismo moderno nasceu em função da defesa e da valorização do trabalho humano.

O papel social das cooperativas é de supra importância, e a própria Constituição Federal, em seu artigo 174 § 2º, determina que “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”. Esse estímulo existe em razão do real significado do cooperativismo.

Para De Plácido e Silva (2004):

Derivado do latim *cooperativus*, de *cooperari* (cooperar, colaborar, trabalhar com outros), segundo o próprio sentido etimológico, é aplicado na terminologia jurídica para designar a organização ou sociedade, constituída por várias pessoas, visando melhorar as condições econômicas de seus associados (DE PLÁCIDO; SILVA, 2004, p. 382).

O cooperativismo tem base na ajuda mútua, na democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seus membros confiam em valores como honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com o semelhante (OCESC, 2004).

A formulação das bases políticas para tomadas de decisão, num modelo de gestão cooperativista, é controlada pelos membros de forma democrática, com participação pontual, visto que todos os associados têm direito igual de voto e responsabilidade nas ações do grupo.

Para Martins (1994), a cooperativa é uma associação de pessoas regidas por três princípios:

- **1º propriedade cooperativa:** indica que os usuários da cooperativa não são donos do capital, e sim os associados;
- **2º gestão cooperativa:** o poder da decisão está nas mãos de todos; e
- **3º distribuição dos lucros:** é feita conforme a participação, de forma proporcional, dos cooperados nas referidas operações.

Segundo Vieira (2005), o cooperativismo é um arranjo das atividades socioeconômicas em um modelo baseado em sistema de ideais, princípios, organização da produção de bens, serviços e consumo; e também tem como legado oportunizar o desenvolvimento a partir de seu próprio objetivo.

Pinho (2004) cita que,

(...) de modo geral, a análise da evolução do cooperativismo no Brasil mostra, desde os primórdios da colonização portuguesa, o processo de criação de uma cultura de cooperação. Embora incipiente e quase interrompida durante o escravismo, essa cultura emergiria no século XX, facilitando a criação e a difusão de cooperativas dos mais variados ramos (PINHO, 2004, p. 13).

A cooperativa é o braço econômico da organização social, e tem que ser conduzida com competência e dirigida e gerida como uma empresa para dar resultado ao sócio cooperado. No setor do cooperativismo o grande capital são as pessoas, portanto é preciso valorizá-las acima de tudo.

O cooperativismo constitui-se na técnica econômica capaz de permitir ao produtor rural ampliar a retenção de sua parcela no preço final do produto ou, ao menos, atenuar a descapitalização em nível do estabelecimento rural (FLEURY, 1983).

Conforme Da Silva (2013), distinto das estruturas capitalistas tradicionais, o cooperativismo não visa ao lucro, mas sim contemplar as demandas do grupo ao qual ele faz parte, com acesso a bens e serviços a custos inferiores, estimulando o bem-estar social.

O excedente das transações, quando feito com seu quadro social, será programado, investido e aplicado no seu próprio contexto de atuação, permitindo uma distribuição de renda e riqueza mais democrática.

Sob o destaque econômico, a cooperação consiste em um meio de elevar o padrão de vida dos associados (DOMINGUES, 2002).

A análise da cooperação sob o prisma sociológico, segundo Pinho (1966), aponta que é uma maneira de integração social e pode ser entendida como ação associada de indivíduos para atingir o mesmo objetivo.

Para Vieira (2005), o cooperativismo se propagou por todas as camadas empresariais e tem atuado em todos os setores da economia. Identifica-se como um dos sistemas mais adaptados: é presente, justo, democrático e reconhecido para ajudar nas necessidades e nos interesses pessoais dos trabalhadores associados e colaboradores.

Rios (1988) alerta que o cooperativismo não deve ser visto como uma solução especial, e sim como o início extraordinário do muito que precisa ser alcançado sob o império da legalidade.

O autor esclarece que propagar essa ideia é o maior desafio dos adeptos dessa questão, considerando que o cooperativismo não é a solução para todas as mazelas causadas pelo sistema capitalista: é uma opção econômica para uma sociedade liberal, uma composição mercantil de acesso a bens, serviços e produtos a preços mais acessíveis, coerentes com a realidade.

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB (2013), o cooperativismo surgiu em 21 de dezembro de 1844, quando um grupo de 27 tecelões e uma tecelã fundou a sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra.

Conforme a Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB (2013), há 13 ramos de atuação das cooperativas brasileiras: agropecuário, consumo, crédito, educação, especiais, habitação, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer, e transporte de cargas e passageiros.

Esses serviços possibilitam aos associados a oportunidade de promover suas atividades profissionais, além de estimular melhores condições de vida, pois as cooperativas exercem a coordenação e a cooperação no âmbito econômico e também social (OCB, 2013).

As práticas de ajuda mútua, educação, confiança mútua, e a busca constante pelas formas de desenvolvimento e valor desenvolvem a competência de viver em grupo ou comunidades e são resultados da composição de uma cooperativa (OCB, 2013).

Esse tipo de organização surgiu como espaço de exercício da democracia, de participação, de decisões coletivas, e de poder, contribuindo para o desenvolvimento da região, principalmente da produção agrícola. As cooperativas agropecuárias exercem grande influência no meio rural e no desenvolvimento local (OCB, 2013).

Conforme Schneider (1991):

As cooperativas passaram a criar as estruturas necessárias para a assistência técnica, armazenagem para grandes quantidades de grãos e até a estrutura portuária para a realização das exportações. Todo este processo trazia um conjunto de vantagens ao Estado. As cooperativas representavam uma série de vantagens ao Estado: a) reduziam os custos operacionais e gastos de circulação; b) facultariam a compra de grãos; c) oportunizariam a difusão e incorporação de tecnologias avançadas; d) garantiriam maior produtividade física e econômica da lavoura (SCHNEIDER, 1991, p. 254).

Nesse cenário, as empresas cooperativistas debatem-se na vigência dessa forma organizacional para competir com êxito nos mercados e poder propiciar aos produtores melhoria das suas condições de vida.

Seu perfil de empresa associativa, geralmente de alcance regional, gerida democraticamente, por e para seus membros, faz da cooperativa uma organização econômica singular, com problemas e características diferentes dos outros tipos de empresas, segundo a sua evolução histórica.

2.5.2 Evolução Histórica do Cooperativismo

Dada a sua evolução histórica, o cooperativismo expressa uma articulação entre economia e política, e busca exercer o poder nas relações de mercado, mas a economia não se resume a essas relações, pois também engloba a cooperação. A economia cooperativa se distingue da economia concorrencial, visto que os seus interesses se identificam e aproximam-se e cooperam de acordo com suas necessidades e objetivos.

A modernidade consiste em acreditar no poder e na capacidade de organização humana, e o cooperativismo moderno é expressão dessa crença. O movimento cooperativista moderno nasceu da passagem da simples organização de mútua ajuda à organização racional das necessidades e dos interesses das pessoas, sem as quais perde a sua essência como referência de luta pela valorização do trabalho, enquanto tem o capital como seu instrumento (FRANTZ, 2012).

Das relações cooperativas nasce a solidariedade, a responsabilidade social, o espaço coletivo, e os elementos de capital social, tendo como base a economia humana o seu fundamento.

Furtado (2000) esclarece que as cooperativas, como uma forma de organização local, pode articular uma rede de relações entre forças locais e globais. Vale lembrar, nesse sentido, que não apenas as cooperativas, mas todo o empreendimento econômico capaz de gerar emprego e renda é capaz de promover o florescimento ou o desenvolvimento de uma dada localidade, desde, evidentemente, que seja uma prática econômica de reconhecido sucesso.

Assim, pode-se afirmar que as práticas econômicas estão associadas à potencialidade de ajustar permanentemente as transformações do meio produtivo, e isso define o seu sucesso ou insucesso.

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2014), o cooperativismo surgiu em 21 de dezembro de 1844, quando foi fundada a Sociedade dos Probos de Rochdale, em Manchester, Inglaterra, que ficou conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo, com objetivos bem claros.

Os primeiros tecelões que trabalharam economizaram durante 12 meses um montante de 28 libras e criaram uma sociedade que atuaria em um mercado onde o

homem seria sua principal finalidade e não o lucro. Essa sociedade concebeu os princípios morais e a conduta que são considerados, até atualidade, a base do cooperativismo autêntico.

Conforme Schneider (1981):

As cooperativas surgem como uma reação do mundo operário e camponês à grave situação de exploração durante a primeira fase da revolução Industrial, quando o liberalismo de então era contrário a qualquer forma de associação profissional, que visasse a defesa dos interesses de classe (SCHNEIDER, 1981, p. 9).

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2014), os pioneiros direcionaram suas forças na formação de um capital social que permitisse a sua emancipação e autonomia para, com autoajuda, promover o progresso social, agregando participação na capacidade produtiva para colher frutos das atividades econômicas.

O Quadro 1 traz a Sociedade dos Probos de Rochdale, criada em 1844, e os pioneiros que constituíram a sua primeira composição.

Sociedade dos Probos de Rochdale - Pioneiros de Rochdale			
1	Benjamim Jordan	15	John Collier
2	Benjamim Rudman	16	John Garsid
3	Charles Howarth	17	JhonHolt
4	David Brooks	18	Hohn Hill
5	George Herley	19	JhonKershaw
6	James Banford	20	JhonSconcroft
7	James Daly	21	Joseph Smith
8	James Madem	22	Miles Ashworth
9	James Monoch	23	Roberto Taylor
10	James Smithies	24	Samuel Ashworth
11	James Standrind	25	Samuel Tweedale
12	James Tweedale	26	Willian Cooper
13	James Wilkinson	27	Willian Mallalieu
14	John Bent	28	Willian Taylor

Quadro 1 - Pioneiros de Rochdale – Composição originária

Fonte: Adaptado de SESCOOP (2013)

O maior feito dos pioneiros de Rochdale foi elaborar um estatuto social que definia objetivos amplos e estabelecia normas igualitárias e democráticas para a ampliação e continuidade da cooperativa. Essas normas, após serem estruturadas, foram pensadas e discutidas em dois congressos internacionais promovidos pela Associação Cooperativa Internacional (ACI), em 1937 e 1966, e foram batizados como princípios cooperativistas.

Para Silva Filho (2001), a evolução e repercussão do cooperativismo devem seu êxito à Cooperativa de Rochdale, mas há tendências inovadoras visando adequá-lo aos tempos atuais.

A Figura 3 apresenta essas tendências.

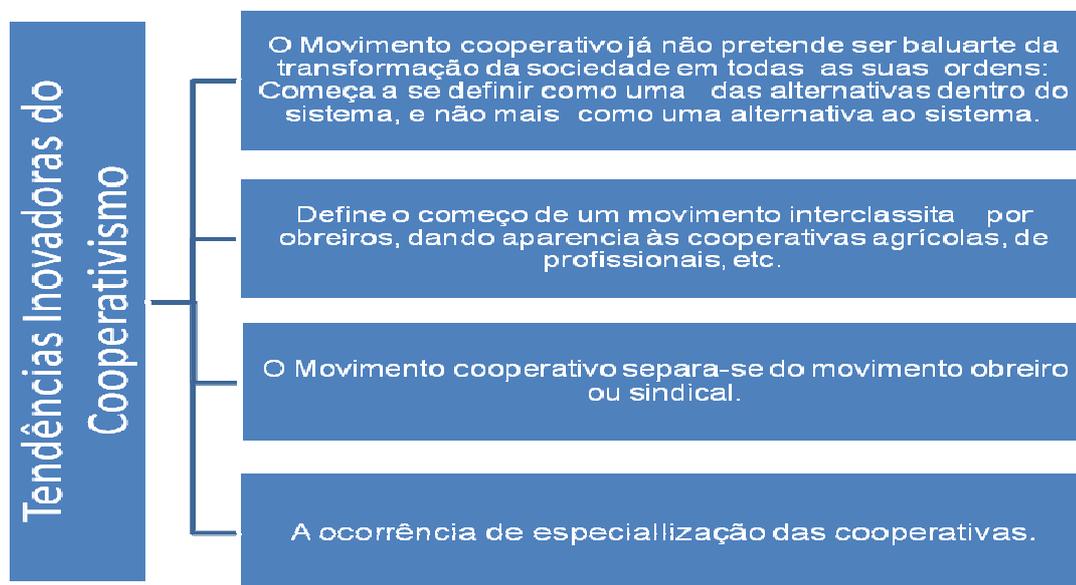


Figura 3 - Tendências Inovadoras do Cooperativismo

Fonte: Adaptada de Silva Filho (2001)

O autor ainda considera que o cooperativismo é um arranjo econômico, com alta capacidade para modificar a dinâmica dos sistemas econômicos. Na Inglaterra, na cidade de Manchester, em meados do ano de 1995, em um evento realizado na Conferência Centenária da Associação Cooperativa Internacional (ACI), observaram-se várias ramificações do cooperativismo.

Para contemplar o maior número e tipos de cooperativas foram validados, nessa ocasião, novos princípios básicos do cooperativismo, que a partir daquela data representam os valores democráticos e igualitários defendidos pelos pioneiros de Rochdale, e que, na atualidade, permanecem orientando o movimento do cooperativismo em todo mundo (ACI, 1995).

2.5.3 Princípios Cooperativistas

Da palavra cooperação originou-se o cooperativismo, que é uma doutrina cultural e socioeconômica amparada na liberdade humana e nas convicções do cooperativismo (SESCOOP, 2013).

Segundo o SESCOOP (2012), a cultura cooperativista busca fortalecer o pensamento intelectual das pessoas de maneira criativa, inteligente, justa, desejando a sua constante melhoria. Os seus princípios buscam, pela capacidade de produção econômica, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida.

Há uma indagação que diferencia os valores dos princípios, tendo em vista que o caráter genérico é permanente, e os valores servem como base para os princípios que são específicos e moldados conforme as circunstâncias do lugar e do tempo.

Dentro do processo de implantação do cooperativismo como uma doutrina que promove a renovação social, por meio da cooperação, houve uma formulação de princípios que representam verdadeiramente a tomada de posição pelo movimento comparatista.

Esses princípios foram definidos nos Congressos da Aliança Cooperativa, em 1937 em Paris, França; em 1966 em Viena, Áustria; e por último em Manchester, Inglaterra, em 1995. Foram expressos princípios rochdaleanos reformulados e implicados, que são praticados por todas as comunidades cooperativistas do mundo, conforme Quadro 2.

Textos de Rochdale	Congresso da ACI de 1937	Congresso da ACI de 1995
1) Adesão Livre	Adesão Livre	Adesão Livre (social política e racial)
2) Gestão democrática	Gestão democrática	Distribuição de sobras e do público em geral: a) Ao desenvolvimento da cooperativa; b) Aos serviços comuns; e c) c) Aos associados <i>pro rata</i> das operações.
3) Retorno <i>pro rata</i> das operações	Retorno <i>pro rata</i> das operações	Taxa limitada de juros ao capital
4) Juros limitados ao capital	Juros limitados ao capital	Taxa limitada de juros ao capital
5) Vendas a dinheiro	Vendas a dinheiro	Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral
6) Educação dos membros	Desenvolvimento da educação em todos os níveis	Atividade de um fundo entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.
7) Cooperativização global	Neutralidade política, religiosa e racial	

Quadro 2 - Princípios Rochdaleanos segundo os Congressos da ACI
Fonte: Adaptado da ACI (1995)

Os sete princípios rochdaleanos, segundo a Aliança Cooperativa Internacional – ACI (1995), estão descritos na sequência:

- **1º Adesão Livre e Voluntária:** as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a pessoas aptas a beneficiar-se dos seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de ordem social, política e religiosa.

Segundo a ACI (1995), qualquer indivíduo é livre e consciente para associar-se, desde que seja espontâneo para atender aos requisitos e prerrogativas do Estatuto da entidade e aderir aos princípios da doutrina cooperativista. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma cooperativa, é o que dispõe o Art. 29 da Lei 5.764/71.

De maneira alguma um indivíduo pode ser forçado a associar-se à cooperativa como meio de obter vantagens ou de garantir direitos que a lei cede a todos, independentemente de estar ou não organizado em cooperativas.

Esse princípio encontra apoio constitucional no Art. 5º, inciso XX da Constituição Federal, que afirma que ninguém será forçado a associar-se ou a permanecer associado. Seu propósito é demonstrar a *affectiosocietatis* presente em qualquer tipo de sociedade, e tem como prerrogativa duas formas de liberdade: a de associação e a de constituir uma empresa. A voluntariedade é, portanto, indispensável como condição para o exercício pleno da democracia cooperativa.

- **2º Gestão Democrática:** a cooperativa deve ser gerida por representantes eleitos por todos os cooperados. Trata-se de uma organização democrática, controlada pelos seus membros. À assembleia geral, órgão maior da organização cooperativa cabe às decisões mais importantes da entidade, que são tomadas segundo o princípio da gestão democrática.

Dessa forma, o modelo cooperativista distingue-se claramente do modelo capitalista. Cada associado / cooperado tem direito a um voto, independentemente de sua participação financeira (quota parte) na entidade. O direito a voto é decorrente do simples ingresso na sociedade, e é igual para todos.

- **3º Participação Econômica:** todos os associados compõem a constituição financeira da cooperativa por meio da integralização e subscrição de suas quotas partes, bem como usufruem dos resultados obtidos ao final de cada exercício, seja com a distribuição das sobras

entre os cooperados, seja em razão dos investimentos feitos com tais sobras em prol da empresa como um todo.

Convém acrescentar que a Lei 5.764/71, Art. 28, inciso I, determina a criação, pelas cooperativas, de um fundo de reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da entidade. Depende simplesmente da decisão dos associados, e o retorno não é obrigatório.

Se uma cooperativa decide reservar todos os seus excedentes para possíveis ampliações, não há retornos. Se uma cooperativa decide vender a um preço tão próximo ao do custo quanto seja possível, não há retornos. E, contudo, ninguém porá em dúvida a autenticidade dessas cooperativas (LAMBERT, 1975, p. 77).

- **4º Autonomia e Independência:** as cooperativas são organizações autônomas e não estão subordinadas a nenhuma entidade ou pessoa diferente ao seu quadro de cooperados. Pode firmar convênios e compor acordos, ou outros mecanismos para ampliar suas atividades ou melhorar as condições dos serviços prestados aos seus cooperados.

A Constituição Federal, no Art. 5º, inciso XVIII, determina que: “A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. A autonomia assegurada às cooperativas obriga inclusive o Estado a não intervir em suas atividades.

- **5º Educação, formação e informação:** as cooperativas estimulam a educação e a capacitação dos seus membros. Faz-se necessário que aqueles que entram numa entidade cooperativa tenham conhecimento com relação à doutrina cooperativista e ao funcionamento da entidade da qual passam a fazer parte.

Esse princípio é de fundamental importância, uma vez que o cooperativismo compõe-se de doutrina própria, com princípios específicos, formas de atuação definidas, e não pode ser confundido com outros tipos de associação comuns em qualquer sociedade.

Segundo a legislação brasileira que rege as sociedades cooperativas, a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, no seu Art. 28, inciso II, determina às cooperativas a obrigatoriedade da constituição de um Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, com o recolhimento de, no mínimo, 5% das sobras líquidas do exercício.

- **6º Intercooperação:** esse princípio foi adotado a partir de 1966 pela Aliança Cooperativa Internacional, no Congresso de Viena. Preconiza que a união e a cooperação sejam realizadas não apenas entre os membros de uma cooperativa, mas também entre as cooperativas pelas estruturas locais, regionais, nacionais e até internacionais.

A intercooperação deve realizar-se tanto de forma horizontal, entre as cooperativas de um mesmo nível de organização (singulares, centrais), como de forma vertical, entre as cooperativas singulares e as centrais, entre estas e as organizações nacionais.

- **7º Interesse pela Comunidade:** o principal objetivo de uma cooperativa é a melhoria das condições de vida daqueles que nela ingressam. Não se admite uma cooperativa voltada exclusivamente para o mercado, visando à obtenção de lucros, aviltando os direitos dos cooperados.

A história do cooperativismo demonstra que a preocupação com a comunidade foi a fonte de onde brotou toda a construção doutrinária dessa forma de sociedade. A comunidade constitui, ao mesmo tempo, o objetivo e o objeto de toda verdadeira cooperativa.

Ao introduzir a temática dos princípios cooperativistas é importante esclarecer as finalidades de uma cooperativa, bem como a contribuição que essa forma de organização do trabalho pode proporcionar aos indivíduos e à sociedade como um todo, na luta pelo bem comum. A cooperativa é uma organização que tem características e princípios diferentes das outras organizações mercantis.

2.5.4 Cooperativismo como Instrumento do Desenvolvimento Econômico

O Cooperativismo, como ação socioeconômica que aspira ao bem-estar social, cultiva a democracia, a solidariedade, a independência, e a autonomia, e vincula-se a uma maneira sustentável que se revela como uma verdadeira filosofia de vida.

Do ponto de vista teórico econômico, merece especial destaque Pinho (1982), por suas inúmeras obras dedicadas à importância do cooperativismo e à

necessidade de utilização desse potencial nas atuais estruturas econômicas como forma de organização democrática da sociedade.

Pinho (1982) assim expõe a relevância das estruturas cooperativas:

Organizações de pessoas que buscam, em bases democráticas, atender às necessidades econômicas de seus membros e prestar-lhes serviços, as cooperativas são especialmente importantes para atuar em situações econômicas críticas como inflação, recessão, estagnação e desemprego. Aliás, esta potencialidade, decorre do fato da cooperativa reunir na mesma instituição, uma associação de pessoas e uma empresa (PINHO, 1982, p. 239).

Schneider (1993) entende que os indivíduos são a referência no cooperativismo, e as individualidades comungam espaço para a concepção da prosperidade, independentemente de sua procedência, cor ou credo, seja qual for a sua ordem.

O autor explica ainda que os benefícios obtidos com equilíbrio e equivalência pelo trabalho coletivo são de todos. A forma dupla ‘cooperado dono e usuário’ não se mistura com o lucro, consequência própria dos empreendimentos cujo capital prevalece e está a serviço de poucas pessoas.

Assim, o cooperativismo se situa na linha do “deve se”, não numa dimensão impositiva, mas como um apelo às consciências para optarem por uma proposta comportamental na sua atividade econômica e social, que conduza a uma sociedade e a um sistema econômico alternativo, mais solidário, justo, autônomo, democrático e participativo.

Os valores princípios e normas que propõe são “paradigmas que ajudam a orientar a ação dos cooperadores, no seu empenho em prol da realização dos objetivos da cooperação” (SCHNEIDER, 1993 p. 2). Os indivíduos cooperam para satisfazer os desejos econômicos de ambos, em distintos campos, a preço justo, e à luz de outros diferentes preceitos éticos.

Há um cuidado em gerar o desenvolvimento equivalente à disposição das populações e de acordo com a força econômica da região cooperativada. Pelos motivos do seu público, associados e membros vivem ali mesmo, determinando uma preocupação ligada à sustentabilidade em longo prazo. Uma comparação entre sociedade cooperativa e mercantilista é apresentada no Quadro 3.

Sociedade Cooperativa	Sociedade Mercantil
É uma sociedade de pessoas	É uma sociedade de capital
Objetivo principal é a prestação de serviços econômicos e financeiros	Objetivo principal é o lucro
Número ilimitado de cooperados	Número ilimitado de acionistas
Controle democrático - uma pessoa tem apenas um voto	Cada ação representa um voto
Assembleias - Quórum é baseado no número de cooperados	Assembleias - quórum é baseado no capital
É proibida a transferência de quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade	É permitida a transferência de ações a terceiros
Retorno dos excedentes proporcional ao valor das operações	Lucro proporcional ao número de ações

Quadro 3 - Comparativo entre a sociedade cooperativa e mercantilista
 Fonte: OCB-SESCOOP (2013)

Conforme o Portal do Cooperativismo Financeiro (2013), a manifestação cooperativa pode propor diferentes formas operacionais. A diversidade, com efeito, envolve desde ações de produção e comercialização até a disponibilidade de itens para consumo e prestação de serviços nas mais diversas áreas profissionais.

Nesse contexto, o universo cooperativista já conta com mais de um bilhão de praticantes em todo o mundo, por suas características do modal cooperativista de valorização de cada indivíduo, de cada associado. As cooperativas exercem um papel importante na economia, na área social, e em suas comunidades como criadoras de oportunidades de trabalho e renda.

As empresas cooperativistas são organizações que oferecem uma importante contribuição para o desenvolvimento econômico, incorporado à geração e repartição de renda e criação de empregos. As cooperativas facilitam a distribuição dos resultados econômicos proporcionais às operações com seus associados (BENECKE, 1980).

Em relação aos recursos administrados por empresas privadas, indubitavelmente os preços dos produtos, tanto os pagos como os cobrados, seriam diferentes, reduzindo a capacidade de aquisição dos consumidores ou fornecedores.

Além de as cooperativas exercerem preços mais justos, tanto na aquisição como na venda dos itens para seus associados, conta também com um dos seus principais diferenciais: a distribuição das sobras ao final do exercício. Em qualquer das conotações, sejam elas os negócios no dia a dia ou a distribuição dos excedentes, as cooperativas exercem a distribuição regional da renda.

Os lucros alcançados pelas empresas mercantis seriam conduzidos para outras regiões, e mesmo que fossem alocados no mesmo município em que foram gerados ficariam concentrados nas mãos de poucos: os donos de tais empresas.

Segundo Morato e Costa (2001), a cooperativa é um dos modelos de organização mais qualificada da sociedade civil, dada a sua capacidade de promover o desenvolvimento socioeconômico aos seus integrantes e à comunidade, além de resgatar a cidadania por meio da participação e do exercício da democracia.

Rios (1998, p. 33) aponta que:

“o cooperativismo não deve ser visto como uma solução mágica, e sim como o início extraordinário do muito que precisa ser conquistado pelo império da legalidade, que deve suportar a ordem social da verdadeira democracia”. RIOS (1998, p.36)

O autor ainda destaca que não existe nenhuma fórmula específica que poderá determinar o êxito ou fracasso desse modelo, e sim a alternativa para alcançar os objetivos almejados, como um adequado modelo de gestão, por influência cultural, do envolvimento e da participação do associado no empreendimento; e por movimentos políticos em que os atores se organizam dentro do cooperativismo,

As cooperativas apresentam conhecimentos específicos e foco claro nos segmentos que atuam. Apesar de competirem de forma igual às empresas comerciais no mercado, há características a serem levadas em conta ao efetivar uma análise mais detalhada dessas organizações.

As companhias, independentemente do seu projeto de estrutura, devem estar atentas à rápida evolução do mercado capitalista, sejam elas tecnológicas ou gerenciais, e as cooperativas não ficam alheias a esse processo.

Tal argumento foi exposto por Rios (1998, p. 36), para quem “as cooperativas, quando bem estruturadas e bem administradas, têm alta capacidade de competitividade no mercado brasileiro, não devendo nada em termos de estratégias para empresas tradicionais”.

Contudo, existem razões para que outras estruturas cooperativistas possam permanecer contribuindo para o desenvolvimento regional, e, com efeito, foi necessário adequarem-se às questões regionais brasileiras.

2.5.5 Cooperativismo no Brasil

No Brasil, a cooperativa consiste em uma associação de pessoas que não têm como objeto final o lucro, e sim viabilizar condições de trabalho aos associados. Todos contribuem com bens ou serviços em prol de determinada atividade econômica e para o custo reduzido. As cooperativas apresentam duas dimensões, a econômica e a social, com foco no associado e na comunidade (BIALOSKORSKI, 2002).

A consolidação do sistema cooperativista no Brasil tem papel significativo no desenvolvimento da sociedade, pois promove, dentre outros benefícios, acesso ao crédito, à saúde, educação, moradia, e ao mercado de trabalho, com responsabilidade social e ambiental (OCB, 2004).

Esse tipo de organização oferece aos membros benefícios diferenciados, como o acesso a equipamentos e matéria-prima, e está fundamentado no princípio da dupla personalidade dos associados, que atuam simultaneamente como produtores e sócios.

Sob o ponto de vista da tributação previdenciária, há cooperativas de produção rural, cuja sociedade é formada por pessoas físicas ou produtor rural, e se constitui pessoa jurídica com objetivo de produzir, industrializar e comercializar, de acordo com a Instrução Normativa nº 971, de 13 de novembro de 2009, da Receita Federal do Brasil.

Para Bernardi (2012), as cooperativas, a cada dia, estão ocupando um espaço maior na vida dos brasileiros. São sociedades de pessoas que se unem com o principal objetivo de atender os associados em relação às suas demandas econômicas e à prestação de serviços.

O autor ainda expõe que a principal diferença das demais organizações está em satisfazer as necessidades dos associados sem almejar fins lucrativos, mas sim o rendimento do capital investido e sua multiplicação, o que permitirá contribuir com a qualidade de vida do associado.

Isso se deve ao fato de as pessoas, capacitadas e conscientemente organizadas, somarem forças e se tornarem robustas o suficiente para enfrentar o mercado. Associadas, são capazes de fazer as coisas acontecerem de uma forma

mais equitativa, tanto no acesso quanto na distribuição dos recursos, e é aí que está o grande valor do sistema.

De acordo com o Departamento de Cooperativismo e Associativismo (Denacoop), após ter passado menos de 50 anos da criação da primeira cooperativa, na Inglaterra, os brasileiros começaram a fazer as indicações das primeiras cooperativas no Brasil, percebendo oportunidades no movimento que acabava de surgir (BRASIL, 2013).

A mais antiga cooperativa ainda está em atividade no Brasil. É do ramo de crédito e foi idealizada em 1902 pelo padre jesuíta suíço Theodor Amstad, grande conhecedor do sistema cooperativo europeu. Era composta por colonos alemães que habitavam Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul (BRASIL, 2013).

O cooperativismo começou a se desenhar no Brasil no início dos anos 1900, influenciado pela religião e pelas teorias políticas dos imigrantes. Seguiu principalmente o chamado modelo alemão, que defendia a educação cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas (BRASIL, 2013)

Atualmente, o cooperativismo brasileiro é amparado pela Lei n.5764, de 16 de dezembro de 1971, que estipula um número mínimo de 20 sócios para a sua constituição, visto que o Art. 4º do Capítulo II da referida Lei define as cooperativas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

O Art. 79 do Capítulo XII define os atos cooperativos como “os praticados entre os associados e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais” (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, a legislação, aliada aos princípios cooperativos, dá a essa forma de organização um caráter singular, pois demonstra dupla característica da sua natureza: de um lado necessita produzir resultados econômicos positivos, a fim de garantir a sua capacidade de funcionamento operacional e cuidar das suas necessidades e as dos associados, e por outro lado estão as questões sociais, não menos importantes.

Segundo Schneider (1981), mesmo presente, apesar das condições tão distintas, o cooperativismo brasileiro copiou o modelo europeu, transportando-o de forma deturpada, e preocupando-se apenas com seu aspecto superficial e dogmático: a doutrina cooperativista constituída a partir da experiência de Rochdale.

Schneider reitera que tal perspectiva se distancia daquela observada nos anos 80, quando a literatura foi pródiga em denunciar o movimento cooperativista do País dentro dos procedimentos de uma modernização conservadora, em que o Estado atuava de forma autoritária e centralizada.

Esse modelo era acusado de favorecer médios e grandes agricultores voltados à cultura de exportação, em detrimento de uma agricultura de subsistência desenvolvida pela agricultura de base familiar (SCHNEIDER, 1981).

O Brasil é filiado à ACI desde 1989. Em 1992, o País começou a participar da gestão da entidade, quando o então presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues, foi eleito presidente da ACI Américas, o que lhe conferia automaticamente o cargo de vice-presidente.

Em 1997, Rodrigues foi o primeiro não-europeu a assumir o cargo de presidente mundial da ACI – Aliança Cooperativa Internacional, ocupando a função até 2001. Rodrigues é também autor do sétimo princípio do cooperativismo, que prega o interesse pela comunidade.

Segundo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2014), a existência de um órgão de apoio ao cooperativismo é de fundamental valia para a sua propagação. No Brasil, em especial, existem dois órgãos:

- **Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRESCOOP):** criada em 1986 e organizada por senadores e deputados federais no Congresso Nacional, em Brasília (DF), com a função de executar, solidarizar e coordenar no sentido de fomentar e promover o cooperativismo brasileiro, divulgando e defendendo a doutrina e o conceito do cooperativista, estimulando a prática do cooperativismo em todos os ramos e níveis sociais; e
- **Departamento de Cooperativismo e Associativismo (DENACOOP):** é um departamento do governo federal que tem como alçada estimular e desenvolver o cooperativismo e o associativismo rural brasileiro. A sua missão é promover e fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo em todos os seus ramos, visando à inclusão social, com ações que divulguem o desenvolvimento humano e a geração de trabalho e de renda sustentável, conforme o Art. 5º, inciso XVIII; e o Art. 174, § 2º, da Constituição Federal, combinados com a Lei nº 8.171/91, Capítulo XI, Art. 45 da Lei Agrícola.

De acordo com o Ministério da Agricultura, o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOOP), da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), é o órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que tem a atribuição de apoiar, fomentar e promover o cooperativismo e o associativismo rural brasileiro.

O Departamento de Cooperativismo e Associativismo - DENACOOOP faz parceria com a Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), criado pelo Decreto nº 99.621, de 18/10/1990.

O objetivo das ações do Departamento de Cooperativismo e Associativismo - DENACOOOP é fortalecer a presença do sistema cooperativista em todos os seus ramos e do associativismo rural, envolvido em todos os processos de criação de empregos, de produção de alimentos, de geração e de distribuição de renda, e de melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais e urbanas.

A representação cooperativista está subdividida em três esferas: a Organização e Sindicato Estadual de Cooperativas (OCE); a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

O SESCOOP foi criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, e pelo Decreto 3.017, de 6 de abril de 1999. Operacionaliza o monitoramento e o controle da gestão de cooperativas, conforme sistema desenvolvido e aprovado em assembleia geral da OCB.

Nesta pesquisa convencionou-se tomar os dados das seguintes organizações, como origem principal de análise por concentrar o maior perfil de dados sobre o cooperativismo brasileiro: Aliança Cooperativa Internacional (ACI); Cooperativas Brasileiras (OCB); Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop); DENACOOOP; e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que conta com 26 unidades estaduais e uma no Distrito Federal.

O cooperativismo tem se estabelecido como origem de renda e inserção social num contexto cada vez maior de indivíduos. Os indicadores do Sistema OCB afirmam essa tendência.

Em 2012, o total de associados às cooperativas ligadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ultrapassou dez milhões, perfazendo 11% de

incremento comparado ao ano decorrido, quando foram registrados cerca de nove milhões.

Nessa mesma linha identificou-se um crescimento no número de empregados, que fechou o período com o número de 296.286 indivíduos, referentes a 9,3% a mais comparado ao ano de 2010, de acordo com dados compilados da Gerência de Monitoramento e Desenvolvimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

Segundo os critérios nacionais de monitoramento e desenvolvimento de cooperativas, há predominância do gênero feminino no sistema, conforme apresenta o Gráfico 1, que demonstra a distribuição dos empregados do sistema OCB quanto ao gênero.

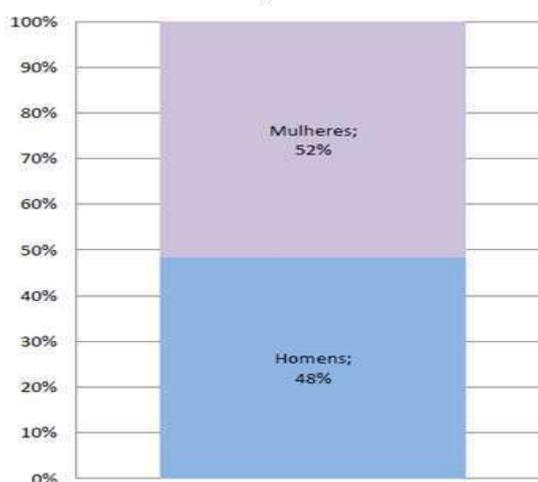


Gráfico 1 - Distribuição dos empregados quanto ao gênero no Sistema OCB
Fonte: OCB (2011)

Informações apresentadas na Figura 4 mostram que 10,4 milhões de cidadãos tinham vínculos como associados a uma cooperativa no último semestre de 2012. O número de cooperativas ficou em 6.586, representando um decréscimo de 1% no comparativo a 2011.

Segundo a Confederação Nacional das Cooperativas (OCB 2012), essa diminuição aponta uma direção natural: a de angariar um número maior diante do mercado, já que as cooperativas se unem e se comprometem para compor mais força e dinâmica de escala, e assim conquistar mais espaço e difundir mais negócios.

O cooperativismo injetou R\$ 8 bilhões na economia nacional apenas com salários e benefícios ao trabalhador. O modelo cooperativista de produção e prestação de serviços está presente em todos os setores da economia, em 13 ramos

de atividades, com maior participação de mercado nos ramos agropecuário, de crédito e saúde.

Atualmente, 50% de toda a produção agropecuária brasileira passa por uma cooperativa. O dado é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012).

Em consequência verifica-se uma evolução relevante no total de associados e de empregados, ou seja, na força de trabalho, como pode ser observada na Figura 4.

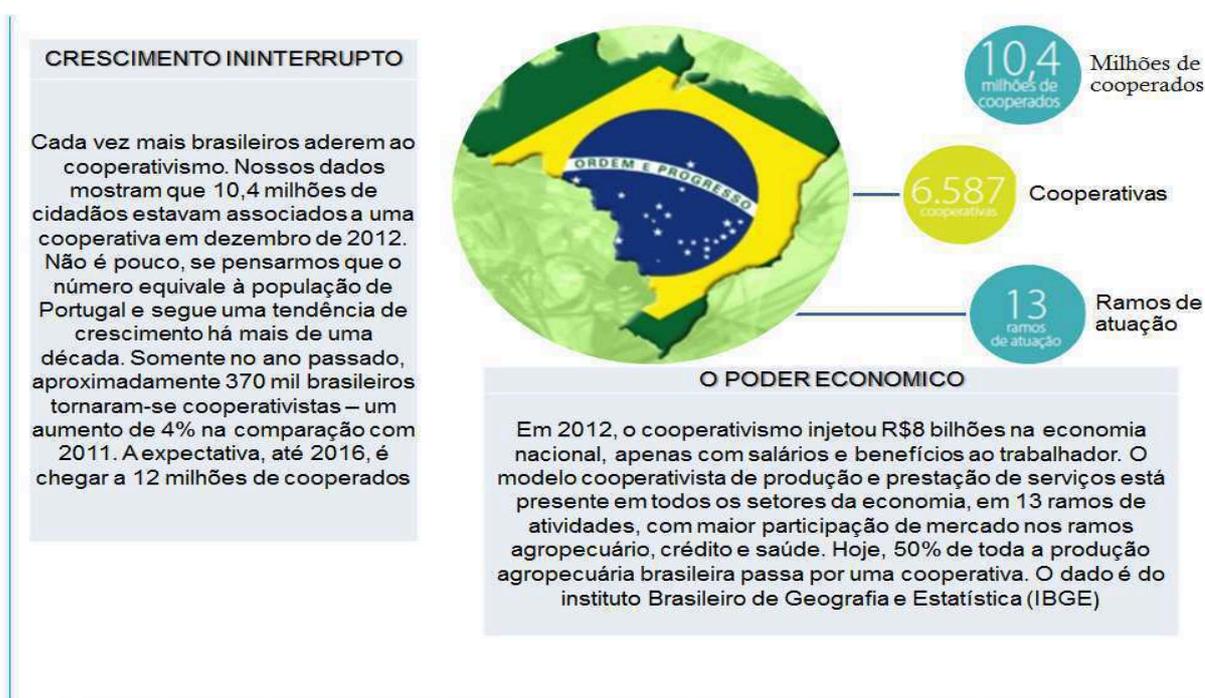


Figura 4 - Relatório das Organizações Estaduais e OCBI
Fonte: OCB/Gemerc (2013)

Segundo a Confederação Nacional das Cooperativas (OCB 2011), em relação à quantidade de cooperativas por regiões federativas, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Números de Cooperativas, Cooperados e Empregados por Região

Região	Nº Cooperativo		Variação	Nº Cooperados		Variação	Nº Empregado		Variação
	2010	2011		2010	2011		2010	2011	
Sudeste	2.285	2.349	3%	4.072.557	4.702.109	36%	138.484	152.216	10%
Nordeste	1.718	1.738	1%	3.466.112	3.947.600	15%	83.236	94.343	13%
Sul	1.227	1.050	-14%	583.861	644.102	10%	17.915	21.446	20%
Norte	772	789	2,00%	769.326	550.138	-28%	24.445	20.557	-16%
Centro-Oeste	650	660	2%	124.671	164.886	32%	7.445	7.724	9%
Total	6.652	6.586	-1	9.016.527	10.008.835	11%	271.134	296.286	9,30%

Fonte: OCB (2011)

Na perspectiva dos estados da federação, estão registradas na Confederação Nacional das Cooperativas (OCB, 2011) o Ranking por Estado de Cooperativas, Cooperados e Empregados (Tabela 2A).

Tabela 2A - Ranking por Estado de Cooperativas, Cooperados e Empregados.

Estado	Nº Cooperativo em 2011	Estado	Nº Cooperados em 2011	Estado	Nº Empregado em 2011
SP	932	SP	3.335.957	PR	64.999
MG	785	RS	1.999.766	RS	48.755
BA	783	SC	1.267.868	SP	48.505
RS	550	MG	939.631	SC	38.462.
RJ	482	PR	679.966	MG	31.364
SC	261	MT	253.650	RJ	7.883
PA	252	RJ	230.307	MT	7.724
PR	239	BA	228.667	GO	7.349
GO	221	ES	196.214	ES	6.591
PE	221	DF	143.128	CE	5.457
DF	184	GO	141.014	MS	4.491
AM	157	PE	111.115	BA	3.853

Fonte: Adaptada da OCB (2011)

Concomitantemente, na perspectiva de Brasil e com base nos dados históricos é possível fazer um prognóstico do desempenho dos indicadores em relação aos próximos cinco anos. A previsão é que a quantidade de cooperativas inscritas e registradas na Confederação Nacional das Cooperativas (OCB 2011), mantenha-se estabilizada. Já na soma de cooperados está previsto um desenvolvimento ascendente e constante, com perspectiva de chegar, até o ano de 2016, a 12 milhões de cooperados e 353 mil empregados (Tabela 2B).

Essa perspectiva se apoia na análise por ramo, conforme quadro analítico dos dados nacionais, separados por ramo do cooperativismo no território brasileiro, e comparando os anos de 2010 e 2011. O ramo agropecuário lidera o quadro de número de cooperativas com transporte, seguido pelo ramo do crédito, conforme *ranking* apresentado na Tabela 3.

Tabela 2B - Ranking por Estado de Cooperativas, Cooperados e Empregados.

Estado	Nº Cooperativo em 2011	Estado	Nº Cooperados em 2011	Estado	Nº Empregado em 2011
MT	155	MS	106.210	PE	3.348
ES	150	PA	82.325	PB	2.912
CE	135	CE	60.544	PA	2.323
PB	133	RN	54.789	AL	2.244
MA	130	PB	46.761	DF	1.882
RN	121	RO	37.795	AM	1.692
RO	107	AL	20.104	RO	1.530
AL	105	AM	16.503	RN	1.301
MS	100	TO	11.374	TO	842
AP	81	SE	11.212	SE	643
AC	72	MA	10.920	AP	572
RR	63	AC	8.827	PI	447
TO	57	PI	5.957	AC	394
PI	55	AP	5.043	RR	369
SE	55	RR	3.228	MA	352
TOTAL	6.586	TOTAL	10.008.835	TOTAL	296.286

Fonte: Adaptada da OCB (2011)

Tabela 3 - Número de cooperativas por ramo no Brasil

Ramo	Nº de Cooperativas		Variação %
	2011	2010	
Agropecuário	1.523	1.548	-2%
Transporte	1.088	1.015	7%
Crédito	1.047	1.064	-2%
Trabalho	966	1.024	-6%
Saúde	846	852	-1%
Educacional	294	302	-3%
Produção	243	235	3%
Habitacional	226	242	-7%
Infraestrutura	128	141	-9%
Consumo	120	123	-2%
Mineral	69	63	10%
Turismo e Lazer	27	31	-13%
Especial	9	12	-25%
TOTAL	6.586	6.652	-1%

Fonte: Adaptada OCB (2011)

Para melhor compreensão do desenvolvimento histórico do cooperativismo no Brasil é necessário analisar os fundamentos doutrinários, seus ramos e formas de cooperativa, já que cada um tem a sua própria história, amparado em dificuldades e episódios diferentes, dependendo quase sempre dos movimentos ora estimulados e ora intimidados pelas ações promovidas pelo Governo.

2.5.6 Histórico da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO)

O surgimento do cooperativismo empresarial no estado de Goiás tem uma relação direta com a concessão de crédito rural, oferecida a partir da década de 1970.

Surgiu nesse momento o pensamento do cooperativismo voltado para o empresarial, tendo como fundamento a formação de dirigentes e corpo técnico qualificados, voltados para atender as necessidades específicas dos seus associados (CHAVAGLIA, 2004).

É importante salientar que as primeiras cooperativas que surgiram no Estado são datadas no final da década de 1940 e eram formadas por imigrantes italianos e poloneses. Em março de 1949 foi instalada no município de Rio Verde a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores, formada por 400 cooperados, que tinha por finalidade o assentamento de 5.000 famílias em uma área de 150.000 hectares (CHAVAGLIA, 2004).

Segundo a Confederação Nacional das Cooperativas (OCB, 2012), entre o final da década de 1940 e o decorrer da década de 1950 outras cooperativas surgiram em Goiás, como a Cooperativa Agropecuária de Itaberaí e a Cooperativa Rural de Córrego Rico, ambas fundadas em maio de 1949. A década de 50 foi marcada pelo surgimento das cooperativas de crédito agrícola, e na década de 1960 surgiram as primeiras cooperativas de consumo e agropecuária.

Somente na década de 1970 “o cooperativismo apresentou-se como instrumento de organização socioeconômica, especialmente nas regiões sul e sudoeste do Estado” (CHAVAGLIA, 2004, p. 928).

De acordo com Silva (1996), o cooperativismo foi um elemento indutor da modernização agropecuária não só da Região, na medida em que colaborou para a formação de um efetivo parque agroindustrial, mas também da cidade, realizando todas as atividades inerentes ao segmento.

A cooperativa atraiu investimentos, provocou o desenvolvimento da configuração territorial com suas unidades, e interferiu profundamente na dinâmica social de diversas atividades econômicas, sociais, culturais e políticas do Município.

Historicamente, as organizações com postura empresarial no modelo de cooperativa, estruturaram-se para disputar e concorrer no âmbito de sociedades comerciais amparadas numa legislação que requer a produção e a sua distribuição social, diferentemente dos objetivos e interesses comuns somente econômicos que os indivíduos buscam em bases associativas para se formarem e se organizarem como cooperativas.

A ausência de estrutura de armazenagem, conhecimento técnico, assistência técnica e comercialização da região do sudoeste de Goiás compôs o bojo de necessidades que determinou a fundação da Cooperativa Agroindustrial dos produtores Rurais do Sudoeste Goiano, a COMIGO.

Oficialmente criada em assembleia geral dos sócios fundadores, em 6 de julho de 1975, em Rio Verde, Goiás, a COMIGO surgiu por iniciativa de atores locais liderados por Paulo Roberto Cunha, Antônio Chavaglia, John Lee Ferguson e Hadovaldo Vilela Horbilon. O movimento começou com um difícil trabalho de convencer e agrupar os produtores rurais (COMIGO, 2013).

Em 1974, os produtores rurais de Rio Verde tinham o costume de reunir-se no Posto Horizonte, às margens da BR-060, no km 421. Foi ali que a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda, atual Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, começou a ser rascunhada com o objetivo inicial de remover alguns obstáculos, como a aquisição de sacaria, de óleo lubrificante e secagem de arroz (COMIGO, 2013).

Na época, o arroz de sequeiro era o principal produto cultivado, seguido do milho. O grão ajudava na formação de novas pastagens para o gado, daí a sua importância. Como havia poucos secadores, o arroz era seco nas ruas; por isso a colheita do milho era realizada nos meses de julho e agosto, com o grão praticamente seco. A comercialização do arroz era outro gargalo, negociado com cerealistas locais e comerciantes de Uberlândia (MG), que quase sempre ditavam o preço.

Na tentativa de superar essas barreiras e criar mecanismos de defesa dos produtores rurais para fornecer insumos de qualidade a preços justos, prestar serviços de comercialização, armazenagem e assistência técnica, a ideia de uma cooperativa foi evoluindo.

Apenas 67 agropecuaristas se dispuseram a fundá-la com a quota-parte de Cr\$ 30 mil, equivalente a R\$ 4 mil, porém somente 31 agricultores integralizaram-se

de fato ao capital social no ano de fundação, em 1975. Dois anos depois, mais 19 produtores apostaram na ideia, completando 50 sócios fundadores da COMIGO.

As atividades da Cooperativa foram iniciadas em fevereiro de 1976, com a abertura da primeira loja de revenda de bens de consumo, na rua Itagiba Gonzaga Jaime, 1.483, no centro da cidade, e nessa instalação imobiliária era onde funcionavam o escritório, a primeira loja, e os depósitos.

A COMIGO teve que tornar-se uma empresa cooperativista, que se ajusta ao mercado, pois não havendo uma política e legislação específica, tinha um comportamento que não a distinguiu das demais empresas mercantis.

O Estado influenciava todo o movimento de desenvolvimento com suas políticas públicas, e naquele mesmo período foi implantado o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o maior programa de desenvolvimento regional efetivamente executado em Goiás.

Por meio do Programa foram incorporados mais três milhões de hectares de cerrado à agropecuária, que, por consequência, foi um fator determinante para a composição da COMIGO no seu início. Naquele mesmo ano foi criado o Departamento de Assistência Técnica (DAT), adquirido um terreno de 114 hectares às margens da BR-060, na saída para Jataí, onde mais tarde seria implantado o Complexo Industrial da Cooperativa (COMIGO, 2013).

Para Gonçalves (2003), os fatores que contribuíram para o surgimento da COMIGO estavam relacionados com a conjuntura de modernização da agricultura, fortalecidos por elementos como crédito rural e políticas públicas, e por programas especiais para o desenvolvimento regional.

A Cooperativa foi gerada, portanto, no bojo da modernização do sudoeste goiano, e contribuiu direta e indiretamente para o desenvolvimento da configuração territorial ou espacial de Rio Verde (GONÇALES, 2003).

Na constituição de seu estatuto social, a COMIGO estabeleceu para efeito de adesão de seus associados uma área de ação e abrangência de 32 municípios: Rio Verde, Montividiu, Santo Antônio da Barra, Castelândia, Acreúna, Santa Helena de Goiás, Caçú, Aparecida do Rio Doce, Perolândia, Quirinópolis, Jataí, Paraúna, Caiapônia, Cachoeira Alta, Bom Jesus de Goiás, Serranópolis, Chapadão do Céu, Aporé, Jandiá, Indiara, Edéia, Ivolândia, Maurilândia, Itajá, Doverlândia, Iporá, Amorinópolis, Itarumã, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, e Portelândia.

Além desses Municípios foram incorporados outros, que foram desmembrados dos ora relacionados e que constituem a região geoeconômica homogênea convergente para Rio Verde, conforme ilustra a Figura 5.

Contudo, os estudos realizados para a composição conceitual que da suporte a realização desta pesquisa, permeou a análise das interrelações entre o agronegócio e as dimensões social, além dos elementos políticos e discussão sobre o desenvolvimento, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e a inovação bem como o papel social das cooperativas, uma vez que o cooperativismo compõe-se de doutrina própria, com princípios específicos, formas de atuação definidas, de acordo com a força econômica da região cooperativada.

A relevância científica contempla, portanto, a viabilização do conhecimento do desenvolvimento ao ser notado a partir do atendimento mínimo das necessidades básicas da população, revestido de melhoria na qualidade de vida do indivíduo em todas as perspectivas: social, econômica, e cultural.

Pelo exposto, fica evidente em decorrência desses conceitos e algumas linhas de pensamentos, de autores abordados nesta revisão que as várias dimensões de desenvolvimento, dispõem como pressuposto básico que o desenvolvimento só pode ser considerado como tal se o crescimento econômico também resultar em melhoria da qualidade de vida da população, e nesta pesquisa na perspectiva do agronegócio motivado pelo Cooperativismo.



Figura 5- Mapa da área de atuação da COMIGO
Fonte: COMIGO (2004)

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 Caracterização da Pesquisa

Pesquisa é um conjunto de ações propostas para encontrar a solução para um problema, e tem por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não há informações para solucioná-lo.

Minayo (1993) considera a pesquisa como:

Uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (MINAYO, 1993, p. 23).

Em referência aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como exploratória, dadas as suas características em relação ao grau de novidade e da recente exploração do tema de forma científica.

Segundo Chizzotti (1995, p. 104), a pesquisa exploratória tem como objetivo, via de regra, “provocar o esclarecimento de uma situação para a tomada de consciência” e adota métodos e técnicas de pesquisas diferentes dos estudos experimentais.

A pesquisa de caráter exploratório, segundo Santos (1999), é o contato inicial com o tema a ser analisado, com os sujeitos a serem investigados, e com as fontes secundárias disponíveis.

Esse tipo de pesquisa busca basicamente desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de novas abordagens a *posteriori*, portanto essa forma de estudo objetiva proporcionar o maior conhecimento possível para o pesquisador sobre o objeto de análise, para que possa formular ou reformular problemas mais precisos e específicos, assim como criar hipóteses para estudos posteriores.

Esta pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, que busca investigar, descrever e analisar a influência da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano COMIGO no desenvolvimento do município de Rio Verde.

Para Chizzotti (1995, p. 78), a pesquisa qualitativa “é uma designação que abriga correntes de pesquisas muito diferentes, que se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental”.

Godoy (1995, p. 58) recomenda que uma pesquisa qualitativa deva:

- considerar o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; e ter caráter descritivo;
- ter o processo como foco principal de abordagem e não o resultado ou produto.
- analisar os dados de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador;
- dispensar técnicas e métodos estatísticos; e
- ter como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

Ainda de acordo com Godoy (1995, p.58), a pesquisa qualitativa não busca enumerar e/ou medir os eventos pesquisados, nem utiliza instrumental estatística na análise dos dados. O ponto inicial são questões ou focos de interessantes amplos, que vão se definindo conforme o estudo se desenvolve.

Um estudo dessa categoria necessariamente envolve dados descritivos referentes a organizações, pessoas, lugares e formas de interação que se dão pelo contato do agente pesquisador com o objeto em análise, procurando compreender os fenômenos segundo a vivência e visão dos atores que convivem diuturnamente com o caso fático.

Como qualitativa, a pesquisa adota o método histórico-antropológico, que “capta os aspectos específicos dos dados e acontecimentos no contexto em que acontecem”, na medida em que o objetivo é o resgate do processo de aprendizagem na esfera organizacional e social (Chizzotti, 1995, p. 104).

Uma pesquisa qualitativa tem como ponto de partida a existência de uma relação dinâmica entre o sujeito/organização e o mundo real, o que obriga o pesquisador a despojar-se de preconceitos e adotar uma posição aberta em relação a tudo que é observado, visto que todos os atores que se relacionam com a pesquisa são “reconhecidos como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que intensificam” (CHIZZOTTI 1995, p. 83).

Quanto à natureza, esta pesquisa é básica, pois objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista, e envolve verdades e interesses universais.

De acordo com Castilho *et al.* (2011), o objetivo da pesquisa básica é de caráter intelectual: busca satisfazer o desejo do próprio pesquisador com seu aprendizado e busca novos conhecimentos passíveis de aplicações práticas. Pode ter seus resultados para definir leis, estruturas, sistemas e teorias.

Conforme Gil (1991), quanto aos procedimentos adotados, esta pesquisa é documental, pois foram investigados e analisados documentos, bem como peças contábeis, obtidos no Departamento Contábil da Cooperativa.

3.2 Objeto de Pesquisa

O objeto desta pesquisa é discutir e analisar a influência da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano no desenvolvimento do município de Rio Verde (GO).

A definição do espaço analisado, para desenvolvimento da pesquisa, foi fundamental por estar ligado ao domicílio do pesquisador. A justificativa se dá pela facilidade de acesso, uso e aplicação dos dados necessários à investigação.

O município de Rio Verde surgiu com o benefício da isenção de pagamento de tributos por dez anos, dada pela Lei nº 11, direcionada aos criadores de gado bovino e equino na região sul de Goiás. Em meados do ano de 1840 chegaram aos sertões de Rio Verde José Rodrigues de Mendonça e sua família, instalando-se a seis léguas da atual cidade, na Fazenda São Tomaz.

A partir daí surgiu o Arraial de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde. De acordo com a Lei nº 8, de 6 de novembro de 1854, esse povoado foi elevado à categoria de Vila. Já em 5 de agosto de 1848, por força da Lei Provincial, a Vila foi elevada à categoria de Distrito.

O atual Município foi elevado à categoria de Vila com a denominação Rio Verde pela Lei Provincial nº 8, de 6 de novembro de 1854, e à condição de cidade, com a mesma denominação, pela Lei Provincial nº 670, de 31 de julho de 1882 (IBGE, 2014).

3.3 Coleta e Análise dos Dados

A coleta de dados se deu por meio das peças contábeis obtidas no departamento contábil da COMIGO. Foram analisados o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício por unidade de negócio, a demonstração das origens e aplicações de recursos e do valor adicionado e as notas explicativas às demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013.

Esses materiais estão disponíveis fisicamente em bibliotecas virtuais em mídias físicas e *sites* específicos na internet. As informações sob a forma de tabelas e gráficos estatísticos ilustram e facilitam a visualização dos resultados.

A realização da pesquisa ocorreu em duas etapas distintas. A primeira envolveu uma revisão bibliográfica para fundamentar os conceitos, definições e histórico a respeito do desenvolvimento e do cooperativismo e seus elementos doutrinários, como instrumento de desenvolvimento econômico no contexto nacional.

A segunda etapa refere-se ao município de Rio Verde (GO) e à contextualização histórica do cooperativismo goiano, com a presença da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) fundamentada na pesquisa documental por informações contábeis. Foram eleitas as fontes de dados conforme a relevância da Cooperativa no desenvolvimento do Município.

Em relação ao fato de a Cooperativa ser importante ao Município, foi necessário avaliar esse aspecto econômico por meio de seu balanço financeiro. O acesso ao departamento financeiro foi restrito, mas suficiente para saber da saúde financeira da COMIGO.

Paralelamente à condição da COMIGO, o cooperativismo também foi alvo de quantificação e qualificação no cenário econômico internacional, nacional, estadual e regional, até chegar ao seu impacto municipal. As fontes são dados obtidos nos *sites* de referência e documentos indexadores.

Escolher a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano foi estimulante pelo fato de a Cooperativa estar em franco processo de crescimento presencial em Rio Verde. Os dados obtidos em suas fontes poderiam ser utilizados para uma avaliação social, educacional, institucional, porém o objetivo é buscar esclarecimentos sobre a sua influência no desenvolvimento do Município.

4 DADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

4.1 Contextualização do Município de Rio Verde (GO)

Rio Verde está situado entre as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 17° 47' 53"(S); Longitude: 50° 55' 53" (W) e Altitude média de 715m. Localiza-se na microrregião do sudoeste goiano e ocupa uma área de 8.415,40km².

Além da posição geográfica estratégica, a alta capacidade de produção de grãos, o bom clima favorável, e os incentivos fiscais do governo estadual deram ao Município um grande potencial de desenvolvimento.

Tudo se deu de forma muito rápida e peculiar: a incorporação espacial associada à rápida modernização da agricultura, baseada na preferência dos cultivos comerciais, sem valorizar os aspectos sociais e ambientais que poderiam ser incorporados se não fosse a aplicação de insumos modernos e mecanização, conforme ilustra a Figura 6.



Figura 6 - Foto aérea do município de Rio Verde
Fonte: Rio Verde - Goiás (2013)

A população de Rio Verde é de 197.048 habitantes, segundo o IBGE (2013), com densidade demográfica de 23,49 hab./km². O PIB municipal no ano de 2011 foi de R\$ 5.526,024 bilhões, e o PIB *per capita*, nesse mesmo ano, foi de R \$30.527,15. A composição do PIB (2011) registra os seguintes dados (SEPLAN, 2011):

- valor adicionado bruto da agropecuária: R\$ 723,351 milhões;
- valor adicionado bruto da indústria: R\$ 1.834,039 bilhão;
- valor adicionado bruto dos serviços: R\$ 2.397,641 bilhão; e
- impostos sobre produtos líquidos de subsídios: R\$ 570,994 milhões.

Com uma posição geográfica favorável, o Município está distante 220 km da capital do Estado, Goiânia; a 420 km da capital nacional, Brasília; e próximo de grandes centros. Tem o acesso facilitado pelas rodovias federais BR.060 e BR.452, e pelas rodovias estaduais GO-174, GO-333 e GO-210. Possui um aeroporto com pista pavimentada compatível com aeronaves de pequeno e médio portes.

Segundo Do Carmo (2002), o sudoeste goiano passou por um processo diferenciado das demais regiões do Estado quanto ao seu desenvolvimento, pois sua área agropecuária de ocupação era bastante antiga e sofria influência de outros estados.

A principal atividade econômica, no início, era a criação de gado. Em meados da década de 1960 a Região sofreu uma metamorfose no seu processo de desenvolvimento agrícola, o chamado pacote tecnológico da Revolução Verde, influenciado pelos movimentos políticos que tinham como objetivo a redução das desigualdades regionais.

Segundo a Secretaria de Gestão Planejamento e Desenvolvimento do estado de Goiás-SEPLAN (2004), esse movimento de implementação de ações de políticas públicas de desenvolvimento regional introduziu, nas áreas de cerrado, culturas que não eram comuns nessa Região, como a da soja.

A agricultura comercial registrou, então, um desenvolvimento histórico, que se iniciou na década de 1960 e efetivou-se na década de 1970, com a melhoria de infraestruturas adequadas somadas ao crédito agrícola apoiado pelo governo, dando um salto na capacidade de armazenagem da produção e, por consequência, na organização política e econômica do produtor rural (SEPLAN, 2004).

Em Goiás, essa incorporação foi de aproximadamente dois milhões de hectares, 42% dos quais na região sudeste do Estado (BERNARDES, 2008). A partir desses fatores, a microrregião do sudoeste goiano passou a ser considerado um

expoente na produção de grãos e polo de produção agropecuária, graças aos investimentos tecnológicos.

Ferreira e Fernandes Filho (2003) comentam que a ocupação econômica de Rio Verde apresenta dois períodos de grande relevância. O primeiro inicia-se em 1920, tendo a produção bovina e o uso de extensão de grandes áreas de terra como principal característica.

Já o segundo período caracteriza-se pela produção de grãos, como arroz, milho e soja, dada a mecanização do uso de insumos e equipamentos agrícolas, principalmente relacionados à cultura da soja. Esse período provocou um grande impacto e colaborou com a aceleração das atividades urbanas e econômicas, que atualmente ainda permanecem ditando essa rota.

Tudo isso foi evidenciado na relação das cadeias produtivas agropecuárias e agroindustriais que se difundiram de forma acelerada, principalmente pelas inovações tecnológicas adotadas ao longo dos anos. A transformação das terras do cerrado em áreas agricultáveis e a consolidação da cultura da soja na Região possibilitaram o incremento às instalações de agroindústrias no Município.

Esse processo deu e teve início com a COMIGO, em 1982, atual Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, que foi a primeira indústria de esmagamento e processamento de soja do estado de Goiás.

Conforme o relatório do Conselho de Administração da Cooperativa, divulgado no encerramento contábil do ano de 2013, a COMIGO apresentou um quadro social formado por 6.220 associados e 2.172 funcionários, tendo um acréscimo de 6,4% e 7,4%, respectivamente, comparando-se ao exercício anterior, além de uma somatória total de capital social integralizado no valor de R\$685.159 milhões nesse mesmo ano, conforme demonstra a Tabela 4.

Tabela 4 - Evolução do quadro social e do Capital Social

Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Sócios / COMIGO	4.663	4.971	5.450	5.845	6.220
Funcionários/ COMIGO	1.742	1.681	1.818	2.022	2.172
Sócios / Credi COMIGO	1.259	1.324	1.248	1.303	1.222
TOTAL - Colaboradores	7.664	7.976	8.516	9.170	9.614
Capital Social Integralizado- R\$(mil)	240.996	316.425	384.810	588.290	685.159

Fonte: Adaptada da COMIGO (2014)

Segundo dados da Cooperativa, as atividades foram concentradas no início de sua operação em Rio Verde, onde se encontra sua sede administrativa, a primeira loja agropecuária, os armazéns, e postos de recebimento de grãos para os cooperados.

O processo de diversificação foi ocorrendo de acordo com as necessidades dos cooperados, e a relação de diversificação tem vínculo com o desempenho da COMIGO, conforme se observa nas notas explicativas das demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013, como a Nota 14:

- **Nota 14:** o capital social integralizado no valor de R\$ 685.159.245,96 (R\$ 588.290.931,08, em 2012) está representado por 685.159.245 quotas (588.290.831, em 2012) no valor nominal de 1,00 cada uma, pertencentes a 6.220 associados (5.845, em 2012).

O motivo de investimentos em novas estruturas era para início de novas atividades, como a capacidade de produzir seu próprio adubo, permitindo que os cooperados tivessem participação de suas atividades em todas as etapas.

A Figura 7 apresenta o comportamento da COMIGO, de forma gradativa, promovido pela realocação do capital social mediante a incorporação dos seus investimentos.

Pelo exposto, é possível estabelecer articulação do fenômeno do desenvolvimento que aborda a relação entre desenvolvimento econômico e industrialização, que promove a melhoria da produtividade, qualidade na atividade agrícola, além da tendência de a região tornar-se sujeito do desenvolvimento.

Esses fatos coadunam com Schumpeter (1984) quando expõe que a inovação introduz na atividade econômica a capacidade de aproximação dos mercados, porque gera riqueza, impulsiona a produtividade e o desenvolvimento por novos produtos, serviços, tornando assim um advento imprescindível que evidencia no crescimento populacional de Rio Verde, na composição do PIB municipal e per *capita*. Sobretudo na velocidade imprimida na econômica em relação as atividades produtivas agropecuárias e agroindustriais percebidas principalmente na atuação das Cooperativas Agroindustriais.

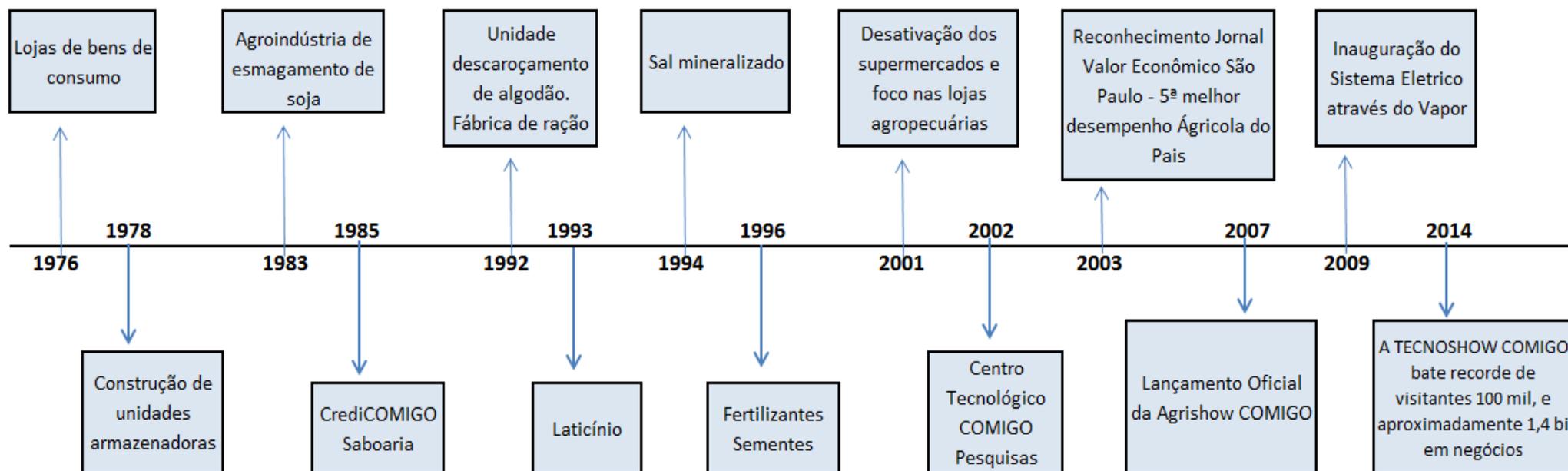


Figura 7 - Evolução dos empreendimentos da COMIGO
 Fonte: Adaptada da COMIGO (2014)

Antes, porém, de adentrar nos conceitos e discussões a respeito do processo evolutivo dos empreendimentos da COMIGO, ao tomar conhecimento da sua missão e visão percebe-se que suas ações coadunam com seus anseios.

- **Missão:** atuar em atividades do agronegócio, visando o desenvolvimento econômico, social e tecnológico de seus cooperados participativos, sendo competitiva no mercado e tendo como diretriz a excelência na qualidade de seus produtos e serviços.
- **Visão:** ser reconhecida por seus cooperados, clientes e colaboradores como a mais importante cooperativa agroindustrial do Centro-Oeste brasileiro, e estar inserida sempre entre as dez maiores do cooperativismo brasileiro no segmento agroindustrial.

As atividades da Cooperativa foram iniciadas em fevereiro de 1976, com a abertura da primeira loja de revenda/consumo de bens de consumo. Essas lojas foram criadas com intenção de atender a demanda do ator local, com disponibilidade de produtos e serviços a valores compatíveis.

Atualmente, a lojas registraram, no encerramento do exercício anual, em 31 de dezembro 2013, um lucro do exercício de 9.874 (mil), com 13 lojas distribuídas em 13 municípios da microrregião do Sudoeste Goiano, com geração de pontos de trabalho e renda.

Dois anos após a abertura das lojas, em 1978, a COMIGO abriu seu primeiro entreposto, com a instalação de uma loja de bens de consumo em Santa Helena de Goiás, e adquiriu uma área de 47.972 m² contendo dois armazéns para depósito de cereais, construindo, portanto, suas unidades armazenadoras.

Essas unidades estão presentes em dez municípios da microrregião do Sudoeste Goiano, atendendo 17 centrais de armazenagens e secagem. Essas plantas têm uma capacidade de armazenamento superior a 1.257.954 (ton.) e 4.575 (ton./h) de secagem. Algumas unidades dispõem de tecnologia automatizada, os armazéns graneleiros, com recepção de sistema de tombador, de aeração e termometria, evidenciando a capacidade de desenvolver-se economicamente.

Além das lojas e das unidades de armazenadoras a COMIGO, de forma pioneira em Goiás, realizou sua primeira exportação de grãos em 1980, para a Suíça. Para evitar a saída dos grãos *in natura* para outros estados onde seriam industrializados, ainda no ano de 1980 deu início ao projeto para implantação de uma agroindústria de esmagamento de soja. Os recursos foram obtidos no Banco

Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC), evidenciando sua capacidade de crescimento econômico.

No seu sétimo ano, em 1983, a Cooperativa colocou em funcionamento a agroindústria de soja (esmagamento e refino); implantou o sistema de processamento de dados, com equipamentos próprios; e deu início também à construção da sede própria, à Avenida Presidente Vargas, 1.878, posicionando-se com a sua capacidade de investimento e diversificação.

Dada a necessidade de lenha para abastecer seu complexo Industrial, ainda em 1984 a COMIGO adquiriu uma área de 372 hectares em Rio Verde, destinada ao reflorestamento com eucalipto. Aos poucos foram incorporadas áreas próximas, também destinadas ao cultivo e produção de lenha. Com uma área total de 3.170 hectares, 2.300 ha destinavam-se ao cultivo de eucalipto e 870 ha à reserva legal, atendendo a necessidade de consumo de lenha do complexo industrial, o que indica sua *performance* em sustentabilidade.

No setor industrial, como forma de aproveitar a borra do refino de óleo de soja, a COMIGO iniciou a produção do sabão Lav - COMIGO, renomeado mais tarde de Sabão COMIGO, indicando sua capacidade de inovar processos e produtos.

A Cooperativa conta também com a CrediCOMIGO, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da COMIGO, e a SICOOB Cred COMIGO, uma cooperativa de crédito fechada.

Em 5 de setembro de 1988, o Banco Central do Brasil emitiu o certificado de autorização para funcionamento da Credi-Rural Comigo, que atualmente dispõe de moderna sede em Rio Verde, além dos Postos de Atendimento ao Cooperado em Jataí, Acreúna, Paraúna, Montividiu, Indiara, Santa Helena de Goiás, Iporá, São Luís de Montes Belos, Caiapônia, Edeia e Catalão.

O Complexo Industrial da Cooperativa abriga uma unidade de descaroçamento de algodão, com capacidade para cinco mil arrobas/dia; e uma fábrica de ração com capacidade de 10 t/h, em Rio Verde, que começaram a operar em abril de 1992. Os recursos dessas obras foram oriundos do Bradesco e do Banco do Brasil, apontando o olhar sobre a diversificação característica do empreendimento COMIGO.

No Parque Industrial de Rio Verde foi inaugurada a indústria de laticínios, com capacidade para processar 100 mil l/d de leite, e produzir leite pasteurizado, requeijão cremoso, manteiga, creme de leite pasteurizado, iogurte, doce de leite, e

vários tipos de queijo, o que novamente evidencia sua postura de inovação e diversificação.

Sustentável e inovador, o complexo industrial COMIGO envolve uma indústria de óleo e farelo de soja (moageira e refinaria); indústria de laticínios; misturador de fertilizantes; fábrica de ração; unidade de descaroçamento de algodão; fábrica de sabão, feito com a borra que sobra do processo de esmagamento de soja; laboratório de qualidade de produtos acabados, de matérias-primas, de análise de solo, foliar e de dejetos; laboratório veterinário; unidade de beneficiamento de sementes; Comigo Floresta I e II; e Centro Tecnológico de Geração e Difusão de Tecnologias Agropecuárias, Centro Tecnológico COMIGO (CTC).

O Jornal Gazeta Mercantil publicou a revista Balanço Anual 2002, divulgando o *ranking* das principais empresas brasileiras. Dentro do segmento cooperativo, a COMIGO foi enquadrada na 10ª posição em todo o Brasil, e entre as maiores empresas do Centro-Oeste ficou como a 15ª colocada.

Também na Exame, na edição Melhores e Maiores de 2003, em julho, com dados baseados em 2002, a COMIGO obteve um desempenho significativo passando do 413º lugar para o 387º, ganhando 26 posições no *ranking* das 500 principais empresas do País. No Centro-Oeste ela conseguiu a 2ª posição em desempenho.

Com comportamento pioneiro e inovador, com base em sustentabilidade, em Brasília a COMIGO recebeu o Prêmio Cooperativa do Ano, da OCB nacional e da revista Globo Rural. O Prêmio foi conquistado pela iniciativa da Cooperativa em implantar o Prêmio Gestão Ambiental Rural COMIGO para os cooperados. O projeto foi considerado pioneiro dentro do cooperativismo nacional.

Com relação ao Centro Tecnológico de Geração e Difusão de Tecnologia Agropecuária, a Cooperativa estabeleceu parceria com sistema Agrishow. A partir de 2004, o Encontro Tecnológico Comigo passou a chamar-se AGRISHOW COMIGO, ganhando dimensão nacional e ressaltando a Região para todo o País.

O lançamento oficial da AGRISHOW COMIGO 2007 aconteceu em Rio Verde. Realizada de 5 a 9 de abril, recebeu aproximadamente 38 mil visitantes e atingiu um volume de R\$ 200 milhões em negócios. Os produtores acompanharam as últimas experiências de campo feitas pela COMIGO e seus parceiros, buscando alternativas para melhorar a produtividade.

Já em 2009 aconteceu mais uma edição da feira tecnológica realizada pela Cooperativa, agora sob novo nome: TECNOSHOW COMIGO. Mais de 51 mil pessoas a visitaram, 250 expositores participaram, e foram comercializados cerca de R\$ 165 milhões.

Em 2014 a TECNOSHOW COMIGO recebeu mais de 100 mil visitantes, registrando novos recordes de público, de presença de expositores, e de volume de negócios. Em cinco dias de feira, de 7 a 11 de abril, a movimentação foi superior a R\$ 1,4 bilhão em negócios, número que é 56% maior que a edição anterior, que registrou R\$ 900 milhões. A quantidade de expositores presentes no evento foi de 520 empresas e instituições de diversos segmentos.

A COMIGO foi novamente listada entre as grandes empresas do País no anuário 1000 Melhores & Maiores Empresas do Brasil da revista Exame, que acaba de ser editada 2014. As avaliações são referentes às atividades desenvolvidas em 2013, com evolução entre as 500 maiores e melhores (nacional), passando de 244º lugar para o 230º lugar; de 45º para 29º lugar, entre as 50 mais produtivas (nacional); de 14º para 13º lugar, entre as 100 maiores e melhores da região Centro-Oeste.

Além disso, destacou-se também entre as 400 maiores e melhores do agronegócio (nacional) - 45º lugar; entre as 50 maiores do Agronegócio - regiões Norte-Nordeste e Centro-Oeste - 6º lugar; Produção de Algodão e Grãos (nacional) - 5º lugar.

O anuário do Jornal Valor Econômico novamente citou a COMIGO entre as maiores e melhores empresas do País. A Cooperativa foi a terceira colocada no setor agropecuário brasileiro, segundo dados da publicação nacional. Ela também foi classificada em:

- 211ª colocada entre as mil maiores e melhores empresas do Brasil;
- 4ª maior empresa do estado de Goiás;
- 6ª colocada em Crescimento Sustentável do setor Agropecuário;
- 4ª colocada na margem Ebitda do setor Agropecuário;
- 2ª colocada em Liquidez Corrente do setor Agropecuário;
- 7ª colocada na Margem de Atividade do setor Agropecuário;
- 7ª colocada na Receita Líquida do Setor Agropecuário;

- 11^a colocada entre as melhores da região Centro-Oeste no setor agropecuário; e
- 13^a colocada entre as 50 maiores e melhores das regiões Norte e Centro-Oeste.

Ainda considerando as ações da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, faz-se uma análise mais crítica dos dados referentes ao contexto dos seus empreendimentos, bem como do município de Rio Verde, onde sua atuação de fato acontece de maneira mais específica.

Segundo a Secretaria da Fazenda do estado de Goiás, (2012), a COMIGO figura com o 45^a maior ICMS da gerência de informações econômico-fiscais em relação aos 500 maiores ICMS do Estado. Apresentou o resultado da ação e utilização do capital social, que atualmente é de R\$685.159 milhões, com crescimento de 2,85 vezes nos últimos quatro anos, resultante do seu desempenho financeiro e das políticas de aumento de capital social (COMIGO, 2013).

Com tais políticas foi possível realizar investimentos nas unidades de ração e insumos, e investimentos em uma nova planta de esmagamento de soja e refinaria de óleo, além da ampliação do leque de atividades desenhadas pela Cooperativa. Esse fato se concretizou no ano de 2013, quando alcançou um faturamento de 2,4 bilhões de reais.

O SICOOCredi, (2013) registra que o cooperativismo ganhou mais um elemento de extrema importância: a sua base financeira, que possibilita a formação de importantes elementos de incentivo ao desenvolvimento e incrementa a circulação de moeda e conseqüente geração de emprego, gerando benefícios adicionais à sociedade além de aos próprios participantes, que utilizam a Cooperativa de Crédito com melhores condições de competitividade no mercado financeiro.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da COMIGO iniciou suas atividades em 20 de agosto de 1984. Possui sede própria dentro da sede Administrativa da COMIGO, e um Posto de Atendimento ao Cooperado (PAC) no parque industrial da Cooperativa.

No ano de 2006 passou a chamar-se SICCOB Credi COMIGO, quando se filiou ao Sistema de Cooperativas de Créditos do Brasil (SICOOB), que nasceu da necessidade de as cooperativas de crédito se agregarem com o objetivo comum de

ofertar produtos e serviços bancários em condições melhores que as oferecidas pelo mercado financeiro tradicional.

A SICCOB CrediCOMIGO estimula a busca de melhores resultados financeiros, atuando como segurança para os cooperados e empregados em bases sólidas e democráticas, permitindo uma abertura das portas do cooperativismo de crédito à liberdade ao quadro social e colaboradores.

De acordo com documentos contábeis do ano de 2013, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Comigo apresentou, no final do exercício ano base 2013, saldo de Capital Social Integralizado de R\$ 5.329.378 milhões e patrimônio líquido de R\$ 6.888.761 milhões, com capacidade de captação de recursos da ordem de R\$ 2.483.252 milhões, e aplicação de recursos de R\$ 2.247.224 milhões. Os empréstimos e títulos descontados totalizam R\$ 6.885.158 milhões, permitindo uma sobra líquida do exercício de R\$ 1.008.045 milhão.

Esses valores compõem o bojo de cifras financeiras que integram o sistema de crédito cooperativo e têm papel de contribuir e estimular o desenvolvimento econômico e assistência financeira, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida, o aprimoramento técnico, educacional e social da comunidade e de seus associados.

O número de colaboradores que o processo de associação promove na cidade de Rio Verde, compondo as atividades voltadas para a COMIGO agroindústria e COMIGO crédito, é 9.614, dos quais 7.442 são sócios e 2.172 empregados, conforme demonstra a Tabela 4, já citada na página 67.

O relatório contábil das demonstrações do valor adicionado, encerrado em 31 de dezembro 2013, permite fazer um comparativo com os dados da RAIS/2012: o número de emprego formal no município de Rio Verde é de 54.018 pontos de trabalhos. Desse total, a Cooperativa COMIGO e a SICOOBCredi COMIGO movimentam com obrigações trabalhistas e sociais R\$ 22.188.693,29; além de R\$111.483 milhões com remuneração direta, benefícios e FGTS.

A SICOOBCredi COMIGO (2013) totalizou, em adiantamentos e antecipações salariais, R\$ 7.407 milhões, e ainda atendendo à determinação do Banco Central do Brasil, o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) encontra-se registrado no Passivo Circulante, com um saldo de R\$ 224,556 milhões referentes ao resultado com terceiros, obtido durante o exercício de 2013. Valores esses que

são destinados ao treinamento com colaboradores e eventos, conforme registros contábeis encerrados em 2013.

Quanto à educação e formação, a Cooperativa desenvolve o programa Cooperjovem, atualmente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Odélio Guerra, em Rio Verde. Essa foi a terceira instituição a integrar o programa, que atende mais de mil crianças.

Essas ações empreendedoras contribuíram para que a inspiração Cooperativista pudesse se concretizar segundo seu propósito.

4.2 Análise dos Indicadores do Município de Rio Verde (GO)

O município de Rio Verde demonstra um crescimento econômico vinculado ao investimento social, que se evidencia nos índices de Desenvolvimento Humano com referência ao ano de 2010, quando Rio Verde pode ter analisado, a contraponto do IDHM, o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não na visão que o desenvolvimento se limita ao crescimento econômico.

O estímulo à melhoria do IDHM permite formular e programar políticas públicas em nível municipal e priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões. São três referências a serem utilizadas para melhor compreender a capacidade e importância dos indicadores como resultado de uma realidade alocada no seio da comunidade.

O primeiro indicador refere-se à vida longa e saudável, e mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, ou seja, a expectativa de vida ao nascer, mantidos os mesmos padrões de mortalidade.

O segundo indicador relaciona-se ao acesso ao conhecimento. É medido de duas maneiras e ambas são referentes à escolaridade da população adulta: o fluxo escolar da população jovem e o acompanhamento da população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Os dados referenciados são do Censo Demográfico do IBGE.

O terceiro e último indicador verifica o padrão de vida, e é medido pela renda municipal *per capita*. Nesse contexto um novo panorama, que demonstra um crescimento econômico vinculado ao investimento social evidencia-se nos seus

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal com referência ao ano de 2010, quando Rio Verde apresentou 0,754.

O desempenho do Município foi superior ao Estado de Goiás 0,735; e o da Federação que é igual a 0,727. Os indicadores de renda, longevidade e educação também demonstram o Município com melhores resultados em comparação com os índices do Estado e do País, como demonstra a Tabela 5.

Tabela 5 - Índices IDHM no Brasil, Goiás e Rio Verde (GO)

IDHM	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
BRASIL	0,727	0,739	0,816	0,637
Goiás	0,735	0,742	0,827	0,646
Rio Verde (GO)	0,754	0,765	0,853	0,656

Fonte: Adaptada do Pnud (2010)

Conforme a Tabela 5, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio Verde era de 0,754, em 2010. O Município se posiciona na faixa de Desenvolvimento Humano Alto, que estima o IDHM entre 0,700 e 0,799. Para analisar o Índice de desenvolvimento Humano Municipal, cabe uma análise detalhada da Tabela 6, referente ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes.

Tabela 6 - IDHM Municipal e seus componentes - Rio Verde (GO)

IDHM e componentes	1991	2000	Diferença 1991 x 2000	2010	Diferença 2000 x 2010
IDHM Educação	0,265	0,444	0,179	0,656	0,212
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	26,22	37,37	11,15	55,58	18,21
% de 5 a 6 anos na escola	39,77	66,1	26,33	87,21	21,11
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental	36,04	61,3	25,26	86,64	25,34
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	16,77	43,43	26,66	66,00	22,57
% de 18 a 20 anos com médio completo	14,02	22,49	8,47	45,37	22,88
IDHM Longevidade	0,687	0,802	0,115	0,853	0,051
Esperança de vida ao nascer	66,24	73,13	6,89	76,17	3,04
IDHM Renda	0,638	0,713	0,075	0,765	0,052
Renda <i>per capita</i>	424,9	675,96	251,06	936,75	260,79

Fonte: Adaptada do Pnud (2010)

O sistema OCB/SESCOOP-GO, em parceria com o sistema da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, adotou em fevereiro de

2004 o projeto Cooperjovem, com o objetivo de contribuir com a educação nas escolas municipais.

Esse projeto tem uma envergadura inovadora de apoio ao Estado e ao Município, pois se destina a estudantes do ensino fundamental e médio, em três escolas municipais: Dona Josefina, Dr. Checo Edsel Enrich, e Odélio Guerra. Durante nove anos de projeto Cooperjovem foi possível contribuir de forma direta na formação de mais de oito mil alunos. O projeto atendeu 1.398 alunos da rede pública de ensino em 2013.

O avanço entre 2000 e 2010 demonstra que o IDHM passou de 0,633, em 2000, para 0,754 em 2010, uma taxa de crescimento de 19,12%. O espaço de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do Município e o limite máximo do índice, que é 1 (um), foi reduzido em 32,97% entre 2000 e 2010.

A análise dos períodos da evolução do IDHM permitiu uma percepção por período, por taxa de crescimento e o hiato de desenvolvimento humano. Para compreender melhor o conceito de hiato de desenvolvimento humano define-se como a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1.

O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 32,97% entre 2000 e 2010, e o IDHM passou de 0,633 em 2000 para 0,754 em 2010, com uma taxa de crescimento de 19,12%. O hiato também foi reduzido em 28,32% entre 1991 e 2000, e o IDHM passou de 0,488 em 1991 para 0,633 em 2000, com uma taxa de crescimento de 29,71%.

Entre 1991 e 2010 Rio Verde teve uma melhoria no IDHM de 54,51%, como pode ser observada na Tabela 7.

Tabela 7 - Taxa se Crescimento *versus* Hiato de Desenvolvimento

Dados	Taxa de Crescimento	Hiato de Desenvolvimento
Entre 1991 e 2000	29,71%	28,32%
Entre 2000 e 2010	19,12%	32,97%
Entre 1991 e 2010	54,51%	51,95%

Fonte: Adaptado do Pnud (2010)

Os dados da Tabela 7 demonstram que nessas duas últimas décadas o aumento foi acima da média de crescimento nacional 47%, e acima da média de crescimento estadual 50%. O intervalo de desenvolvimento humano, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1 (um), foi reduzido em 51,95% entre 1991 e 2010.

O Gráfico 2 registra a evolução do IDHM da cidade de Rio Verde (GO).

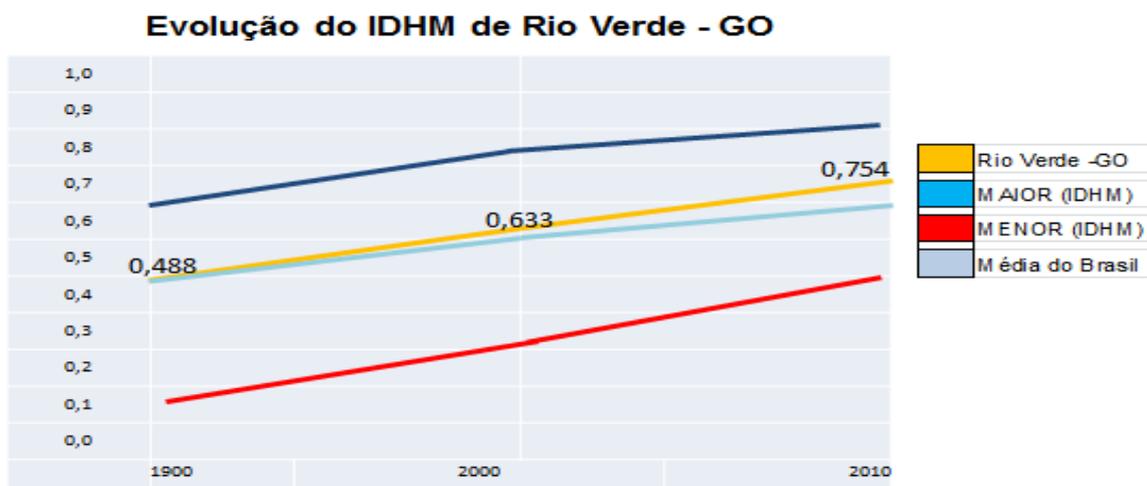


Gráfico 2 – Evolução do IDHM de Rio Verde (GO)
Fonte: Adaptado do Pnud (2010)

O Pnud, Ipea e FJP indicam que em 2010 o Município ocupava a 467ª posição em relação aos 5.565 municípios do Brasil. Há 466 municípios (8,37%) que estão em posição melhor e 5.099 (91,63%) que estão em posição igual ou pior. Em relação aos 246 outros municípios de Goiás, Rio Verde ocupa a 6ª posição. Há cinco (2,03%) em situação melhor e 241 (97,97%) em posição igual ou pior, conforme Tabela 8.

Tabela 8 - Ranking IDHM do estado de Goiás

Posição	Município	IDHM
1º	Goiânia	0.799
2º	Ceres	0.775
3º	Catalão	0.766
4º	Goiandira	0.760
5º	Jataí	0.757
6º	Rio Verde	0.754
7º	Itumbiara	0.752
8º	Ouvidor	0.747
9º	Nora Aurora	0.747
10º	Valparaíso de Goiás	0.746

Fonte: Adaptado do Pnud (2010)

A população de Rio Verde teve uma taxa média de crescimento anual de 4,23% entre 2000 e 2010. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 2,95%.

Em relação à população urbana houve uma taxa média de crescimento nas duas últimas décadas de 107,16%, com mais de 163.394 habitantes, e o

crescimento da população total, entre 1991 e 2010, teve um percentual de aumento de 96,55%, equivalente a 176.424 mil habitantes.

A população de Rio Verde teve uma taxa média de crescimento anual de 4,23% entre 2000 e 2010. Na década anterior, de 1991 a 2000, essa taxa foi de 2,95%.

Na população urbana houve uma taxa média de crescimento, nas duas últimas décadas, de 107,16%, mais de 163.394 habitantes, enquanto o crescimento da população total, entre 1991 e 2010, registrou um percentual de 96,55%, equivalente ao total de 176.424 mil habitantes.

Nas últimas duas décadas, portanto, a taxa de urbanização cresceu 5,49%, conforme dados divulgados pelo Pnud, Ipea e FJP, conforme Tabela 9.

Tabela 9 - Ranking IDHM do estado de Goiás

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	89.756	100,00	116.552	100.00	176.424	100.00
População residente Masculina	44.919	50.05	58.500	50.19	90.030	51.03
População residente feminina	44.837	49.95	58.052	49.81	86.030	48.97
População Urbana	78.873	87.87	106.079	91.91	163.394	92.70
População Rural	10.883	12.13	10.473	8.99	12.884	7.30
Taxa de Urbanização		87.87		91.01		92,7

Fonte: Adaptada do Pnud (2010)

Alves Junior (2012) relata que as ações demonstram maior inserção da produção agropecuária que os acréscimos de área. Suas aplicações positivas refletem-se na indústria e no comércio, com o estímulo à economia de mercado, aumento da oferta de produtos e, por consequência, de empregos, além de produzir outros benefícios.

Outro parâmetro de extrema importância que pode auxiliar para verificar se a expansão da produção está contribuindo de forma positiva para o bem-estar da população é a evolução do emprego e da renda gerada pelo trabalho.

Nesse sentido, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgada anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), abrange todos os vínculos formais, celetistas, estatutários, temporários, avulsos, entre outros, com o objetivo de monitorar a evolução desses indicadores nos municípios do estado de Goiás.

A RAIS é um registro administrativo que cobre empregos formais e abrange, portanto, os trabalhadores com carteira assinada (celetistas), além de funcionários públicos estatutários e militares, entre outros vínculos relativos à administração pública. Os dados da RAIS cobrem aproximadamente 100% do mercado de trabalho formal, e é, portanto, um censo referente ao emprego nessas condições.

A Tabela 10 apresenta os empregos formais dos municípios da microrregião do sudoeste de Goiás e aponta um acréscimo, no último período de 2012 em relação ao período de 2011, de 4,27% no total do Município, chegando a 54.018 pontos de empregos formais, com acréscimo de 2,41% em relação ao período anterior da microrregião, com 114.888 pontos formais de emprego.

Tabela 10 - RAIS - Empregos formais gerados - Microrregião Sudoeste de Goiás

Município	2011	2012	Remuneração Média (R\$)
Aparecida do Rio Doce	800	496	1.320,57
Aporé	1.070	1.045	1.454,81
Caiapônia	1.746	1.800	1.426,85
Castelândia	361	356	1.217,80
Chapadão do Céu	3.734	3.925	2.104,13
Doverlândia	978	972	1.186,23
Jataí	19.503	18.759	1.511,07
Marilândia	1.445	1.226	1.802,42
Mineiros	14.442	16.130	1.547,47
Montividiu	2.287	1.925	1.681,34
Palestina de Goiás	366	351	1.036,96
Perolândia	1.743	1.926	2.104,79
Portelândia	670	664	1.404,27
Rio Verde	51.808	54.018	1.558,34
Santa Helena de Goiás	7.201	8.225	1.625,56
Santa Rita do Araguaia	786	723	1.238,43
Santo Antônio da Barra	882	707	1.875,22
Serranópolis	1.584	1.640	1.442,49
Total da Microrregião	111.406	114.888	
Total do Estado	1.385.230	1.439.341	1.738,06

Fonte: Adaptada da RAIS (2012)

Rio Verde ocupa 47% de todos os empregos formais da microrregião sudoeste de Goiás e tem uma participação em relação ao Estado de 3,75% sobre os pontos de empregos formais.

Os dados da Tabela 11 apontam que a renda *per capita* média de Rio Verde cresceu 120,46% nas últimas duas décadas, saindo de R\$424,90 em 1991 para R\$936,75 em 2010. A taxa média de crescimento foi de 59,09% no primeiro período e 38,58% no segundo.

Tabela 11 - Renda, Pobreza e Desigualdade.

Dados	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i>	424,9	675,96	936,75
% de extremamente pobres	7,89	3,13	1,15
% de pobres	27,63	13,37	4,43
Índice de Gini	0,56	0,60	0,54
Dados	1991	2000	2010
20% mais pobres	3,44	3,26	4,02
40% mais pobres	10,32	9,59	11,69
60% mais pobres	21,27	19,28	23,12
80% mais pobres	39,29	34,98	40,56
20% mais ricos	60,71	65,02	59,44

Fonte: Adaptada do Pnud (2010)

Um indicador relevante é o de extrema pobreza. As pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$70,00 em agosto de 2010 passaram de 7,89%, em 1991, para 2,25% em 2010. O índice utilizado como instrumento para medir o grau da concentração de renda passou de 0,56, em 1991, para 0,54, em 2010, apontando que a desigualdade diminuiu, conforme Tabela 11.

Quanto à longevidade, mortalidade e fecundidade, a Secretaria de Saúde de Rio Verde reduziu em 51% a mortalidade de crianças com menos de um ano, passando de 24,0 por mil nascidos vivos, em 2000, para 11,7 nascidos vivos em 2010. A esperança de vida ao nascer é o indicador que mede a dimensão longevidade municipal (IDHM).

No Município, a esperança de vida ao nascer aumentou 9,9 anos nas últimas duas décadas, passando de 66,2 anos em 1991 para 76,2 anos em 2010, segundo dados fornecidos pelo PNDU, Ipea e FJP conforme Tabela 12.

Tabela 12 - Longevidade, mortalidade e fecundidade

Dados	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (anos)	66,2	73,1	76,2
Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	25,5	24,1	11,7
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	29,6	27,8	13,7
Taxa de fecundidade total (filhos por mulheres)	2,4	2,4	1,9

Fonte: Adaptada do Pnud (2010)

Neste sentido, ao observar os dados supracitados neste capítulo, destaca o olhar de Scatolin (1989) quando é referenciado, ao expor que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam” (SCATOLIN, 1989, p. 24). O autor ainda considera que as nações passam a preocupar-se finalmente com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida e desenvolvimento.

Para Scatolin, ainda expressa que nesta concepção, que a melhoria na qualidade de vida, deverá resultar do desenvolvimento acompanhado do crescimento econômico, a promover os melhores indicadores de bem-estar econômico e social.

A partir do diagnóstico e evidências dos dados de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, nas concepções de Renda, Longevidade e Educação em cada um dos seus componentes; demonstra o registro acedente dos seus indicadores que nas últimas décadas destoa de maneira positiva ao compará-los com os indicadores de outros municípios correlacionados.

4.3 Produção Agropecuária

Rio Verde destaca-se no *ranking* nacional da produção agropecuária do País com 0,43% de todas as riquezas do setor. De acordo com dados da Secretaria de Gestão, Planejamento e Desenvolvimento de Goiás (Segplan-GO), obtidos em parceria com o IBGE, o Município também está entre os dez maiores PIBs de 2009, ocupando o 4º lugar, atrás apenas de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia.

O valor adicionado da agropecuária, conforme Tabela 13, registrou R\$ 723,351 milhões de Valor Adicionado (VA) em 2011, crescimento de 32% em

relação a 2010, o que levou Rio Verde da segunda para a primeira posição estadual na geração de riquezas do setor.

Tabela 13 - Ranking do Valor Adicional (VA) da Agropecuária Goiás -2011

Ranking	Município	Valores (R\$ Mil)
1	Rio Verde	723.351
2	Jataí	592.393
3	Cristalina	521.630
4	Chapadão do Céu	360.002
5	Mineiros	266.245
6	Ipameri	258.575
7	Quirinópolis	250.032
8	Morrinhos	245.165
9	Montividiu	240.450
10	Catalão	218.144
Total		3.675.987
Participação		30,50%
Estado de Goiás		12.048.097

Fonte: Adaptada do Instituto Mauro Borges/Seplan-GO (2012)

A análise dos dez maiores municípios em relação ao valor adicionado (VA) da agropecuária (GO), em 2011, mostra a seguinte classificação: 1º Rio Verde; 2º Jataí; 3º Chapadão do Céu; 4º Mineiros; 7º Quirinópolis; e 9º Montividiu. Juntos, nas suas respectivas posições, esses Municípios compõem a microrregião do sudoeste de Goiás, que desde seu processo de formação até os dias atuais têm uma atuação ativa da COMIGO, como demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14 - Ranking de municípios do Brasil por PIB da Agropecuária em 2011 (R\$ mil)

Posição	Município	Estado	PIB
1º	São Desiderio	 Bahia	832.700
2º	Sorriso	 Mato Grosso	745.500
3º	Rio Verde	 Goiás	723.351
4º	Campo Verde	 Mato Grosso	664.390
5º	Sapezal	 Mato Grosso	631.575
6º	Porto Velho	 Rondônia	608.856
7º	Jataí	 Goiás	592.393
8º	Itapetininga	 São Paulo	586.393
9º	Primavera do Leste	 Mato Grosso	578.774
10º	Uberaba	 Minas Gerais	572.186

Fonte: Adaptada de IMB (GO) / Segplan (2012)

Na perspectiva do *Ranking* 2011, dos dez maiores do PIB agropecuário nacional, fica evidenciada a relevância da agropecuária goiana, em especial a da microrregião do sudoeste de Goiás, com a participação dos municípios de Rio Verde e Jataí que ocupam, respectivamente, a terceira e sétima posições.

Esses municípios perfazem um PIB de R\$723.351 (mil) e R\$592.393 (mil), respectivamente, e juntos perfazem R\$1.315.744 (mil) na microrregião específica da atuação da Cooperativa, conforme apresenta a Tabela 14, referente ao *ranking* de municípios do Brasil por PIB da agropecuária em 2012.

De acordo com a Segplan (2012), o município de Rio Verde é o maior produtor de grãos do estado de Goiás, o maior arrecadador de impostos sobre produtos agrícolas, e centro difusor de novas tecnologias. A cidade, denominada Capital do Agronegócio, é responsável direta por aproximadamente 1,2% de toda a produção nacional de grãos, com uma área cultivada superior a 378.853 hectares.

A atividade agropecuária tem forte ligação com a agroindústria do ramo alimentício. Na pecuária, o Município de destaca na produção de aves, suínos e bovinos. A utilização de tecnologias inovadoras e a capacitação do produtor convergiram na disseminação das técnicas de cultivo e na melhoria do processo produtivo.

Rio Verde destaca-se, também, como o maior produtor de soja e sorgo do Estado; é o segundo no cultivo do milho e o terceiro na produção de feijão. Conta ainda com o plantio de culturas como arroz, algodão, milheto e girassol.

O estado de Goiás tem apresentado ganhos na participação da riqueza gerada nos últimos anos, com elevação substancial do seu Produto Interno Bruto. Parte deve-se à indústria, cujo desenvolvimento se deu com a integração entre a agropecuária moderna e o avanço da agroindústria, e parte às novas atividades industriais atraídas pela política de incentivos fiscais praticadas por Goiás a partir de meados da década de 1980 (ARRIEL, 2010).

A Tabela 15 apresenta dos dados do Produto Interno Bruto a preços correntes, classificação, Valor Adicionado (VA), por setor, população e PIB per capita, segundo municípios de Goiás em 2011

Tabela 15 - Produto Interno Bruto a preços correntes

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	VA	Impostos	PIB	Class.	PIB Per capita (R\$)
Estado de Goiás	12.048.097	25.818.975	58.417.963	96.285.035	14.983.518	111.268.553	-	18.298,59
Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	VA	Impostos	PIB	Class.	PIB Per capita (R\$)
Goiânia	30.426	4.129.417	19.169.996	23.329.839	4.338.383	27.668.222	1	20.990,21
Anápolis	55.668	3.970.089	4.245.089	8.271.239	3.848.314	12.119.553	2	35.798,94
Aparecida de Goiânia	7.193	1.313.491	4.069.491	5.390.463	906.236	6.296.699	3	13.538,58
Rio Verde	723.351	1.834.039	2.397.641	4.955.030	570.994	5.526.024	4	30.527,15
Catalão	218.144	2.082.963	1.815.039	4.116.145	735.670	4.851.815	5	54.913,36
Senador Canedo	7.687	323.835	2.670.642	3.002.163	718.336	3.720.499	6	42.838,71
Itumbiara	191.107	641.106	1.393.255	2.225.468	350.475	2.575.943	7	27.472,92
Jataí	592.393	546.684	1.055.119	2.194.196	222.228	2.416.424	8	27.159,98
Luziânia	192.477	659.537	625.759	1.104.598	1.922.834	2.112.327	9	11.927,38
São Simão	20.477	1.240.212	157.945	1.418.635	36.977	1.455.612	10	83.848,62

Fonte: Adaptada de MB Instituto Mauro Borges – PIB/Mun. (2011)

Na efervescência das atividades agroindustriais do cerrado goiano, estão presentes empresas como a Caramuru, Coinbra - Grupo Louis Dreyfus, ADM, Cargill, Perdigão, Bunge, Grupo Orsa. Entre elas destaca-se a COMIGO, com R\$ 2.478.102 milhões em receitas operacionais brutas, geradas por uma *network* de 6.022 produtores associados, com um faturamento médio de R\$ 398.408,70 por associado, o que evidencia a contribuição para a composição do PIB municipal de Rio Verde.

Esse resultado foi registrado no ano de 2011, quando o Município alcançou a quarta posição no *ranking* estadual com valor de R\$5.526.024 bilhões, segundo relatório de classificação do Produto Interno Bruto a preços correntes do estado de Goiás.

4.3.1 Complexo Industrial da COMIGO: desenvolvimento, sustentabilidade e inovação

A COMIGO possui um moderno complexo industrial, que conta com unidade de envase de óleo de soja, fábrica de fertilizantes, fábrica de rações, fábrica de sabão, indústria de laticínio, fábrica de suplemento mineral, unidade de beneficiamento de sementes, além de diversos laboratórios de pesquisa e análises, entre outras estruturas.

No complexo é processada a maioria da matéria-prima que chega da região, agregando valor à produção do cooperado e produzindo diversos produtos da COMIGO. Uma foto aérea do complexo industrial da COMIGO é apresentada na Figura 8.



Figura 8 - Foto aérea do Complexo Industrial em Rio Verde (GO)
Fonte: COMIGO (2014)

Em suma, a busca de melhorias e condições econômicas permitiu o incremento de seus laboratórios, de técnicos com formação específica, pesquisadores, e estrutura física adequada, e assim foi possível elevar suas atividades numa categoria mais eficiente, reaproveitando seus subprodutos, derivados do manejo de matérias-primas da produção principal.

Os recursos reaproveitados foram realocados na produção de um novo bem final de maior valor comercial, como o farelo de soja, caroço de algodão, a borra do esmagamento da soja, o leite, a água já utilizada, a lenha como fonte de energia, o bagaço dos grãos industrializados e outros. Todo esse movimento permite um acréscimo nas relações de cooperados com a Cooperativa, o que gera um aumento na articulação das atividades da COMIGO com o município de Rio Verde.

A Cooperativa (2014), ao incentivar práticas conservadoras entre os seus cooperados, criou o Prêmio Gestão Ambiental Rural COMIGO. Dada a sua capacidade pioneira no segmento cooperativista e o objetivo de promover a conscientização em relação ao uso correto dos recursos naturais, ganhou o Prêmio

Cooperativa do Ano 2009 do sistema nacional OCB/Sescoop e da Revista Globo Rural, na categoria meio ambiente.

A melhoria das condições ambientais é uma preocupação permanente da Cooperativa, que busca criar alternativas de redução dos impactos negativos no ecossistema com ações próprias dentro do seu processo industrial, conduzindo programas de gestão como reuso, redução de perdas, e racionalização dos usos hídricos (COMIGO, 2013).

Essas ações colocam o Município em evidência no cenário nacional, e também pela sua capacidade de polo agroindustrial adepto de uma política ecologicamente correta, como, por exemplo, seu processo de tratamento de efluentes.

A relação da indústria com os recursos hídricos tem mudado significativamente nos últimos anos no Brasil. O uso racional da água tornou-se prioridade para as empresas que buscam competitividade e sustentabilidade em seus mercados.

Para a COMIGO essa perspectiva é uma realidade nos processos de refino de óleo de soja e fabricação de sabão em barra, com o desenvolvimento de um eficaz tratamento de efluentes industriais e gestão dos recursos hídricos, visando aperfeiçoá-los e assim obter um maior equilíbrio ambiental.

A Figura 9 apresenta uma foto da unidade de tratamento de efluentes, por meio dos processos:

- **Processo Físico:** Filtragem de Sólidos, areia, metais pesados, óleo e graxas;
- **Processos Químicos:** Homogeneização, neutralização, Flocculação, Decantação;
- **Tratamento Secundário e Terciário:** Desinfecção Aeração Clarificação.

Etapas do processos de tratamento de Efluentes

1. Efluente: Recepção da Água
2. Câmara de Sedimentação (Tanque)
3. Agitação (Água em movimento)
4. Injeção de Ar
5. Câmera de Aeração
6. Afluente (Saída da Água)
7. Processos Físicos
8. Processos Químicos



Figura 9 - Foto da Unidade de Tratamento de Efluentes
Fonte: COMIGO (2014)

Essa ação extrapola os objetivos e estratégias econômicas, pois permite gerar benefícios importantes, como a qualidade e preservação dos recursos naturais que o Município naturalmente disponibiliza.

Assim, a COMIGO faz o proveito necessário para suas atividades agroindústrias, e busca restituir sem comprometer a integridade da riqueza natural, em especial seus recursos hídricos, que são, sem dúvida, bens mais valiosos do contexto humano.

4.3.2 Cogeração de Energia: sustentabilidade

Produzir energia de maneira sustentável, sem poluir o meio ambiente, por meio de fonte renovável em substituição aos combustíveis fósseis, como o petróleo e carvão, é o grande desafio deste século. Mudanças climáticas, como secas prolongadas ou enchentes apontam a necessidade de diminuição da emissão de dióxido de carbono na atmosfera.

A COMIGO, dando atenção à política de produzir e preservar colocou em funcionamento uma caldeira para produção de energia térmica e também elétrica. Esse investimento tem capacidade total de produzir cinco *megawatts*, que em força máxima pode resultar em 50% de economia para a COMIGO, que gera atualmente

três *megawatts*, o que nesse caso representa 30% do consumo de energia elétrica do complexo industrial.

A capacidade de autoprodução energética da COMIGO permite auxiliar a capacidade energética do Município, em virtude de poder captar o excedente de energia produzido ou não explorada das transmissões elétricas públicas com o uso adequado da sua produção energética sustentável. O novo equipamento utiliza, como matéria-prima, lenha de eucalipto, proveniente das fazendas florestais da Cooperativa, e aproveita de maneira racional o vapor de alta pressão produzido na caldeira para a geração de energia elétrica.

A caldeira possui um sistema de cogeração de energia (turbina) para efetuar a transformação da energia térmica em energia elétrica, resultando no vapor para os processos industriais. Esse processo apresenta algumas vantagens à sociedade, como:

- minimiza os efeitos da industrialização no ecossistema, graças a sua usina;
- reduz o consumo compartilhado de energia elétrica com as transmissões públicas;
- utiliza árvores de eucalipto como fonte de combustível natural nas caldeiras para o processo de Cogeração de energia térmica e elétrica; e
- gera pontos de trabalho especializado nas fazendas florestais, com transporte de madeiras e mão de obra especializada no processo da Usina de Energia.

As Figuras 10 e 11 apresentam o sistema de cogeração de energia e seus componentes do processo:

1. Lenha (Biomassa) Floresta COMIGO
2. Caldeira
3. Vapor (alta pressão)
4. Bomba de alimentação
5. Condensador, Desagrador, Gerador
6. Energia Elétrica
7. Indústria (Consumidora)



Figura 10 - Foto do sistema de cogeração de energia
Fonte: COMIGO (2014)

USINA TERMOELÉTRICA

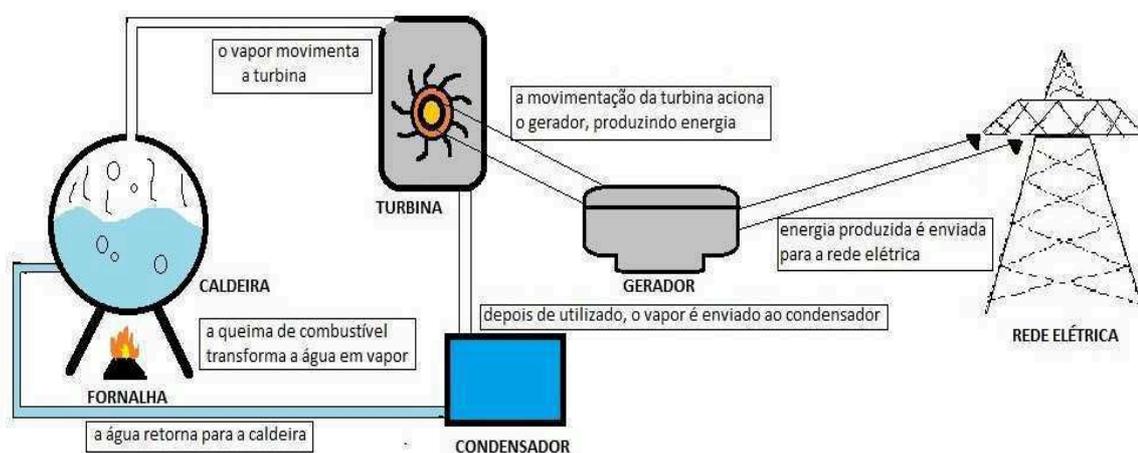


Figura 11 – Esquema do sistema de cogeração de energia
Fonte <http://energiatermoelétrica3.blogspot.com.br/>

Os sistemas de geração termoeletrica e cogeração da base sólida produzem energia pela queima de biomassa, como: resíduos de madeira, cavacos, serragem, lenhas em toras, bagaço de cana, resíduos agropecuários, pequeno galho de árvore ou aparas de madeira com que se acende o fogo maravalha, gás natural, e óleo. A

queima controlada desses resíduos em caldeiras reduz em aproximadamente 20 vezes a produção de gases de efeito estufa.

A COMIGO utiliza vapor em processos industriais. A instalação de um sistema de cogeração permite gerar energia elétrica, e com um acréscimo de combustível permite também utilizar vapor nos processos industriais.

Para tanto, uma turbina com extração controlada aproveita o vapor destinado aos processos antes da sua aplicação final, além de poder utilizar um resíduo do próprio processo ou que esteja disponível para gerar energia elétrica e consequentemente reduzir os custos de produção.

Como vantagens da cogeração de energia podem ser enumerados os seguintes itens: melhor qualidade de energia produzida ou energia limpa; racionalização da produção e uso do vapor gerado pela caldeira; menor custo de energia elétrica; maior confiabilidade no fornecimento, transmissão e distribuição de energia; e participação no mercado de crédito de carbono, beneficiando-se do sistema implantado.

A COMIGO, como empresa que preza a sustentabilidade, possui uma área de 6.862,71 hectares de plantio de eucalipto localizada nas fazendas São Tomaz - Rasgado (Comigo Florestal I); São Tomaz – Mutum (Comigo Florestal II); Fazenda Varginha (Comigo Florestal III); e Fazenda Aparecida do Rio Doce (Comigo Florestal IV).

O plantio de eucalipto visa atender a demanda do Complexo Industrial, contribuindo para a preservação da mata nativa. São extraídas da Comigo Florestal, anualmente, 250.000 m³ de lenha.

Considerando várias definições conceituais, a estrutura do complexo Agroindustrial da COMIGO, pautada em linha com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), que descreve, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudanças no qual a análise dos recursos; a orientação do desenvolvimento tecnológico; e a alteração institucional adaptam e fortalecem a capacidade do presente e futuro, a fim de ajudar e cuidar das necessidades e aspirações humanas.

4.3.3 Centro Tecnológico COMIGO (CTC): inovação

O Centro Tecnológico da Comigo (CTC) está localizado numa área que conta com mais de 130 hectares destinados a experimentos agropecuários, onde são realizadas as pesquisas de geração de tecnologia.

A partir desse local a Cooperativa promove a transferência de conhecimento, gerando uma relação entre outros produtores e o consumidor dos insumos, máquinas, e resultados em âmbitos regional, nacional e internacional.

A COMIGO, desde 1984, firmou convênio inicialmente com a Emgopa, depois com a Universidade de Rio Verde (UniRV), com a Embrapa e outras instituições. Com uma ação específica de articulação de uma rede de interesses em comum promove a feira da TECNOSHOW COMIGO, que está consolidada no cenário nacional, apresentando resultados positivos a cada ano de evento realizado, conforme a direção da Cooperativa divulga à comunidade.

O Centro Tecnológico COMIGO (CTC) localiza-se no anel viário Paulo Campos km 7, em Rio Verde, Goiás, conforme ilustra a Figura 12.



Figura 12 - Foto aérea do Centro Tecnológico COMIGO (CTC)
Fonte: COMIGO (2014)

Onde:

- **Foto superior:** Imagem dos primeiros eventos da feira agropecuária (Agrishow), parceria da COMIGO para realizar seus eventos primários. Apresenta a ocupação da área do CTC – COMIGO para exposições e trocas de experiências agrícolas; No horizonte, cercado de fazendas com baixa produtividade, como também estacionamento registrando baixa adesão de participantes ao evento.

- **Foto Inferior:** Imagens do CTC – COMIGO, no período da feira Tecnoshow – exposições de Tecnologia, equipamentos, no horizonte e laterais estão às fazendas utilizadas como laboratório natural para as pesquisas e inovação e preservação na geração de tecnologia agrícola. Abaixo a ocupação do estacionamento oferecido ao público nacional e internacional, interessado na feira.

A Cooperativa adquiriu a área do CTC, que foi inaugurado em 2002, na ocasião do Encontro Tecnológico COMIGO, com três dias de duração, evento que se repetiu em 2003, utilizando cerca de 50 hectares do CTC.

Paralelamente, a Cooperativa passou a realizar experimentos em parceria com outras entidades, principalmente com a Universidade de Rio Verde (UniRV) e a Embrapa, no restante da área. Em agosto de cada ano apresenta os resultados dos trabalhos aos produtores rurais, em um grande *workshop*.

As pesquisas desenvolvidas pelo Centro Tecnológico da Comigo (CTC) se estabelecem no campo da lavoura e pecuária. Na pecuária, os estudos são realizados com base nas respectivas linhas de investigação: confinamento de gado de corte; uso de dietas alternativas para bovinos; uso de subprodutos para agricultura; e estudo de adaptação de futuros reprodutores holandeses.

Na área de lavoura os estudos são desenvolvidos desde a fundação do CTC, e destinam-se ao cultivo de espécies de soja, milho, sorgo, milho forrageiro, com base nas seguintes linhas de investigação: manejo da fertilidade do solo; manejo fitossanitário de plantas; ensaio de competição de variedades de cultivares; e uso de espécies de cobertura no sistema de plantio direto.

A difusão tecnológica, ou transferência de tecnologia dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas pelo CTC aos associados da Cooperativa, acontece durante a realização de alguns eventos, como a feira anual, denominada e conhecida nos âmbitos nacional e internacional como TECNOSHOW COMIGO.

Nessa feira apresentam-se novidades tecnológicas voltadas exclusivamente para o meio rural. São realizadas palestras que envolvem a participação de autoridades políticas e pesquisadores renomados das mais diversas áreas da atividade agrícola, e *workshop*, que demonstra aos produtores os resultados alcançados com o desenvolvimento das diversas linhas de pesquisas.

Com o evento estabelecem-se parcerias que permitem à COMIGO tornar-se revendedora de consagradas marcas de máquinas e implementos agrícolas, buscando sempre a inovação e eficiência no campo, atendendo as exigências de uma agricultura moderna, característica presente em todas as lojas da COMIGO.

A TECNOSHOW COMIGO é reconhecida como a grande feira do centro-oeste brasileiro, e tem crescido tanto em número de expositores quanto em comercialização de produtos e número de visitantes. A diversidade é a marca registrada do evento, com máquinas e equipamentos agropecuários, *plots* agrícolas, e animais das mais variadas espécie.

Há palestras técnicas e econômicas, educação ambiental, com o Circuito Ambiental, Espaço cultural, cada ano com um tema diferente, e dinâmicas de máquina e do segmento pecuário.

Atualmente, a TECNOSHOW COMIGO se tornou referência para outros países e feira do gênero no Brasil. Ela goza de grande prestígio, atraindo a atenção de expositores e visitantes inclusive de outros países. Tudo isso traz consequências favoráveis a Rio Verde, pois desde o início de suas atividades a Feira estabeleceu uma relação muito positiva em consequência do seu alcance, que veio estimular algumas atividades do comércio que até então não tinham sido observadas como ferramentas de fomento da atividade econômica do Município.

Um exemplo é o resultado em comercialização atingido em 2014. Em apenas cinco dias de evento o valor negociado foi superior a 1,4 bilhões de reais, conforme aponta a Tabela 16.

As ações promovidas pela feira TECNOSHOW COMIGO extrapolam a área do evento e alcançam o comércio local em todas as suas esferas e amplitude. Um exemplo é o fluxo de aeronaves no aeroporto municipal, que normalmente tem fluxo de dois voos diários comerciais.

Nos dias de feira o número de pousos e decolagens elevam-se em média para 15 voos diários com aeronaves particulares, além dos habituais comerciais, promovendo a cadeia de negócios envolvidos nessa atividade específica.

Outra consequência desse evento se reflete na necessidade de melhorias na infraestrutura aeroportuária, que acarretaria melhoria permanente à população local, sem esquecer que fomenta e gera pontos de trabalhos.

Quanto à rede hoteleira, acontece outro fato bastante relevante e positivo para o comércio local, visto que nesse período registra-se uma ocupação de 100% dos leitos dos hotéis em Rio Verde e cidades vizinhas, como Jataí, Montividiu e Santa Helena. A demanda é estimulada especificamente pela feira TECNOSHOW.

Tabela 16 - Resumo das movimentações TECNOSHOW COMIGO 2014

Centro Tecnológico Comigo - Feira Tecnoshow Comigo 2014		
Período do evento da Feira	5	Dias
Acesso à página na internet	18	Mil/acessos
Agências Bancárias presentes	7	Agências
Aeroporto Municipal / aeronaves particular	12	Voos diários
Área da Feira	60	Mil/hectares
Área de geração (difusão tecnológica)	130	Mil/hectares
Boutique Tecnoshow (venda)	40	Mil
Capacidade da Internet (área da feira)	150	Mb
Coleta de latinhas	52	Mil/latas
Coleta seletiva do lixo	90	Toneladas
Coleta de lixo reciclável	18	Toneladas
Comercialização / Negociação	1,4	Bilhões
Evento do Dia do Meio Ambiente	13	Mil/pessoas
Dinâmicas de pecuária	16	Eventos
Empregos Temporários Gerados	8	Mil/empregos
Estacionamentos	30	Mil/ veículos
Exposição de animais	1.300	Animais
Expositores	520	Empresas
Investimentos na estrutura	550	Milhões
Manejo de Espécie	5	Mil
Máquinas e equipamentos	16	Demonstrações
Mudas de plantas (nativas)	12.000	Mil/mudas
Palestras	60	Palestras
Palestra / público	6	Mil/pessoas
Plotes Agrícolas	45	Demonstrações
Refeições Diárias	7,5	Mil/dia
Teatro Infantil	2	Mil/crianças
Torres de Distribuição	8	Torres
Visitantes	100	Mil

Fonte: Adaptada de Tecnoshow Comigo (2013)

Destaca-se, também, outro ponto positivo, que é o fato de a mão de obra buscar qualificação para poder atender a demanda a contento, visto que os visitantes da feira vêm de toda parte do território nacional e estrangeiro. Um exemplo é a comitiva que vem do continente africano, de Angola, que como já é de costume sempre prestigia o evento, em busca de informações e conhecimentos atuais para implantar em seu País.

A TECNOSHOW COMIGO ainda colabora com um elevado número de empregos diretos e indiretos, em restaurantes, lavanderias, bares, empresas especializadas em locações de veículos, turismo local, postos combustíveis, e entretenimento, que são sensivelmente estimulados em função da extensão e profundidade que o evento promove no Município.

No período do evento ocorrem benefícios econômicos, que significam um segundo momento de arrecadação; benefícios culturais, com a troca de experiências entre pessoas de outras regiões e nacionalidades; além da gama de impostos gerados pelos serviços prestados e que podem ser revertidos na melhoria da qualidade da vida de toda a comunidade.

Assim, relata Campanhola (2004) o grande fluxo de geração, adaptação, transferência e adoção das inovações tecnológicas pelo setor produtivo agropecuário tem tido papel preponderante no sucesso do agronegócio brasileiro.

4.3.4 Capacidade de Armazenagem Agroindustrial COMIGO: logística

A COMIGO possui diversos armazéns de recepção e secagem de grãos em toda região do sudoeste de Goiás. Esses armazéns contemplam as regiões produtivas de maior relevância do centro-oeste goiano, promovendo um mecanismo estratégico para recolher a produção dos cooperados e, conseqüentemente, efetuar seu processamento e industrialização.

A capacidade das unidades dos armazéns da cooperativa atinge a incrível marca de mais de um milhão de toneladas, tudo isso para compor um cuidadoso sistema que vai da captação das matérias à produção de produtos com eficiência e qualidade. Conforme a Tabela 17.

A capacidade de a Cooperativa estender o atendimento para cuidar da produção tem por perspectiva reduzir perdas e assim promover ganhos econômicos quando for produzi-la ou negociá-la, além de os cooperados trazerem benefícios às comunidades ali existentes.

Tabela 17 - Capacidade de armazenagem e secagem por unidade armazenadora

Unidade Armazenadora	Armazenagem (ton.)	Secagem (ton./h)
Acreúna	60.000	270
Caiapônia	64.080	300
Indiara	30.000	100
Jataí	138.360	320
Jataí - Estrela Dalva	76.200	300
Jataí - Paraíso	56.580	250
Jataí - Bom Jardim	0	300
Montes Claros de Goiás	40.800	190
Montividiu	234.000	400
Paraúna	55.000	200
Rio Verde	354.414	1.120
Rio Verde - Rio Preto	0	0
Rio Verde - Ponte de Pedra	72.800	300
Rio Verde - Monte Alegre	720	0
Santa Helena de Goiás	41.280	250
Santa Helena - Cinquentão	18.720	150
Serranópolis	15.000	125
Total	1.257.954	4.575

Fonte: Adaptada da COMIGO (2014)

As unidades de armazenagem e secagem estão presentes em 10 municípios da microrregião do sudoeste goiano, em plantas com capacidade de armazenagem superior a 1.257.954 (ton.) e, respectivamente, 4.575 (ton./h) de secagem. Algumas unidades de armazenagem e secagem dispõem de tecnologia automatizada, e armazéns graneleiros com recepção de sistema, de tombador, e de aeração e termometria.

A COMIGO, com instalações físicas nessas regiões, também deverá captar e disponibilizar mão de obra especializada de cooperado e/ou funcionários, que naturalmente é angariada e lapidada dentro da própria comunidade onde atuam as unidades armazenadoras.

Essa capacidade de armazenamento também se estende aos produtores com menor capacidade tecnológica e econômica para terem segurança na armazenagem de suas produções, portanto a COMIGO também se apresenta como apoio à produção independente dos produtores locais, além de tê-los como clientes dos serviços e produtos que disponibiliza, como a locação de seus silos de armazenagem.

A adoção dos novos padrões tecnológicos aplica segundo Bautzer (2009, p.2): um conceito mais contemporâneo de inovação. “capacidade de empreender, de fazer diferente e proporcionar ao mercado novas experiências de processos e de tendências.” Onde o Cooperativismo acompanha as mudanças significativas e suas evoluções.

4.3.5 Benefícios oferecidos pela Cooperativa COMIGO aos Colaboradores: desenvolvimento e qualidade de vida

A Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano é responsável pela inclusão dos agricultores no mercado, seja cooperado ou funcionário. Esse processo se dá: a) pela prestação de serviços e acesso à tecnologia; b) com a agregação de valor e atuação eficiente na cadeia produtiva; e c) pela economia de escala nos processos de compra e venda e acesso a mercados.

As decisões corporativas da COMIGO são ações efetivas de agregação entre os atores, na sua qualidade de vida, que se traduzem em apoio às ações políticas públicas, tais como: assistência médica e odontológica, alimentação e transporte.

Em relação ao tratamento dentário, é oferecido aos funcionários e dependentes pelo convênio Uniodonto desde o ano de 2005. Quanto ao convênio saúde, para médicos especialistas, clínicas e hospitais, é prestado pela Unimed desde 2003.

Os convênios beneficiam 2.631 pessoas, entre funcionários e dependentes, de maneira que proporcionam ao serviço público de saúde uma demanda menor daquela que já se encarrega ao cuidar da população do Município, já que a COMIGO participa com parte dos custos dos planos odontológico e de saúde quando o associado e ou funcionário opta pela adesão.

A Cooperativa oferece transporte gratuito para os funcionários de todas as lojas, da unidade de armazenamento ao complexo industrial, com o intuito de proporcionar maior comodidade aos seus colaboradores. Também dispõe de um amplo refeitório, com capacidade de servir mais de 35.000 refeições por mês para colaboradores e prestadores de serviços sem custo adicional, além de acompanhamento especializado por profissionais da área.

Outra evidência estimulada e promovida pela COMIGO é a restituição de capital, cujo projeto é de iniciativa pioneira. Os cooperados que completarem 65 anos de idade e 20 anos de cooperativa, simultaneamente, passam a ter direito à restituição de 50% do saldo de sua conta capital.

Após três anos do recebimento da última parcela dessa restituição passam a ter direito de requerer mais 50% do saldo acumulado, ou seja, uma segunda restituição, que além de permitir uma folga financeira aos cooperados ainda fomenta o mercado local na busca de atingir o objetivo de melhor qualidade de vida, viabilizado por esse capital extra, disponibilizado ao mercado local e fortalecer sua economia, cujo bem maior será a contrapartida dessas ações em benefício mutuo para a sociedade.

Pelo exposto, é possível estabelecer articulação com os princípios propugnados para determinada perspectiva de desenvolvimento como fora citado por Sem (1999), uma região é considerada desenvolvida quando percebe que seus indivíduos desfrutam das liberdades individuais, alcançam seus desejos, e têm disponibilidade para atender às necessidades da coletividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir e analisar a influência da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) no desenvolvimento do município de Rio Verde (GO) foi possível identificar a sua influência no Município.

O desenvolvimento pode ser notado a partir do atendimento mínimo das necessidades básicas da população, visto que só é considerado efetivo se contribuir com o desenvolvimento humano, revestido de melhoria na qualidade de vida de forma a incrementar os indicadores de bem-estar econômico e social.

Nesse sentido, foi observada a influência socioeconômica em alguns dados apresentados no presente trabalho, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que está posicionado na faixa de desenvolvimento Humano Alto, com IDHM de 0,754, em 2010, ocupando a 6^o posição do *ranking* estadual do IDHM 2010. Além de figurar como a 45^a maior arrecadadora de ICMS da Secretária da Fazenda do estado de Goiás no ano de 2012.

A composição do IDHM, estabelecida pelo padrão de vida, pode ser observado pelo PIB *per capita* da população de Rio Verde, que é de R\$30.527,15, segundo o IBGE (2013), demonstrando assim um crescimento econômico vinculado ao investimento social pelo Índice de Desenvolvimento Humano de Renda, Educação e Longevidade

Pelo exposto, para melhor entender como foi realizada a análise para identificar e relacionar o impacto das atividades da COMIGO no município de Rio Verde, com práticas de desenvolvimento econômico, sustentável e inovação no seu complexo industrial.

Aí se estabelece uma importante tensão: inicialmente foi observado seu quadro social de 2012 que apresentava entre sócios, funcionários e colaboradores 9.170 pontos de trabalhos que representa 7,89% do total de 114.888 pontos de trabalhos da microrregião do sudoeste goiano, conforme RAIS 2012, e ainda uma capacidade de injetar aproximadamente R\$111.483 milhões mensais com remuneração direta, na economia local.

Evidencia-se a contribuição da COMIGO em suas ações, de redução de perdas com o reuso e racionalização dos recursos hídricos, pela unidade de tratamento de efluentes dada a importância desse componente natural no processo

de industrialização da Cooperativa e também na necessidade básica de todos os atores do município de Rio Verde.

Esse tipo de ação empreendedora, no cuidado dos efluentes possibilitou o reconhecimento nacional do sistema OCB/Sescoop e da revista Globo Rural na categoria meio ambiente, por fundamentar e aplicar o desenvolvimento sustentado em ações.

Nesse mesmo rumo, a Cooperativa busca a melhoria da condição ambiental produzindo energia de maneira sustentável, reduzindo a agressão ao meio ambiente com a diminuição da emissão de carbono na atmosfera. Para tanto, produz sua própria energia (Usina Termoelétrica) proveniente das matérias-primas oriundas das plantações de eucaliptos das florestas da própria COMIGO, para minimizar os efeitos da industrialização no ecossistema, trazendo benefícios à comunidade.

Ao promover a transferência de conhecimento e tecnologia pela difusão tecnológica, a Cooperativa paralelamente realiza estudos em parceria com universidades e entidades federais e estaduais. Os experimentos no campo da lavoura e pecuária geram informações que são transferidas na feira TecnoShow com *workshop*, apresentando os resultados alcançados no desenvolvimento das diversas linhas de pesquisas.

Outro aspecto evidenciado nesta análise refere-se à logística e/ou capacidade de armazenagem agroindustrial da Cooperativa, pois suas unidades de armazenagem contemplam as regiões produtivas, promovendo um mecanismo que permite recolher a produção dos cooperados para processá-la e encaminhá-la à industrialização.

É preciso destacar, também, a inclusão dos colaboradores, cooperado ou funcionário, em ações específicas na área da saúde, como convênios nas áreas odontológica e médica em diversas especialidades, com alcance aos seus dependentes.

Outra ação é o transporte gratuito para todos os colaboradores no deslocamento para todas as lojas, unidades de armazenagem, e ao complexo industrial da Cooperativa, com intuito de proporcionar maior segurança e comodidade. Nessa mesma linha, a Cooperativa oferece um refeitório, que presta atendimento diário, com acompanhamento de profissionais especializados em nutrição a todo corpo funcional e prestadores de serviços sem qualquer custo.

Essas ações concomitantemente promovem reflexos positivos para a sociedade, onde desonera o poder público. E em contrapartida influencia a melhoria da qualidade de vida da população que se beneficia desses feitos, com o excedente que se originam-se na área de transporte, saúde, energia elétrica, recursos hídricos e na preservação dos ecossistemas naturais, cuja necessidade primária assume a própria Cooperativa.

Somam-se a essas ações a CrediCOMIGO, a cooperativa de crédito fechada, que fomenta a economia dos cooperados, contribui e estimula o desenvolvimento econômico e assistência financeira, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida, e o aprimoramento técnico, educacional e social proporcionado à comunidade, como é o exemplo do programa CooperJovem.

Todos esses movimentos permitem um acréscimo nas relações do cooperado com a Cooperativa, o que gera um aumento na articulação das atividades da Cooperativa com o município de Rio Verde. A consequência desse acréscimo é a contribuição para a formação do indivíduo, cooperativista ou não, em todas as perspectivas: social, econômica, e cultural.

Enfim, ao fazer a última análise comparativa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio Verde observou-se uma relação entre a taxa de crescimento e um hiato de desenvolvimento, o que demonstra um desequilíbrio nos resultados.

Nas duas últimas décadas houve um crescimento de 54,51% em comparação ao hiato de desenvolvimento de 51,95%, o que leva a concluir que todas as ações especificadas efetivadas pela COMIGO e o perceptível impacto dessas ações em diferentes níveis no município de Rio Verde não foram suficientes para promover a melhoria da taxa de desenvolvimento na mesma proporção do incremento da taxa de crescimento, resultando, portanto, em um desenvolvimento inferior a essa taxa.

A relevância científica contempla, tornar exequível o conhecimento do Cooperativismo, bem como a influência da agroindústria no município de Rio Verde, como fonte para novos estudos, de natureza aplicada ou não, que possam promover ações científicas no mesmo sentido que se esboça o tema proposto desta pesquisa: discutir e analisar qual a influência da COMIGO no desenvolvimento o município com a finalidade de elucidar a contribuição social na geração de emprego, na sustentabilidade e inovação para o desenvolvimento e relacionar o impacto das suas atividades com as políticas públicas do município de Rio Verde (GO).

REFERÊNCIAS

ACCARINI, J. H. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Vozes, 1987.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **O cooperativismo**. 2014. Disponível em: <<http://Cooperativismodecredito entidades de representação/ACI-ALIANÇA-COOPERATIVA INTERNACIONAL>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Evolução do cooperativismo no Brasil**: DENACOOOP em ação/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. – Brasília: MAPA, 2006. 124 p.

ALVES JUNIOR, W. A.; OLIVEIRA, E. A. A. Q.; SANTOS, M. J. **A importância do agronegócio como propulsor do crescimento econômico de Rio Verde**. *In*: International Congress on University-Industry Cooperation. 2012. Anais Eletrônicos the 4th International Congressing University-Industry Cooperation. Disponível em: <<http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf416.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2013.

ARRIEL, M. F. **Perfil produtivo e dinâmico espacial da indústria goiana**: 1999-2007. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Ciências Econômicas, 2010. Disponível em: <http://www.tese.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=762>. Acesso em: 05 fev.2014.

BAUTZER, D. **Inovação: repensando as organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

BENECKE, D. W. **Cooperação e desenvolvimento; o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo**. Porto Alegre, 1980.

BERNARDES, A. C.; SANTOS, C. C.; BASTOS, K. Z. **Planejamento estratégico em organizações agrícolas no sudoeste goiano**. *In*: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. SOBER. Anais... Rio Branco, 20 a 23 de julho de 2008.

BERNARDI, F. **O fortalecimento das cooperativas agroindustriais utilizando a qualidade dos serviços para a fidelização dos cooperados**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Santa Maria, 2012.

BEZERRA, L. M. C.; CLEPS JÚNIOR, J. **O desenvolvimento agrícola da região centro-oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás**. 2004. Caminhos da Geografia – Revista Online. v. 1303, p. 29-49. Disponível em: <http://www.ig.uf.br/caminhos_de_geografia.html>. Acesso em: 16 fev. 2013.

BIALOSKORSKI, S. **Estratégias e cooperativas agropecuárias**: um ensaio analítico. *In*: Seminário de Política Econômica em Cooperativismo Agronegócios. 2002. Viçosa. Anais... São Paulo: USP, 2002. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/~sigbial/inserir_out2002/Estrategias_e_Cooperativas_si g2.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2013.

BOISIER, S. **Política econômica**: organização social e desenvolvimento regional. *In*: HADDAD, P. R. (Org). Economia Regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**: a política nacional de cooperativismo institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Brasília, 1971. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/258460.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Evolução do cooperativismo no Brasil**: DENACOOOP em ação. Brasília: MAPA, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2007c.

CAMPANHOLA, C. **Inovação tecnológica frente aos desafios do agronegócio**. Cronologia do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial brasileiro 1938-2003. São Paulo: LTC, 2004.

CANO, WILSON. **Introdução à economia**: uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998

CASTILHO, A. P.; BORGES, N. R. M.; PEREIRA, V. T. **Manual de metodologia científica, ILES-Itumbiara/GO** – ULBRA. 2011. Disponível em: <<http://www.ulbraitumbiara.com.br/manumeto.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CIMA). **O desafio do desenvolvimento sustentável**: relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, 1991.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO (COMIGO). **Sistema gestão empresarial SAP**. Rio Verde: COMIGO, 2010.

_____. **Cooperativa agroindustrial dos produtores rurais do sudoeste goiano: histórico.** Disponível em: <<http://www.comigo.com.br>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. **Cooperativa agroindustrial dos produtores rurais do sudoeste goiano: unidades/armazéns.** Disponível em: <http://comigo.web407.uni5.net/#/abrePagina=uni_armazens&local=2&titulo=30>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. **O portal do cooperativismo financeiro** Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. **Sistema Sicoob Credicomigo.** Disponível em: <<http://www.sicoobcredicomigo.com.br/>>. Acesso em 02 ago. 2014.

CORRÊA, R. L. **Espaço, um conceito-chave da geografia.** *In:* CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHAVAGLIA, A. **Breve histórico do cooperativismo em Goiás: dos primórdios até os dias atuais.** *In:* PEREIRA, A. A. (Org.). Agricultura de Goiás: análise & dinâmica. Brasília: UCG, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DA SILVA, LEONARDO XAVIER; RATZMANN, VIVIANE. **Descrição e interpretações das transformações e do desempenho as cooperativas de crédito no Brasil.** São Paulo: Estudos do CEPE, 2013.

DO CARMO, R L; GUIMARÃES, E N. AZEVEDO, A. M. M. **Agroindústria, população e no sudoeste de Goiás.** 2002 Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao_centro/03pronex_08_Agroindustria_Populacao.pdf>. Acesso em 15 out. 2014

DALLABRIDA, V. R. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novo paradigmas.** Ijuí: UNIJUI, 2000.

DE PLÁCIDO, E. S. **Vocabulário jurídico.** Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DOMINGUES, J. C. **Cooperativas de trabalho: um modelo de autogestão no combate ao desemprego – mitos e realidades.** São Paulo: STS, 2002.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Índice Firjan de desenvolvimento municipal (IDFM)**. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2014. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=GO&IdCidade>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

FERREIRA, D. F.; FERNANDES FILHO, J. F.; **Análise das transformações recentes na atividade agrícola da região de Goiás: 1970/1995-6**. *In*: PEREIRA, S. L.; XAVIER, C. L. (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1969.

_____. **Os desafios da nova geração**. *In*: Revista de Economia Política, v. 24, n. 96, p. 483–486, 2004.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Unijuí, 2012.

GERARDI, L. H. de O. **Algumas reflexões sobre modernização da agricultura**. *In*: Geografia. Rio Claro, 1980.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. *In*: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, abril/1995.

GOIÁS. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Goiás em Dados 2003**. Goiânia, 2003.

GONÇALES, C. **A cooperativa mista dos produtores rurais do sudoeste goiano Ltda. (COMIGO) e o desenvolvimento da região de Rio Verde -GO**. *In*: PEREIRA, S. L.; XAVIER, C. L. (Org.) **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

GONÇALES, C. A. **As políticas públicas, a modernização dos cerrados e o complexo soja no sul goiano: 1970-2005**. Tese (Doutorado em Geografia Agrícola)

– Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2008.

GUIMARÃES, F. M. S. **Observações sobre a polêmica da divisão regional.** *In:* Revista Brasileira de Geografia, Ano 25, nº3. IBGE: Rio de Janeiro. p. 289. jul.-set./1963.

GUERRA, L. O. **Estudo sobre o processo de desenvolvimento econômico de Rio Verde GO.** Dissertação (Mestrado) — Faculdades LFA, Mestrado em Desenvolvimento Regional, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores de desenvolvimento sustentável.** 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/espanhol/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

LAMBERT, P. **A doutrina cooperativa.** 4. ed. Buenos Aires: INTERCOOP, 1975.

LEWIS, W. ARTHUR. **A teoria do desenvolvimento econômico.** Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1960.

LOPES, A. S. **Globalização e desenvolvimento regional, gestão e desenvolvimento.** Disponível em: <<http://ladroesdebicicletas.blogspot.com.br/2012/12/antonio-simoes-lobes-1934-2012.html>>. Acesso: 11 set. 2014.

LOPES, A. S. **Desenvolvimento regional:** problemática. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MACHADO, A. A. **Ambiental internacional:** a construção social do acidente químico ampliado de Bhopale da convenção 174 da OIT. Rio de Janeiro, vol. 28, n. 1, jan.-jun./2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **O cooperativismo.** 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/o-denacoop>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Plano agrícola e pecuário 2011-2012.** Secretaria de Política. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/plano-agricola/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, K. **A ideologia alemã**: a elaboração do manuscrito foi concluída em 1846. São Paulo: Hucitec, 1986.

MINAYO, M. C. S **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORATO, A. F.; COSTA, A. **Avaliação e estratégia na formação educacional cooperativista**. *In*: MACÊDO, K.B.; XIMENES, J.A.A.(Org.). Cooperativismo na era da globalização. Goiânia: UCG/Terra, 2001.

MOREIRA, R. **O que é geografia**. São Paulo: Brasilense, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Panorama do cooperativismo**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro_2011.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2013.

_____. **Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em 27 mai. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (OCESC). **O cooperativismo ao alcance de todos**. 5. ed. Florianópolis: OCESC, 2005.

PASSOS, C. R.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. 5. ed. São Paulo: Ática 2011.

PEDROSO, I. L. P. B. *et al.* **Modernização e agronegócio**: as transformações socioeconômicas recentes em Rio Verde (GO). *In*: Anais do 2º Encontro dos Povos do Cerrado, Pirapora (MG), 2004.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

POLÔNIO, W. A. **Manual das sociedades cooperativas**. .2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PORTAL DO COOPERATIVISMO. **O cooperativismo brasileiro**. Disponível em: <http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/estrutura_cooperativismo>. Acesso em: 12 ago. 2013.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18.ed. São Paulo: CNPq, 1982.

_____. **Lineamento da legislação cooperativa brasileira:** manual de cooperativismo. vol. 3. São Paulo: CNPQ, 1996.

_____. **O cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

RIOS, L. O. **Cooperativas brasileiras:** manual de sobrevivência & crescimento sustentável - 10 lições práticas para as cooperativas serem bem sucedidas e mercados globalizados. São Paulo: STS, 1998

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI.** São Paulo: Nobel, 1993.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas:** os casos da Índia e do Brasil. *In:* Gestão De Recursos Naturais Renováveis (Org.) Por VIEIRA, P. F.; WEBER, J. São Paulo, Cortez, 1996.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia.** São Paulo, Best Seller, 1994.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: USP, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M, L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, J. F. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1996.

SILVA FILHO, C. V. **Cooperativas de trabalho.** São Paulo: Atlas, 2001.

SECRETARIA DE GESTÃO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS (SEPLAN). **Goiás em dados 2004.** Goiânia: SEGPLAN, 2004. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br/sepim/down/goDados2004.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SEM, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento**: um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SCHNEIDER, J O. **A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais**. São Leopoldo: Unisinos / CEDOPE, 1993.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. Perspectiva Econômica – Série Cooperativismo, São Paulo, v. 26, p. 29-30, 1991.

SCHNEIDER, A. A. **Franchising: da prática a teoria**. São Paulo: Editora Maltese, 1991.

SCHNEIDER, S. **O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países desenvolvidos**: a pluriatividade. *In*: REVISTA REFORMA; AGRÁRIA, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994

SCHNEIDER, J. E. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente**: o caso brasileiro. *In*: LOUREIRO, M. R. G. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1981.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 1. ed. São Paulo. Editora Abril, 1982.

_____. **A teoria do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo; Nova Cultura, 1984.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva 1998.

VIEIRA, A. C. M. **Cooperativismo de trabalho**: alternativa de geração de trabalho e renda. 2005. Dissertação (Mestrado) em Gestão e Desenvolvimento Regional – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração –ECA, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2005.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. **Desenvolvimento e políticas de desenvolvimento regional**: uma revisão histórica e teórica. *In*: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR. Taubaté, v.8 n. 2, p.344-369 – mai-ago/2012. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679/296>>. Acesso em 14 jul. 2013.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. **Desenvolvimento econômico regional:** uma revisão histórica e teórica. *In:* Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 8, n. 2, 2012.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e as políticas de desenvolvimento regional:** estudo do Vale do Paraíba Paulista no período de 1970 a 2000. *In:* Redes Santa Cruz do Sul. (*online*), v. 19, p. 77-97, 2014.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional:** o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX. Tese de Doutorado em História Econômica. USP, 2009.

VEIGA, S. M. **Cooperativismo:** uma revolução em ação. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

ANEXO A - Relatórios Administrativos Contábeis do Exercício 2013

		
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores em milhares de reais)		
	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO		
CIRCULANTE	1.181.869	1.003.778
DISPONIBILIDADES	729.682	539.608
Caixa	854	465
Bancos c/Movimento	13.789	12.606
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	715.039	526.537
CRÉDITOS	199.106	215.766
Créditos com Associados (Nota 04)	134.123	109.364
Créditos com Terceiros (Nota 05)	27.189	67.573
Adiantamentos (Nota 06)	27.876	30.857
Impostos a Recuperar	9.766	7.907
Cheques Programados	151	65
ESTOQUES (Nota 07)	250.822	246.203
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	2.261	2.201
Seguros a Apropriar	2.261	2.201
NÃO CIRCULANTE	746.679	624.013
Créditos com Associados (Nota 04)	13.444	16.663
Créditos com Terceiros (Nota 05)	83	2
Impostos a Recuperar	138	-
Investimentos (Nota 08)	5.033	2.727
Imobilizado (Nota 09)	727.980	604.622
TOTAL DO ATIVO	1.928.548,48	1.627.791

 COMIGO		
	31/12/2013	31/12/2012
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	518.563	474.412
Fornecedores Prod.Fornec./Revenda (Nota 10)	106.537	58.500
Contas a Pagar (Nota 11)	10.458	6.969
Obrigações Trabalhistas e Sociais (Nota 12)	22.189	19.633
Impostos e Taxas a Recolher	1.089	2.332
Encargos Retidos	511	218
Capital a Restituir	25.692	20.615
Financiamentos (Nota 13)	352.088	366.145
NÃO CIRCULANTE	300.634	166.521
Capital a Restituir	19.055	18.293
Financiamentos (Nota 13)	279.819	146.468
Provisão para Contingências	1.760	1.760
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.109.351	986.858
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO (Nota 14)	685.159	588.291
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	124.991	139.036
RESERVAS	299.200	259.531
Reservas de Sobras	299.200	259.531
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.928.548	1.627.791



INDICADORES PARA ANÁLISE

		2013		2012	
1. Liquidez Corrente	<u>Ativo Circulante (-)</u> <u>Imobilizado</u>	<u>1.181.869</u>	= 2,28	<u>1.003.778</u>	= 2,12
	Passivo Circulante	518.563		474.412	
2. Liquidez Seca	<u>Ativo Circulante (-) Estoques</u>	<u>931.048</u>	= 1,80	<u>757.575</u>	= 1,60
	Passivo Circulante	518.563		474.412	
3. Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	<u>1.195.535</u>	= 1,46	<u>1.020.442</u>	= 1,59
	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	819.198		640.933	
4. Participação Capital no Patrimônio Líquido	<u>Capital</u>	<u>685.159</u>	= 61,76%	<u>588.291</u>	= 59,61%
	Patrimônio Líquido	1.109.351		986.858	
5. Margem de Garantia	<u>Ativo Total</u> Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	<u>1.928.548</u>	= 2,35	<u>1.627.791</u>	= 2,54
		819.198		640.933	
6. Grau de Endividamento	<u>Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo</u>	<u>819.198</u>	= 42,48%	<u>640.933</u>	= 39,37%
	Ativo Total	1.928.548		1.627.791	
7. Imobiliz. Patrimônio Líquido	<u>Imobilizado</u>	<u>727.980</u>	= 65,62%	<u>604.622</u>	= 61,27%
	Patrimônio Líquido	1.109.351		986.858	
8. Remuneração do Patrimônio Líquido	<u>Resultado Líquido</u>	<u>103.484</u>	= 9,33%	<u>247.247</u>	= 25,05%
	Patrimônio Líquido	1.109.351		986.858	
9. Patrimônio Líquido / Ativo Total	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>1.109.351</u>	= 57,52%	<u>986.858</u>	= 60,63%
	Ativo total	1.928.548		1.627.791	
10. Evolução do Patrimônio Líquido		<u>1.109.351</u>	= 12,41%	<u>986.858</u>	= 35,16%
		986.858		730.158	
11. Evolução do Capital Social		<u>685.159</u>	= 16,47%	<u>588.291</u>	= 52,88%
		588.291		384.810	
12. Evolução do Faturamento		<u>2.478.102</u>	= 13,74%	<u>2.178.793</u>	= 29,73%
		2.178.793		1.679.507	
13. Ebtida	Sobra Operacional Líquida	106.067.114,24		249.935.713,03	
	(+) Depreciação e Exaustão	50.303.031,95		49.209.774,37	
	(+) Despesas Financeiras Líquidas	<u>45.136.105,12</u>		<u>21.206.727,10</u>	
	(=) Ebtida	201.506.251,31		320.352.214,50	



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO POR UNIDADE ESTRATÉGICA DE NEGÓCIOS - ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores em milhares de reais)

UNIDADE ESTRATÉGICA DE NEGÓCIOS	INGRESSOS E RECEITAS OPERAC. BRUTOS	(-) ABATIMENTOS DOS INGRESSOS E RECEITAS	(-) DISPÊNDIOS/ CUSTOS SETORIAIS DIRETOS	INGRES./RECEITAS DISPÊND./DESPESAS OPER.COMPLEMENT.	SOBRAS E RESULTADO LÍQUIDO		R\$
					ASSOCIADOS	TERCEIROS	
TOTAIS GERAIS	2.478.102	(94.426)	(2.072.037)	(205.572)	95.423	10.644	106.067
							4,28%
AGRO-NEGÓCIOS	1.887.435	(89.268)	(1.603.445)	(133.254)	57.422	4.047	61.469
SOJA E DERIVADOS	1.566.855	(83.100)	(1.332.858)	(102.454)	44.904	3.539	48.443
MILHO/SORGO E DERIV.	280.834	(4.617)	(232.575)	(28.166)	13.969	508	14.476
LEITE	39.746	(1.551)	(38.012)	(1.634)	(1.450)	0	(1.450)
INSUMOS	435.779	(554)	(351.085)	(49.416)	29.827	4.897	34.724
INSUMOS	428.488	(554)	(344.066)	(49.172)	29.800	4.897	34.696
SEMENTES	7.291	(0)	(7.019)	(244)	27	(0)	27
LOJAS	154.888	(4.605)	(117.507)	(22.902)	8.173	1.701	9.874
SOBRAS E RESULTADOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS					95.423	10.644	106.067
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO						(2.583)	(2.583)
SOBRAS E RESULTADO LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO					95.423	8.061	103.484
							4,18%


DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Método Indireto)

(Valores em milhares de reais)

	R\$	
DESCRIÇÃO	2013	2012
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
1.1 SOBRAS E RESULTADOS LÍQUIDOS OPERACIONAIS	106.067	249.935
1.2 AJUSTES P/ CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciações e Amortizações	44.526	41.818
Exaustão - Florestal	5.777	7.392
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	903	859
RESULTADO AJUSTADO	157.273	300.004
1.3 VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	190.800	(88.295)
Aumento de Valores a Receber	6.040	(72.734)
Aumento/Diminuição de Estoques	(4.618)	(76.473)
Provisão para Descontos Pontualidades	2.811	559
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.798	568
Aumento de Ingressos/Receitas de Exercícios Futuros	8.147	15.953
Aumento de Despesas Antecipadas	(59)	(649)
Aumento de Outros Valores a Pagar	9.327	2.884
Aumento de Financiamentos a Pagar	119.295	116.296
Diminuição/Aumento de Fornecedores	48.037	(75.440)
Diminuição de Impostos a Recolher	(951)	(5)
Aumento de Obrigações Trabalhistas e Sociais	2.556	3.435
Provisão IRPJ/CSLL	(2.583)	(2.689)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	348.073	211.709
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Créditos não Reclamados/Deságio	2.789	1.105
Subvenções p/Investimentos	(52)	(46)
Integralização de Capital	1.344	700
Remuneração de Capital	34.812	22.661
Capital a Restituir	(19.453)	(13.147)
(=) DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS APLICADAS ATIV. FINANCIAMENTO	19.440	11.273
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Bens do Imobilizado	(174.703)	(184.116)
Aumento de Investimentos Permanentes	(2.306)	(443)
Utilização de Reservas	(430)	(1.820)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS APLICADAS ATIV. INVESTIMENTO	(177.439)	(186.379)
(=) AUMENTO DE CAIXA LÍQUIDO	190.074	36.603
<i>Disponibilidades no Início do Exercício</i>	539.608	503.005
<i>Disponibilidades no Final do Exercício</i>	729.682	539.608
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	190.074	36.603



DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2013	2012
1 - ORIGENS DOS RECURSOS	311.431	308.634
1.1 DAS OPERAÇÕES	153.787	296.456
Resultado do Exercício	103.484	247.247
Depreciações e Amortizações	44.526	41.818
Exaustão - Florestal	5.777	7.392
1.2 DOS ASSOCIADOS	16.703	10.213
Integralização de Capital	1.344	700
Remuneração do Capital	34.812	22.661
Restituição de Capital	(19.453)	(13.147)
1.3 DE OUTRAS FONTES	140.941	1.964
Baixa de Bens Ativo Imobilizado	903	859
Créditos não Reclamados / Deságios	2.789	1.105
Diminuição dos Créditos de Longo Prazo	3.136	-
Aumento do Passivo Não Circulante	134.113	-
2 - APLICAÇÕES DE RECURSOS	177.491	198.788
Acréscimo do Ativo Imobilizado	174.703	184.115
Utilização de Reservas	430	1.820
Aumento de Investimentos Permanentes	2.306	443
Utilização de Subvenções	52	46
Diminuição do Passivo não Circulante	-	8.398
Aumento dos Créditos de Longo Prazo	-	3.966
3 - AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	133.940	109.846

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	1.181.869,39	1.003.778,11	178.091,27
PASSIVO CIRCULANTE	518.563,36	474.412,17	44.151,19
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	663.306,02	529.365,94	133.940,08



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores em milhares de reais)

HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE SOBRAS	SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	R\$	
					TOTALS	TOTALS
SALDO EM 31.12.2011	384.810	157.537	187.811	-	730.158	730.158
01 Integralização de Capital	700				700	
02 Rest. de Cap. a Coop. demitidos, eliminados e excluídos	(7.680)				(7.680)	
03 Restituição de Capital (Art.14, § 7º. Estatuto Social)	(5.467)				(5.467)	
04 Remuneração do Capital	22.661				22.661	
05 Utilização de Reservas		(18.502)	16.662		(1.820)	
07 Créditos não Reclamados/Deságio			1.105		1.105	
08 Subvenções para Investimentos/Doações			(46)		(46)	
09 Sobras e Resultado Líquido do Exercício			(2.900)	247.247	247.247	
10 Reversões Legais e Estatutárias			2.900		2.900	
11 Destinações Legais e Estatutárias	183.267		56.878	(250.146)		
SALDO EM 31.12.2012	588.291	139.035	259.532	-	986.858	986.858
01 Integralização de Capital	1.344				1.344	
02 Rest. de Cap. a Coop. demitidos, eliminados e excluídos	(13.301)				(13.301)	
03 Restituição de Capital (Art.14, § 7º. Estatuto Social)	(6.152)				(6.152)	
04 Remuneração do Capital	34.812				34.812	
05 Utilização de Reservas		(14.044)	13.614		(430)	
07 Créditos não Reclamados/Deságio			2.789		2.789	
08 Subvenções para Investimentos/Doações			(52)		(52)	
09 Sobras e Resultado Líquido do Exercício			(4.784)	103.484	103.484	
10 Reversões Legais e Estatutárias			28.102		28.102	
11 Destinações Legais e Estatutárias	80.165			4.784		
SALDO EM 31.12.2013	685.159	124.991	299.201	-	1.109.351	1.109.351


DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores em milhares de reais)

	R\$	
DESCRIÇÃO	2013	2012
1. INGRESSOS E RECEITAS	2.494.914	2.197.572
Ingressos e Receitas de Vendas e Serviços	2.478.102	2.178.793
Outros Dispêndios e Receitas Operacionais	23.063	21.795
Perda Estimada p/créditos de Liquidação Duvidosa	(6.251)	(3.017)
2. INSUMOS	2.062.967	1.653.275
Dispêndios e Custos das Vendas e Serviços	1.130.629	1.140.539
Dispêndios e Despesa com Materiais, Energia e Serviços de Terceiros	932.339	512.736
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	431.947	544.297
4. RETENÇÕES	50.303	49.210
Dispêndios e Despesas de Depreciação, Amortização e Exaustão	50.303	49.210
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	381.644	495.087
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	58.358	38.927
Ingressos e Receitas Financeiras	58.358	38.927
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	440.002	534.014
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	440.002	534.014
PESSOAL	111.483	94.858
Remuneração Direta	94.636	81.108
Benefícios	10.282	8.228
FGTS	6.565	5.522
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	120.172	130.833
Federais	25.955	22.674
Estaduais	93.686	107.586
Municipais	531	573
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	70.050	38.415
Demais Dispêndios e Despesas Financeiras	68.682	37.473
Alugueis	1.368	943
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	138.296	269.908
Remuneração de Juros sobre Capital	34.812	22.661
Retenção para Fundos Legais e Estatutários	103.484	247.247


DEMONSTRAÇÃO DA CONTA SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores em milhares de reais)

CONTAS	R\$			
	31/12/2013	%	31/12/2012	%
INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS BRUTOS	2.478.102		2.178.793	
Vendas e Fornecimentos por Conta de Coop./Terc.	2.472.652		2.172.245	
Com Serviços Prestados Cooperados/Terceiros	5.450		6.548	
(-) Impostos/Abatimentos	(94.426)		(108.353)	
S/Vendas e Fornecimentos por Conta de Coop./Terc.	(93.439)		(107.428)	
S/Serviços Prestados Coop./Terc. e Outras Receitas	(987)		(925)	
INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDOS	2.383.676	96,19%	2.070.440	95,03%
(-) DISPÊNDIOS/CUSTOS OPERACIONAIS BRUTOS	(2.072.037)		(1.680.484)	
Fornecimentos e vendas à Cooperados/Terceiros	(2.070.004)		(1.677.282)	
Prestação de serviços à Cooperados/Terceiros	(2.033)		(3.202)	
SOBRAS E RESULTADOS OPERACIONAIS BRUTOS	311.639	12,58%	389.956	17,90%
(-) INGRESSOS/DISPÊNDIOS OPERACIONAIS COMPL.	(206.754)		(142.219)	
Ingressos/Dispêndios Operacionais Complementares	(161.618)		(121.012)	
Resultado Financeiro Líquido	(45.136)		(21.207)	
Ingressos e Receitas Financeiras	58.358		38.927	
(-) Dispêndios e Despesas Financeiras	(66.329)		(35.329)	
(-) Juros s/Capital Social	(37.165)		(24.805)	
SOBRAS E RESULTADOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS	104.885	4,23%	247.737	11,37%
(+) Outros Ingressos e Receitas	2.085		3.057	
(-) Outros Dispêndios e Despesas	(903)		(859)	
SOBRAS E RESULTADOS LÍQUIDOS ANTES DO I.R./CSSL	106.067		249.936	
Provisão para I.R./CSSL	(2.583)		(2.689)	
SOBRAS E RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	103.484	4,18%	247.247	11,35%
REVERSÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	4.784		2.900	
SUBTOTAL	108.268		250.146	
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	(108.268)		(250.146)	
Rates - Destinação Resultado Positivo c/Terceiros	(8.061)		(8.562)	
Reserva Legal 10% - Art 71, a	(10.021)		(24.158)	
Rates 10% - Art 71, b	(10.021)		(24.158)	
Capitalização de Sobras 80% - Art 71, c	(80.165)		(193.267)	



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A COMIGO, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, objetiva promover o estímulo, o desenvolvimento e a defesa de suas atividades econômicas e sociais de natureza comum.

As principais atividades são: recebimento, transporte, classificação e armazenagem dos produtos agropecuários; comercialização nos mercados interno e externo; industrialização e comercialização de produtos; beneficiamento e padronização de sementes destinadas ao seu quadro social; aquisição e comercialização de bens de fornecimento; prestação de serviços de assistência técnica agropecuária, educacional e social aos seus associados.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas como segue:

a) BALANÇO PATRIMONIAL

Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Sociedades Cooperativas em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituídas pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09.

b) DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Estruturada em conformidade com as disposições contidas na Lei n.º 5.764/71, observadas as disposições contidas na Resolução CFC n.º 920, de 09 de janeiro de 2002, que determina a apuração de sobras por produto, serviços e atividades, segregando o ato cooperativo e não cooperativo.



c) DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS, DOS FLUXOS DE CAIXA E DO VALOR ADICIONADO

Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Sociedades Cooperativas em decorrência da obrigatoriedade das convergências às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) O Leite In Natura foi avaliado pela média ponderada móvel dos preços de aquisição de terceiros e de antecipação a cooperados;*
 - b) Os estoques de Soja, Milho e Sorgo foram avaliados a preços correntes de mercado;*
 - c) Os estoques de produtos agrícolas com preços a fixar foram avaliados pela média móvel dos preços mínimos;*
 - d) Os estoques de produtos agrícolas depositados por terceiros foram avaliados pelos preços de entrada;*
 - e) Os estoques de produtos industrializados foram avaliados pelas médias ponderadas móveis dos preços de aquisição/antecipação e dispêndios/custos de produção;*
 - f) Os estoques de Bens de Fornecimento, Consumo, Peças e Implementos, Insumos Agrícolas e Almojarifado foram avaliados pela média ponderada móvel dos preços de aquisição, inferiores aos preços de realização efetiva no mercado;*
 - g) O imobilizado foi avaliado ao preço de mercado, conforme laudo elaborado por firma independente e, quando aplicável, ajustado ao seu valor de recuperação (impairment).*
- As depreciações foram calculadas levando-se em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens;*
- h) As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência, sendo diferidas aquelas que correspondem ao exercício seguinte;*
 - i) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados até a data do balanço de acordo com as taxas pactuadas nos contratos;*



j) A sobra ou perda do ato cooperativo foi apurada de acordo com as operações:

- Para produtos agrícolas, à proporcionalidade da produção entregue e comercializada; e
- Para bens de fornecimento, à proporcionalidade dos fornecimentos.

k) O lucro ou prejuízo do ato não cooperativo foi apurado de acordo com as operações:

- Para produtos agrícolas, à proporcionalidade da produção entregue e comercializada; e
- Para bens de fornecimento, à proporcionalidade das vendas.

NOTA 04 - CRÉDITOS COM ASSOCIADOS

A composição é a seguinte:

			R\$	
	Curto Prazo	Longo Prazo	31/12/13 Total	31/12/12 Total
Contas a Receber	34.848.271,85	6.316.467,97	41.164.739,82	75.418.181,96
Boletos Bancários	21.926.267,92	19.732,94	21.946.000,86	17.163.715,91
Insumos	127.592.481,31		127.592.481,31	24.077.218,81
Base de Troca Milho	26.571.350,90	338.958,88	26.910.309,78	32.170.354,01
Base de Troca Soja	25.400.707,66	874.216,60	26.274.924,26	62.539.758,81
Máquinas e Implementos	3.059.108,32	5.895.084,73	8.954.193,05	11.674.959,51
Cartão Comigo	3.864.770,23		3.864.770,23	3.724.843,14
(-) Provisão Desconto Pontualidade	-5.708.552,29		-5.708.552,29	-2.897.258,51
(-) Ingressos de Exercícios Futuros	-96.974.239,95		-96.974.239,95	-94.644.582,81
(-) Provisão para Créd. Liquidação Duvidosa	-6.456.978,75		-6.456.976,75	-3.200.513,04
Total	134.123.187,20	13.444.461,12	147.567.648,32	126.026.677,91

NOTA 05 - CRÉDITOS COM TERCEIROS

A composição é a seguinte:

			R\$	
	Curto Prazo	Longo Prazo	31/12/13 Total	31/12/12 Total
Contas a Receber	11.405.915,99	83.411,34	11.489.327,33	20.435.055,72
Boletos Bancários	46.118.083,84		46.118.083,94	72.115.110,41
(-) Ingressos de Exercícios Futuros	-28.802.624,01		-28.802.624,01	-22.985.318,60
(-) Provisão para Créd. Liquidação Duvidosa	-1.532.158,50		-1.532.158,50	-1.990.402,64
Total	27.189.217,42	83.411,34	27.272.628,76	67.574.444,89



NOTA 06 - ADIANTAMENTOS

A composição é a seguinte:

	R\$	
	31/12/13	31/12/12
Adiantamentos de Salários	517.691,14	570.037,82
Adiantamentos de Viagens	10.250,00	3.500,00
Adiantamentos p/Fornecedores/Terceiros	27.347.795,13	30.283.349,60
Total	27.875.736,27	30.856.887,42

NOTA 07 - ESTOQUES

A composição é a seguinte:

	R\$	
	31/12/13	31/12/12
Produtos Industrializados	27.617.213,09	25.052.790,38
Produtos para Comercialização	200.422.383,04	196.966.696,66
Produtos em Depósitos	2.559.139,53	4.024.793,00
Almoxarifados	20.222.831,74	20.159.009,72
Total	250.821.567,40	246.203.289,76

NOTA 08 - INVESTIMENTOS

A composição é a seguinte:

	R\$	
	31/12/13	31/12/12
Ações	14.829,54	4.187,49
Cotas de Capital	5.010.524,37	2.715.113,90
Bens e Direitos	7.542,10	7.542,10
Total	5.032.896,01	2.726.843,49



NOTA 9 - IMOBILIZADO

A composição é a seguinte:

	Taxa	Custo Aquisição	Deprec. Acumulada	R\$	
				31/12/13 Valor Líquido	31/12/12 Valor Líquido
Terrenos	0%	129.486.886,62	-	129.486.886,62	128.511.244,14
Edificações	4%	309.298.121,01	78.187.684,72	231.110.436,29	149.463.689,00
Máq. Equip. e Móveis	10%	324.913.409,71	179.187.527,75	145.725.881,96	113.182.245,96
Veículos	20%	33.061.387,73	12.540.615,73	20.520.772,00	17.436.929,00
Biblioteca	10%	48.511,07	48.511,07	-	-
Linhas de Telecomunicação	0%	6.826,85	-	6.826,85	6.826,85
Florestamento e Reflorestamento	0%	78.981.899,49	43.679.751,63	35.302.147,86	30.216.278,23
Marcas e Patentes	0%	7.431,47	-	7.431,47	7.431,47
Obras em Andamento	0%	165.819.957,31	-	165.819.957,31	165.797.214,12
Software Aplic. p/CPD	20%	132.919,78	132.919,78	-	-
Semoventes	20%	333,78	333,78	-	-
Total		1.041.757.684,82	313.777.344,46	727.980.340,36	604.621.858,77

As depreciações no exercício totalizaram R\$ 44.526.425,02 em 2013 e R\$ 41.818.067,58 em 2012.

A exaustão no exercício montou em R\$ 5.776.606,93 em 2013 e R\$ 7.391.706,79 em 2012.

NOTA 10 - FORNECEDORES PROD. FORNECIMENTO/REVENDA

A composição é a seguinte:

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores - Associados	69.769.049,37	27.664.286,39
Fornecedores - Terceiros	36.768.425,76	30.835.788,34
Total	106.537.475,13	58.500.074,73



NOTA 11 - CONTAS A PAGAR

A composição é a seguinte:

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Contas a Pagar	5.553.522,61	4.542.879,35
Adiantamentos de Cooperados	1.260.470,18	492.567,78
Adiantamentos de Terceiros	3.643.581,14	1.933.739,78
Total	10.457.573,93	6.969.186,91

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

A composição é a seguinte:

	R\$	
	31/12/2013	31/12/2012
Salários e Ordenados a Pagar	9.255.014,25	8.035.868,23
Encargos a Recolher	4.553.541,85	4.235.327,21
Provisão de Férias	8.380.137,19	7.361.538,80
TOTAL	22.188.693,29	19.632.734,24

NOTA 13 - FINANCIAMENTOS

A composição é a seguinte:

Modalidades	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	R\$
Investimentos	33.409.203,54	208.789.058,61	242.198.262,15	124.172.462,42
Produção	-	-	-	35.998.288,30
Insumos	135.577.566,36	25.387.702,56	160.965.268,92	176.740.093,88
Repasse	3.456.549,71	6.893.992,50	10.350.542,21	12.921.857,28
Securitização	602.546,79	5.423.666,04	6.026.212,83	6.507.588,82
Capital de Giro	178.877.424,01	33.325.000,00	212.202.424,01	156.185.025,48
Seguros	165.048,58	-	165.048,58	87.396,11
Total	352.088.338,99	279.819.419,71	631.907.758,70	512.612.712,29

Os financiamentos foram contratados a taxas de juros que variam de 2,94% a 8,70% ao ano, tendo como garantias: penhor de bens de fornecimento, penhor de bens adquiridos, hipotecas de imóveis, aval dos diretores e notas promissórias rurais. Os financiamentos têm vencimentos entre 26 de março de 2014 e 31 de outubro de 2025.

**NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social Integralizado no valor de R\$ 685.159.245,96 (R\$ 588.290.831,08 em 2012) está representado por 685.159.245 quotas (588.290.831 em 2012) no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes a 6.220 associados (5.845 em 2012).

NOTA 15 - SEGUROS

Os seguros foram contratados em montante considerado suficiente para atender eventuais riscos e sinistros.

NOTA 16 - ADOÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A COMIGO passou a adotar a partir do exercício de 2008 as práticas contábeis estabelecidas pela Lei n.º 11.638/07, alterada pela Lei n.º 11.941/09, bem como dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Nos exercícios de 2009 a 2013 foram adotados todos os procedimentos contábeis que a administração entendeu aplicável às atividades da COMIGO de modo a buscar a maior transparência possível para as suas demonstrações contábeis. A Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, em estreita colaboração com o Conselho Federal de Contabilidade, está examinando todos os impactos que os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC possam trazer para as cooperativas brasileiras, em especial a plena adoção, no futuro, dos IFRS-International Financial Reporting Standards, às demonstrações contábeis das sociedades cooperativas.



Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013, cujo Balanço Patrimonial importa em R\$ 1.928.548.478,07 (Um bilhão, novecentos e vinte e oito milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e setenta e oito reais e sete centavos).

Rio Verde-GO, 25 de fevereiro de 2014.

ANTONIO CHAVAGLIA

Presidente
CPF 025.686.831-04

AGUILAR FERREIRA MOTA

Vice-Pres. de Operações
CPF 056.427.951-04

DOURIVAN CRUVINEL DE SOUZA

Vice-Pres. Adm. Financeiro
CPF 038.925.141-00

JOSÉ BATISTA FERREIRA

Técnico em Contabilidade
TC-CRC-GO 5.402
CPF 071.390.631-68



Mensagem do Conselho de Administração

Senhores cooperados, senhoras, mais uma vez, juntos, fizemos a diferença. Atuamos como um verdadeiro time e conseguimos vitórias em 2013, que se encerrou com a sensação de que o bom ritmo empregado por nossa Cooperativa continuará. Foi um ano de muito trabalho, de realizações, por isso mesmo, de recompensa.

Muitos investimentos foram concretizados, alguns estão em andamento e outros planejados para o futuro. Além disso, o trabalho desenvolvido esteve dentro de um cenário externo relativamente calmo.

Assim, foi possível executar planos e mostrar a importância e a força de nossa Cooperativa, sempre procurando atender da melhor maneira os senhores associados e associadas. Tendo 2012 como referência, em 2013 crescemos 7,4% na geração de empregos, chegando a 2.172 funcionários. Em relação ao quadro social, fechamos o ano com 6.220 cooperados (+6,4%), faturamento de quase 2,5 bilhões de reais (+13,8%), recepção de mais de 25 milhões de sacas de soja (+18,5%) e atendimentos técnicos (agronomia e veterinária) superando a casa dos 300 mil (+24%). Isso tudo significa participação do cooperado.

Sobre os investimentos: concluímos e entregamos as unidades armazenadoras de Ponte de Pedra (Rio Verde) e Bom Jardim (Jataí), ambos com capacidade de 72 mil toneladas e uma completa estrutura automatizada; ampliamos e modernizamos o sistema de armazenagem e secagem de Santa Helena e Paraúna; construímos uma nova loja em Montes Claros.

Em Rio Verde, também já concluímos e iniciamos as operações das unidades de:

- Esmagamento de soja da fábrica 1, ampliação de 1.000 para 3.000 toneladas que permitirá o processamento total de 5.500 toneladas por dia, nas duas fábricas;
- Fertilizantes, que irá mais que dobrar a produção;
- Rações, já produzindo para peixes e, em breve, para cães;
- Laticínios, já produzindo leite Longa Vida, cuja capacidade será de 200 mil litros processados por dia;
- Uma caldeira industrial, cujos combustíveis serão o bagaço de cana e cavaco de lenha;
- Subestação de energia no complexo industrial que irá dobrar sua capacidade.

Em andamento, e muito em breve em operação, os investimentos:

- Construção de armazém graneleiro, em Paraúna, com capacidade de 55 mil toneladas de grãos, com novo sistema de recepção, inclusive tombador, e de aeração e termometria;
- Instalação de dois novos silos no Cinquentão (Santa Helena), com capacidade para 36 mil toneladas;
- Adequação do processamento produtivo de suplemento mineral em Jataí;
- Ampliação do sistema de processamento de farelo de soja moído e ensacado, com incremento de 60 t/h de moagem, em Rio Verde.

Avenida Presidente Vargas, 1878
Jardim Goiás - Rio Verde - GO
cep: 75.901.901



Para 2014, estamos programando mais investimentos e diversas melhorias em praticamente todas as áreas da Cooperativa.

Como se sabe, boa parte dos investimentos é financiada, mas a burocracia quase sempre atrasa a liberação. Assim, tivemos que começar todos estes investimentos com capital próprio. E isso só foi possível graças à capitalização das sobras, aprovada em Assembleia. A prova do acerto dessa política está aí, diante de nós, com mais armazéns, indústrias e substancial incremento de serviços e produtos.

Senhoras e senhores, se no ano passado o clima ajudou, a atual safra (2013/14) está sendo diferente, infelizmente. Intempéries têm afetado diminuindo a produtividade e causando transtornos. Mas onde a mão do homem pode interferir, a Cooperativa tem agido e feito sua parte em benefício do seu cooperado.

Administrar um empreendimento onde prevalece o espírito de grupo, a aplicação de tecnologias modernas, a motivação da confiança, a determinação de se investir, a vontade de realizar, fica muito mais fácil, e é o que acontece em nossa Cooperativa.

O agronegócio brasileiro em geral clama por investimentos, sobretudo em logística, no entanto, isso vem se arrastando há algum tempo. Por isso temos que continuar bradando alto e cobrando de nossas autoridades, afinal delas dependemos.

Por aqui, nós, produtores, estamos fazendo a nossa parte, investindo e apostando em mais um bom ano, porque acreditamos neste país.

Em um campo paralelo, os recursos não faltam. 2014 é ano de Copa do Mundo de futebol no Brasil, um acontecimento que deveria ser importante, se uma herança de benefícios com diversas melhorias fosse deixada para os brasileiros. Será? É a pergunta que fica.

Para portos e estradas, os recursos não aparecem, porém para estádios a facilidade com que eles surgem surpreende. De todo modo, torceremos para que dentro de campo nossa Seleção faça bonito.

Precisamos conquistar mesmo é a Copa do Mundo da Produção de Alimentos. A seleção brasileira do agronegócio poderá estar no topo deste pódio. Basta que as regras do jogo no país sejam claras e condizentes com o nosso potencial.

Nós, cooperados, homens e mulheres, juntos, já demonstramos que formamos uma seleção vencedora e que podemos contribuir para que o agronegócio marque muitos gols em benefício do Brasil que produz.



Antonio Chavaglia

Presidente do Conselho de Administração

Avenida Presidente Vargas, 1878
Jardim Goiás - Rio Verde - GO
cep: 75.901.901



PARECER DO CONSELHO FISCAL

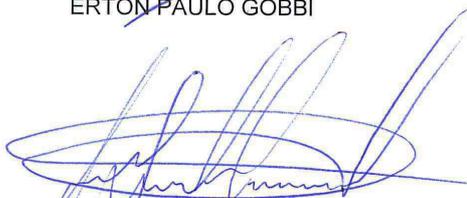
Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da **Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano - COMIGO** examinamos o balanço patrimonial e as demonstrações da conta Sobras ou Perdas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Origens e Aplicações de Recursos, dos Fluxos de Caixa, do valor adicionado e ainda das Notas Explicativas correspondentes. O exame a que nos referimos foi realizado mediante assessoria da auditoria independente, NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S, quando procedemos ao exame sistemático das operações realizadas durante o referido exercício, através de análise de documentos, lançamentos contábeis e de conciliações físicas, inclusive visita aos entrepostos e demais áreas de atividades operacionais e administrativas da Cooperativa.

Com base nos exames e verificações e no relatório da auditoria independente, datado de 26 de fevereiro de 2014 aprovamos as referidas demonstrações as quais representam adequadamente a posição econômica, financeira e patrimonial da Cooperativa em 31 de dezembro de 2013, bem como o resultado do exercício, pelo que, recomendamos sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária marcada para o dia 28/03/2014

Rio Verde-GO, 27 de fevereiro de 2014.


ERTON PAULO GOBBI


LUIZ CARLOS DA ROSA


LUIZ GUSTAVO CAVALET


MAX EUGÊNIO DA SILVA ARANTES


SÉRGIO SOUZA E SILVA


SÉRGIO VIAN



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO - COMIGO

Rio Verde - GO

*Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO - COMIGO**, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e as respectivas demonstrações da conta de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido, das origens e aplicações de recursos, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos naquelas datas, em conjunto com as notas explicativas, que fazem parte das referidas demonstrações.*

Responsabilidade da Administração

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera o sistema de controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis



feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Consideramos que a evidência de auditoria obtida nos exames realizados é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião dos Auditores Independentes

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO - COMIGO**, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido, das origens e aplicações de recursos, dos seus fluxos de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2014.

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RS n.º 000542/O-4-S-PR OCB n.º 0069

LUÍS ANTÔNIO FRANCO
Contador Responsável
CRC-PR n.º 22.956/O-7-S-GO